

ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Coordenadores



TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA
TO DA ECONOMIA DA CULTURA

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Coordenadores



TO DA ECONOMIA DA CULTURA
ENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Coordenadores



Brasília, 2010

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Coordenação de Cultura da Disoc/Ipea

Frederico A. Barbosa da Silva (Coordenador)
Ana Luiza Machado Codes
Herton Ellery Araújo

Colaboradores

Alexandre Iwata (Metodologia de Predição de Gastos)
Bernardo Campolina
Erica Erthal Risi
Fábio Monteiro Vaz (Metodologia de Predição de Gastos)
Fernando Gaiger
José Márcio Barros
Paula Ziviane
Reinaldo Soares Camargo

Participantes na Reunião de Validação

Albino Rubim
Aurílio Caiado
Claudia Leitão
Isaura Botelho
Jurema Machado
Lia Calabre
Rogério de Paula Barbosa
Vincent Defourny
Vírginia Casado

Indicador de desenvolvimento da economia da cultura /
Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo
coordenadores.- Brasília : Ipea, 2010.
148 p. : gráfs, mapas, tabs.

Inclui bibliografia.
Cooperação da UNESCO no âmbito do projeto:
4414200044BRZ.
ISBN 978-85-7811-053-6

1. Cultura. 2. Política Cultural. 3.Desenvolvimento
Cultural .4.Indicadores Sociais.5.Municípios. 6. Brasil.
I. Silva, Frederico Augusto Barbosa da . II. Araújo, Herton Ellery.
III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IV. UNESCO.

CDD 306.0981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Esta publicação tem a cooperação da Unesco, no âmbito do Projeto 4414200044BRZ – *Development of tools to connect creative enterprises and local communities (Regular Programme 2008-2009)*, o qual tem o objetivo de proteger e promover a diversidade das expressões culturais, por meio da implementação da Convenção de 2005, e o desenvolvimento das indústrias criativas.

Os autores são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da Unesco, nem comprometem a organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Unesco a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DESENVOLVIMENTO E CULTURA.....	9
2 POLÍTICA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	19
3 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO E DA CULTURA	29
4 O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA	37
5 IDECULT: ALGUNS RESULTADOS	85
ANEXO	131

INTRODUÇÃO

O estudo que se segue foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e seu objetivo central foi obter indicador sintético de nível municipal, a que se denominou Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT). O propósito do IDECULT é permitir uma visualização do desenvolvimento da economia da cultura em nível de cada município e de suas relações com outros índices – a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – e com outras variáveis, como renda, educação e esforço institucional – gasto público ou privado com cultura e presença de equipamentos.

O IDECULT leva em consideração duas dimensões: a oferta e a demanda cultural dos municípios brasileiros. Do lado da oferta, elege três subindicadores ou subíndices:

- as profissões culturais – a partir do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) –, que dimensiona o número de ocupações estritamente culturais;
- o setor cultural – a partir do Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE) –, que se refere ao número de ocupações em estabelecimentos culturais e que indiciam o dinamismo setorial; e
- a oferta de equipamentos culturais nos municípios.

Pelo lado da demanda, são utilizados dois subindicadores:

- o percentual de domicílios consumidores de cultura; e
- o gasto médio por domicílio com bens culturais.

Antecedendo a apresentação do índice, encontra-se breve reflexão sobre o conceito de desenvolvimento cultural e suas relações com o conceito de diversidade cultural, ambos importantes para a contextualização teórica e para a delimitação das possibilidades interpretativas do IDECULT. Na sequência, são descritos os resultados da construção deste índice e de seus subíndices.

O primeiro componente do IDECULT, como já se viu, são as profissões culturais. O segundo faz o mesmo exercício para o setor cultural. O terceiro apresenta a distribuição dos equipamentos culturais a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). O quarto componente é o consumo e o universo de consumidores de bens culturais – famílias – nos municípios.

O indicador sintético de desenvolvimento da economia cultural aparece de forma georreferenciada – mapas –, segundo os níveis alto, médio e baixo e, em seguida, é apresentado o *ranking* dos municípios em cada estado brasileiro. Ao fim, é descrita a metodologia de espalhamento, usada para construir o consumo cultural dos municípios brasileiros a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e do Censo Demográfico 2000.

Este relatório é um primeiro passo. Outros deverão se seguir para incorporar dimensões não contempladas pelo estudo, em razão das limitações operacionais e das bases de dados disponíveis, em especial a presença das manifestações da cultura tradicional por meio de celebrações, festas, saberes, ofícios e práticas.

1 DESENVOLVIMENTO E CULTURA

1.1 A ideia de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é indexado historicamente, orienta e compõe as experiências históricas. O campo semântico do conceito muda conforme os contextos. Por exemplo, após a Primeira Guerra Mundial o campo de significados se referia aos processos que punham fim ao colonialismo europeu e aos movimentos de descolonização em diversas partes do mundo. Ao tornarem-se independentes, os países necessitaram não apenas de afirmação de identidades, mas também de consolidação política e econômica. A noção de desenvolvimento tornou-se então a noção que sustentaria projetos políticos e ideológicos ao longo do século XX. A novidade das primeiras décadas do século XX era a referência ao desenvolvimento como um conjunto de escolhas nacionais politicamente organizadas. O desenvolvimento não se reduzia simplesmente aos dinamismos da economia.

As constituições culturais e sociais nascem naquele período, revelando o quão próximas estavam as questões sociais e culturais daquelas relacionadas ao desenvolvimento integral. Ainda assim, os conceitos daquele período são circunscritos ao bem-estar econômico e à proteção social.

No entanto, a noção de desenvolvimento está localizada em um campo histórico mais amplo do que o dos primeiros anos do século XX. É preciso apontar-lhe a presença nas intenções das nações do século XIX e mesmo antes, em medidas que denotam empenho das sociedades em estabelecer sistemas de educação nacional ou em reinventar tradições locais, reconhecendo-lhes as singularidades. O século XIX é também período de preocupação com a consolidação de manifestações artísticas e de produção filosófica e científica que articulassem conhecimentos com a criação de um imaginário nacional em torno de ideais de modernização econômica, política e cultural.

Assim, o debate sobre o desenvolvimentismo deita raízes em períodos anteriores ao século XX ao referir-se, mesmo sem um vocabulário próprio e especializado, a reformas profundas no sistema econômico e político. Nos países latino-americanos, representou a criação de escolas e universidades, além de museus, institutos históricos, literatura, música e instituições adjetivadas como nacionais, na tentativa de uma verdadeira reinvenção das tradições.

No Brasil, cujas referências legais e estruturas políticas de cunho desenvolvimentista seguem o padrão internacional, se adicionaram ao contexto reflexivo sobre o desenvolvimento movimentos artísticos e intelectuais, tal qual o modernista na década de 1920, que pretendia uma pesquisa das tradições e um ajuste do sistema cultural nacional ao tempo da produção cultural internacional – europeia e, depois, americana. Para os intelectuais modernistas, que viriam a ocupar posições

importantes no Estado brasileiro, era imprescindível o conhecimento do país, com seus problemas, suas riquezas e suas tradições, o que resultou em um programa de pesquisas e viagens etnográficas e sociológicas. Esses mesmos atores inauguraram as primeiras políticas culturais do país com intenções sistemáticas e nucleadas nas artes, ainda que referenciadas por concepção estética, antropológica ou filosófica ampla. O espírito da época associava preocupações estéticas, reconhecimento da cultura nacional e consolidação de propostas políticas, sociais e econômicas.

Portanto, em que pese o desenvolvimentismo ter se reduzido, nas décadas seguintes, à ênfase da dimensão econômica, não se pode deixar de reconhecer a preocupação inicial com seu caráter global, em que os aspectos culturais eram reconhecidos tanto como capazes de viabilizar como de obstaculizar o desenvolvimento.

A partir da formação de um pensamento econômico brasileiro, muito se tem escrito sobre desenvolvimento, mas, em geral, a tônica dessas narrativas tem se concentrado na adoção de indicadores unidimensionais, como renda *per capita* e produto interno bruto (PIB), ou seja, no entendimento de que há desenvolvimento quando a renda *per capita* aumenta e a pobreza diminui ou, pelo menos, não aumenta.

No entanto, a crítica *a reductio* do desenvolvimento ao seu aspecto econômico reenfata as dimensões mais profundas e filosóficas de um projeto global de sociedade. Na verdade, os ideais de cristianização das culturas, de civilização, das ideias iluministas, dos ideais evolucionistas e da própria ideia de cultura implicaram crenças mais amplas e paradoxalmente mais precisas conceitual e filosoficamente sobre as sociedades e o homem (EAGLETON, 2005).

Estava ali a crença de que as sociedades e os homens se transformam e são capazes de direcionar essas transformações, com reformas e mesmo revoluções. Os conceitos de *perfectibilidade*, presente entre iluministas franceses, e de *bildung*, entre os alemães, por exemplo, expressam essa possibilidade de desenvolvimento de capacidades humanas, entre elas as cognitivas, mas também as estéticas. Aquelas sociedades que não são capazes de criar condições para o autodesenvolvimento pessoal seriam sociedades sem história, primitivas e simples. Embora a linguagem utilizada seja a das liberdades individuais, a ideia de que as condições sociais devem estar presentes não é recessiva.

Nesse sentido, o desenvolvimento e o humanismo atuam juntos na valorização de um conjunto de crenças e valores presentes. Nesse conjunto, estão a ampliação das riquezas, a expansão das instituições democráticas e as possibilidades que elas conferem aos indivíduos, no que se refere ao autodesenvolvimento, ao enriquecimento de suas qualidades de argumentação, apreciação estética, autonomia pessoal e opinião política. Mesmo que os projetos políticos associados a essa visão sejam muito variados e, por vezes, até antagônicos, gravitam em torno da noção ampliada de desenvolvimento.

Nessa concepção, o desenvolvimento envolve o contexto cultural e este condiciona o primeiro. Não há relação causal entre cultura e desenvolvimento: nem a cultura causa o desenvolvimento nem é consequência dele, como várias correntes de pensamento, sobretudo de matriz econômica, apontam.

Cultura e desenvolvimento se referem a processos sociais, e não a variáveis, razão pela qual não há sentido em se dizer que um gera ou obstaculiza o outro. Ambas as dimensões estão envolvidas e se referem a uma realidade e a um porvir de realizações, construídos socialmente, a que se deve almejar e alcançar. Cultura e desenvolvimento relacionam-se, portanto, com os ideais de respeito às liberdades individuais e de organização da sociedade, de forma a garantir as condições para que as liberdades sejam realizadas em um contexto de promoção da diversidade e de respeito democrático pelo pluralismo de opiniões e pela diferença.

Neste trabalho definiremos que *Desenvolvimento é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política.* Referimo-nos, portanto, à ideia de desenvolvimento integral.

1.2 Desenvolvimento integral

Nada mais do que venha a se afirmar a respeito das características do desenvolvimento brasileiro é novidade. Suas marcas, recorrentemente enfatizadas, são a forte desigualdade de renda, a desorganização urbana, a violência, os desequilíbrios ambientais, a insuficiente proteção social, o baixo nível de escolarização, as assimetrias nos desenvolvimentos regionais etc.

Ao se afirmar o desejo de recuperar trajetórias de desenvolvimento diante das décadas perdidas de 1980 e, em parte, 1990, certamente há algo implícito, ou seja, a ideia de que é necessário refundar as premissas dos modelos que geraram tamanhas injustiças e desigualdades.

No entanto, em que pesem as análises a respeito dos comportamentos dos agregados econômicos nas duas últimas décadas, muitas transformações institucionais, econômicas e sociais aconteceram. A década de 1980 começou, no Brasil, com o aprofundamento dos processos de democratização, a eleição de governadores, em 1982, a campanha para eleições diretas para presidente da República, nos anos seguintes, e eleições presidenciais em 1989. Ainda naquele período, se deram as discussões que culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), marco referencial para o rico processo político e institucional dos anos 1990. A década seguinte (1990), além de continuidade da experiência de democratização, consolidou a construção de uma importante tessitura institucional, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), da consolidação de políticas de transferência

de renda, da ampliação e universalização do ensino, das reformas na área previdenciária, entre outras. Além disso, foram décadas de reestruturação produtiva e de resultados positivos e prolongados de combate à inflação.

Portanto, delinear imagem-objetivo para o desenvolvimento exige recontextualizar o conceito, ampliando-o, reintroduzindo-o na agenda pública e dando-lhe tratamento histórico adequado. Ou, talvez, implique revitalizar a interpretação da CF/88, que ressalta o desenvolvimento como direito fundamental, elege a diminuição das desigualdades regionais entre os objetivos fundamentais da República (BRASIL, 1988, Art. 30) e trata a cultura como parte integrada a esses elementos.

Cabe um esforço de aprofundamento da reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, que aqui será tomado como *desenvolvimento integral*, sendo, portanto, multidimensional e tendo a cultura como componente (PERROUX, 1981).¹

O desenvolvimento é um processo social complexo, semântica e historicamente aberto, o que implica que seu campo de significados deve ser esclarecido, o mesmo valendo para a necessidade de delimitar suas relações com a cultura. Os meios, os objetivos e os processos direcionados para o desenvolvimento podem ser não apenas configurados, mas pensados de diferentes maneiras. Existem muitas possibilidades de desenvolvimento, e não apenas uma. Sem dúvida, nesse contexto, cabe ao Estado o papel de conciliar interesses e concepções divergentes.

Por essa razão, quando se defende a participação social como parte do desenvolvimento, não se está em uma posição simplesmente estratégica, para ganhar adesões. Inclusive porque a própria ideia de participação é parte dos direitos fundamentais e relaciona-se à criação de capacidades reflexivas e institucionais, ou seja, refere-se a processos de aprendizagem social para lidar com questões políticas em um ambiente de contradições e conflitos. Por contraste, a uma visão meramente instrumental da participação, esta deve ser tomada como parte da experiência de democratização dos Estados e como indicador do grau de legitimação de processos de desenvolvimento.

Por outro lado, a elaboração de uma agenda pública com viés participativo acrescenta complexidades aos processos de desenvolvimento, pois implica estabelecer consensos mais ou menos amplos em meio a um campo de possibilidades muito aberto. Também implica alinhar políticas com tradições e culturas institucionais diferentes e estabelecer interações entre atores individuais e institucionais guiados por concepções diversas.

1. Vale ressaltar que Perroux dá ênfase a elementos diversos daqueles aqui apresentados. Aponta que o desenvolvimento é global, integrado e endógeno. Global designa uma visão de conjunto, endógeno evoca forças e recursos internos a uma nação e integrado significa integração regional, coesão de setores, regiões e classes. Também aponta que integração pode significar que nações são reunidas em um todo ou conjunto mais coerente.

Como esperado, o desenvolvimento brasileiro, sabidamente, marcado por profundas desigualdades sociais, também o é pelas desigualdades culturais, como será descrito por meio da apresentação dos resultados do IDECULT.

Nesse ponto, acrescente-se que *o debate político sistemático a respeito das relações entre desenvolvimento e cultura pode oferecer recursos conceituais para desbloquear obstáculos epistemológicos e institucionais, possibilitando o repensar de um “desenvolvimento integrado”*.

1.3 Direito cultural e desenvolvimento

A Constituição Federal de 1988 colocou, pela primeira vez, os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais e os relacionou aos princípios do desenvolvimento, do respeito à diversidade e da valorização das culturas formadoras da sociedade brasileira, portanto, do patrimônio simbólico que confere lastro à criatividade e ao desenvolvimento nacional. Também indicou que o Estado deve garantir os direitos culturais, que o mercado interno é parte integrante do desenvolvimento do patrimônio cultural e que a sociedade deve ser partícipe desses processos.

A CF/88 não apenas faz referência à cultura em vários dos seus artigos como também a reconhece na pluralidade e na diversidade de formas de vida.

Uma vez reconhecido pelo texto constitucional que a sociedade e o Estado brasileiro são culturalmente diversos, na interpretação que aqui se propõe, associa-se a diversidade cultural à valorização da democracia. E, ainda, como a Constituição brasileira é uma Constituição dirigente, isto é, contém um programa de ação para o Estado e comandos claros para a organização de políticas públicas, preconizar o desenvolvimento, a proteção, a promoção e a valorização das culturas significa definir atitudes políticas ativas, por parte do Estado, na realização de objetivos e valores e na garantia de direitos.

O Estado deve ser agente dos esforços de criação das garantias para a concretização dos direitos culturais, ou seja, direitos dos indivíduos e de grupos que internalizam os recursos sociais gerados no processo de desenvolvimento, envolvendo enriquecimento material e simbólico pelo contato permanente com a diversidade cultural. Em resumo, os direitos culturais devem ser garantidos pelo Estado, como indica o comando constitucional, de forma democrática e por políticas de desenvolvimento econômico e social.

O quadro 1 apresenta uma síntese da presença da cultura em dispositivos da CF/88, desde os direitos fundamentais, passando pela organização do Estado, pela grande área da ciência e tecnologia, da comunicação social, pela questão da família, chegando às políticas direcionadas aos indígenas e aos quilombolas (IPEA, 2009).

QUADRO 1
A cultura na CF/88

Capítulo	Título	Artigo	Conteúdo
Direitos e garantias fundamentais	Manifestação dos direitos individuais e de liberdades e direitos autorais	Art. 5, incisos IX, XXVII, XXVIII e LXXII	Livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença dos direitos do autor
Organização do Estado	Distribuição de competências e como objeto de proteção por ação popular	Art. 23, incisos III, IV e V Art. 24, inciso IX	Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência
Organização do Estado	Distribuição de competências e como objeto de proteção por ação popular	Art. 24, inciso IX	Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação, cultura, ensino e desporto; a União estabelece normas gerais
Capítulo 4 – ciência e tecnologia	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 219	O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos de lei federal
Capítulo 5 – comunicação social	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 220, § 2º e § 3º	A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição
Capítulo 5 – comunicação social	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 221	A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: <ul style="list-style-type: none"> • preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; • promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; • regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e • respeito aos valores éticos e sociais, da pessoa e da família
Capítulo 7 – família, criança, adolescente e idoso	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 227	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão
Capítulo 8 – dos índios	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 231	São reconhecidos aos índios sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas crenças e suas tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens

Fonte: Constituição Federal de 1988.
Elaboração: Ipea.

Apontem-se três elementos relevantes na discussão do desenvolvimento cultural no texto constitucional:

- competências entre União, estados e municípios são concorrentes;
- o reconhecimento de que *o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado, de modo, a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país*; e
- em contrapartida, o reconhecimento da importância da promoção da cultura nacional e regional, do estímulo à produção independente que obtive sua divulgação e da regionalização da produção cultural e artística.

Esses elementos conceituais e políticos se traduzem em alguns postulados ou orientações básicas: protagonismo do Estado, regionalização, transversalidade setorial – educação, comunicação, ciência e tecnologia e meio ambiente – e institucional – participação da administração pública, de empresas, da sociedade civil e de comunidades – e valorização da diversidade.

Do ponto de vista da política pública, acrescenta-se que, entre seus objetivos, está o de induzir e estimular a cooperação entre os atores sociais e estabelecer um federalismo cooperativo, em que União, estados – e Distrito Federal – e municípios sejam capazes de realizar ações convergentes.

Dois artigos completam a extensão semântica da cultura no texto constitucional e são citados recorrentemente quando se fala do ordenamento constitucional da cultura. Neles a expressão *direitos culturais* aparece pela primeira vez na história do constitucionalismo brasileiro, um direcionamento para políticas culturais públicas e definição de patrimônio cultural. São eles os Arts. 215 e 216, reproduzidos a seguir, sem a Emenda Constitucional nº 48 que aprovou o Plano Nacional de Cultura.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

O desenho institucional consolidado a partir da Constituição aponta diretamente para as competências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e de outras instituições federais. Já o § 3º do Art. 216 tanto pode dar guarida às leis de incentivo como a outras políticas públicas de abrangência nacional, tal qual atuava a Fundação Nacional de Artes (Funarte) nas décadas de 1970-1980, com fomento direto, bolsas, subsídios etc. O § 5º indica que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 1988), previsão que veio ganhar maior consequência prática apenas com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2004.

Em síntese, a Constituição de 1988 indica a responsabilidade do poder público na garantia dos direitos culturais. Seu conceito de cultura é abrangente: reconhece a existência de uma cultura nacional e, simultaneamente, da diversidade de grupos formadores da sociedade brasileira, para os quais, enquanto indivíduos ou coletividade, se dirigem ações do Estado para garantir o direito à criação, à fruição, à difusão de bens culturais, à memória e à participação nas decisões das políticas culturais. A presença da cultura no arcabouço jurídico constitucional relaciona-a a valores e princípios ali presentes. Desenvolvimento, equidade e pluralismo compõem o campo semântico que contextualiza a cultura.

Portanto, a cultura deve ser vista como parte dos processos de construção de justiça social e do desenvolvimento, ambos referenciais de valores e princípios constitucionais. O próprio desenvolvimento deve ser entendido no quadro de referência do conceito de *desenvolvimento integral*. A CF/88 reconhece as liberdades básicas, os direitos culturais e o dever do Estado na sua garantia. Esta, por sua vez, está em completa sintonia com a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Expressões Culturais aprovada pela Conferência Geral da Unesco em 2005 e ratificada pelo Brasil em 2006.

Segundo Alvarez, a evolução do tema da diversidade cultural e a base doutrinária que seria adotada nos instrumentos jurídicos internacionais podem ser sintetizadas pelos seguintes enunciados:

1. A diversidade cultural é patrimônio comum da humanidade, tão necessário ao gênero humano como a biodiversidade para a natureza.
2. A interação das pluralidades culturais é essencial à criatividade.
3. A diversidade cultural é fator de desenvolvimento.
4. Os direitos culturais são parte integrante dos direitos do homem.
5. Bens e serviços culturais são vetores de identidade, valores e significados e não devem ser tratados como bens de consumo comuns.
6. Cabe a cada Estado, dentro de um quadro de respeito às obrigações internacionais de que é parte, definir sua política cultural e implementá-la pelos meios que julgar mais adequados, seja pelo apoio financeiro, seja por medidas regulatórias (ALVAREZ, 2008, p. 148).

A semelhança entre a norma constitucional brasileira de 1988 e a convenção não surpreende. O contexto cultural tem associado de forma inextricável a cultura e o desenvolvimento, embora essa conexão de sentido ainda careça de articulação e precisão conceitual e pragmática no quadro de políticas públicas.

2 POLÍTICA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Nesse quadro geral, as relações entre cultura e desenvolvimento despontam gradativamente na agenda política, com ligeira tradução no desenho das ações públicas. Essa abertura do tema não é nova, como já se viu e, ao contrário, tem sido recorrente na agenda das instituições internacionais desde a década de 1960-1970. No Brasil, o tema frequentemente está em documentos institucionais, pelo menos desde os anos 1970, e reaparece de forma contundente nos anos 2000.

Enfatize-se que, em que pese a densidade conceitual que vai ganhando o tema, sua tradução política deve ser entendida à luz do quadro antes descrito, ou seja, do quadro das desigualdades e heterogeneidades estruturais, que também abarca o processo de democratização das instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Acrescentem-se certas considerações sobre as relações entre desenvolvimento e cultura, em algumas de suas dimensões.

Cultura como fenômeno total

Pensar o desenvolvimento da cultura implica superar separações clássicas entre arte e cultura, cultura popular e erudita, cultura de massa e de elite etc. Não há sentido em privilegiar um ou outro termo, que são conflitivos e, por vezes, complementares. Referem-se, de forma geral, a modos de expressão e aos modos como as comunidades escolheram viver, incluídos saberes, práticas, crenças e rituais, sem desconsiderar que funções similares são desempenhadas pelas artes e mesmo pelas indústrias culturais e pelos consumos.

O desenvolvimento cultural implica diálogos entre sistemas significantes – artes, direito, religião, economia, política e moral – e não carece do soerguimento de antigas ou novas barreiras, mas da proposição e intensificação de diálogos entre eles. Na verdade, as atividades do cotidiano sempre envolvem produção de significados e estilos culturais.

No entanto, nos dinamismos das economias e nos campos de produção simbólica há muitas diferenças e assimetrias, o que impõe ações seletivas do Estado na direção da equidade, na distribuição de recursos e na valorização das inúmeras possibilidades disponíveis.

A simples manutenção de uma lógica espontânea pode significar a personificação de privilégios e a limitação da riqueza pela falta de apoio adequado ao desenvolvimento daquelas experiências que não recebem estímulos e valorização adequada. O desenvolvimento cultural é um conjunto de processos complexos e as instituições devem estar preparadas para dar-lhes tradução operacional, garantindo a permanência e valorização daquelas experiências frágeis do ponto de vista estrutural.

Cultura e equidade

O desenvolvimento cultural refere-se à possibilidade de se encontrar os recursos que permitam o enriquecimento das experiências, proteção e promoção das formas de expressão, permitindo que sejam legadas às próximas gerações condições para que supram suas necessidades de sentido e pertencimento.

A equidade diz respeito à ação referida a essas necessidades. Aqueles que possuem menos capacidades e menos recursos devem ser, seguindo o princípio da equidade, privilegiados nas ações políticas, na proteção e no desfrute de oportunidades.

Nesse quadro, a cultura é uma dimensão de relevância nos termos da democracia política e social, pois permite a todos a participação em processos sociais como agentes, com visões de si, do mundo e das relações sociais nas quais vivem. Por fim, pode enriquecer a existência com possibilidades e exemplos de outras formas de vida solidárias, alegres, esteticamente significativas e justas. Em outro registro, complementar a este, também oferece oportunidade de emprego e renda.

Portanto, pensar e agir no âmbito da cultura a partir do princípio da equidade implica dar tratamento adequado a pessoas, formas de expressão, bens e serviços, segundo a ideia de que todos merecem igual respeito e têm igual dignidade. Mas também representa agir segundo necessidades diferenciais.

Dessa forma, o desenvolvimento significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria *universal* da qualidade de vida e disposição equitativa de bens, oportunidades e capacidades.

A equidade, no âmbito da cultura, implica a criação de condições adequadas para uma melhor distribuição de oportunidades para fruição e produção de bens culturais. O simples incremento da oferta não representa ampliação e enriquecimento, por isso é necessário o diálogo entre práticas, experiências e gostos diversos, bem como a criação de espaços onde os contatos entre linguagens e públicos possam ser intensificados. Por outro lado, ações nesse âmbito significam proteção e promoção de formas de vida que estejam em risco de desestruturação e mesmo de desaparecimento.

Cultura e diversidade

Nesse debate sobressai o tema das relações entre desenvolvimento e cultura, em especial o da proteção e promoção da diversidade no contexto de desenvolvimento. Em casos como o do Brasil, é fundamental não ofuscar a percepção de que a igualdade e a equidade são valores fundamentais. Com base nisso, as políticas podem promover diálogos ricos e respeito entre agentes de culturas diferentes, em contextos de poder assimétrico.

O tema também implica ação do Estado, regulação de mercados, desestímulo a monopólios, estímulos às pequenas e médias empresas, incentivos à produção independente, democratização dos meios de comunicação, formação de públicos etc., pois os mercados, por si mesmos, geram assimetrias de poder, desigualdades e homogeneização cultural. Apenas políticas públicas culturais são capazes, se bem articuladas e coordenadas, de harmonizar processos de desenvolvimento e diversidade cultural.

A diversidade cultural refere-se, em sentido amplo, às *maneiras de viver* e, em sentido estrito, aos *circuitos culturais* relacionados à produção simbólica especializada ligada às artes. O reconhecimento da diversidade permite que o desenvolvimento seja mais rico em possibilidades e, por outro lado, os processos de desenvolvimento, ao significarem participação, distribuições e amplificação de possibilidades disponíveis, implicam fortalecimento e reconhecimento da diversidade cultural.

Cultura e transversalidades

A cultura dissemina-se no âmbito de inúmeras instituições e políticas: na escola, nos meios de comunicação, nas indústrias culturais e nas artes. Também aqui, o desenvolvimento, visto em sua integralidade, favorece a articulação e a potencialização das relações interinstitucionais. Lembremo-nos de que se parte do princípio de que o quadro seja o de democracia nas instituições básicas. Dessa forma, o desenvolvimento cultural só pode ser pensado como produto da cooperação entre as instituições, cujas atividades são concebidas e conduzidas segundo os princípios da equidade e da participação.

Nesse sentido, abrem-se múltiplas possibilidades de desenvolvimento, inclusive porque as instituições e as políticas funcionam em diferentes escalas, desde o local mais próximo até o das empresas de alcance internacional, passando por instituições ou outros equipamentos culturais.

Cultura e identidade

Um tema pouco discutido nas relações entre cultura e desenvolvimento é a necessidade de se pensar os dois termos como configuradores do espaço discursivo e valorativo da diferença. A questão das identidades deve ser, portanto, tratada, no mínimo, no plural e, mais consistentemente, como espaço de constantes deslocamentos e desdobramentos em direções previsíveis, mas também inusitadas, criativas. Ou seja, a identidade situa-se no campo dos processos dinâmicos e não das essências e tradições estáticas.

Uma objeção razoável a essa definição é a que diz que as culturas não são naturalmente abertas ao convívio e à diversidade. A objeção pode vir

seguida de exemplos de mutilações rituais, violências motivadas por valores e outros contraexemplos de desrespeito aos valores e princípios dos direitos humanos fundamentais.

A essa objeção só cabem duas respostas. A primeira é responder com ações que restrinjam essas possibilidades. A segunda é favorecer ações morais, que fortaleçam o reconhecimento da dignidade e o direito ao igual respeito. Essa dupla resposta deve estar organizada nas instituições básicas. Ambas implicam a reafirmação dos princípios presentes nos direitos fundamentais, inclusive sociais e culturais.

Se a cultura aumenta a liberdade é porque não é simples instrumento ou meio para atingir outros objetivos. Ela se fundamenta em instituições que apoiam o exercício do respeito ao pluralismo, à diversidade e à possibilidade de diálogo e cooperação.

Cultura e direito

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) preconizou o desenvolvimento como valor e a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios como meio para atingir aquele objetivo. Também apontou a dimensão territorial como mediador entre os dois aspectos, desenvolvimento e responsabilidade dos poderes públicos.

A introdução da questão dos desenvolvimentos regionais adiciona a necessária formulação de mediações, tornando mais complexas as políticas de reconhecimento e valorização das diversidades regionais.

Em resumo, o poder público está comprometido constitucionalmente com a realização dos direitos fundamentais e, entre eles, está o direito ao desenvolvimento integral e à democracia cultural. Mas, também, está comprometido com coordenar ações sobre bases territoriais diferenciadas, o que implica um complexo sistema de ação pública, capaz da interlocução com os agentes culturais espalhados no território.

Por fim, a democracia cultural como conjunto de processos de distribuição de bens, oportunidades, participação na criação e nos processos de decisão se irradia para os processos contínuos de desenvolvimento, que significam crescente melhoria das condições de vida e reconhecimento de que formas alternativas de vida e cultura devem ser respeitadas em sua dignidade, inclusive por contribuírem ao desenvolvimento e ao convívio e interação dos diferentes, ou seja, para a interculturalidade.

E, desenvolvimento cultural é o conjunto de transformações que permitem a ampliação das atividades culturais, da interculturalidade e do reconhecimento da diversidade.

As instituições culturais estão imersas e se relacionam, de diferentes formas e intensidades, com os *circuitos culturais*, na posição de *agentes culturais* – produtores, difusores e, por que não, legitimadores de formas e linguagens artístico-culturais – ou de *instâncias organizadoras*, como as instituições públicas ou privadas, que articulam as ações e são responsáveis pela coordenação dos demais agentes. As instâncias organizadoras são o Estado, os mercados e as comunidades.

As políticas culturais no Brasil ainda têm uma âncora pesada no estímulo às artes e, apesar da recente reconstrução do campo discursivo em torno do conceito antropológico e do desenvolvimento cultural, ainda não há um sólido processamento operacional e político capaz de contemplar ambos os conceitos de forma consequente e sistêmica. Da mesma maneira, há certa resistência ao tratamento adequado da indústria cultural no âmbito das políticas para a proteção e promoção da diversidade cultural.

Outra dificuldade é o relacionamento da cultura com outras políticas referidas ao direito cultural, ao cotidiano das pessoas e à qualidade de vida, a exemplo das políticas de segurança, de comunicação e das políticas urbanas ou educacionais que impactam o dia a dia. Deve-se reconhecer que as respostas para essas relações não são simples e exigem um longo processo de reflexão, diálogo, convencimento e, sobretudo, confiança entre agentes políticos.

Concretamente, as políticas culturais conhecem esse debate apenas em seus traços gerais, com resultados muito tímidos quando se observam as realidades institucionais.

Dessa forma, mesmo que a trajetória das discussões sobre desenvolvimento e suas relações com a cultura possa ter tido início longínquo, o mesmo não pode ser dito da tradução institucional dessas ideias.

2.1 Democracia cultural

Não é difícil constatar que a cultura, mesmo considerando seu pequeno peso nos orçamentos públicos, tem se constituído em preocupação da agenda política e em objeto de ação pública sistemática pelo menos desde a década de 1930. A insignificância financeira não corresponde à importância política, uma vez que a política cultural não tem uma finalidade em si, mas visa a processos mais amplos, relacionados a valores cívicos e à dignidade conferida à vida de cada um. Portanto, como já viemos apontando, relaciona-se com processos de desenvolvimentos sociais mais gerais.

É razoável relacionar as políticas culturais aos processos de democratização do acesso a bens tradicionais ou legítimos, a exemplo da disseminação de música

ou balé clássico, do teatro, das belas letras etc., mas esse é um apenas subconjunto da política cultural, ou seja, uma possibilidade entre outras.

Da mesma forma, é possível valorizar certas práticas populares como contra-hegemônicas ou mesmo como alternativas a uma suposta atitude aristocratizante, além do que há outras múltiplas possibilidades de se eleger os objetivos de políticas culturais, como integração nacional, acesso a bens culturais, desenvolvimento da indústria cultural nacional etc. Mas, diz-se também, aqui, que essas intenções são subconjuntos do objetivo da política cultural.

O principal objetivo das políticas culturais é a democracia cultural. Esta não trata apenas de direito ao acesso ou recepção de obras de arte, nem do direito à informação e formação, ou sequer do direito à produção ou aos recursos que a propiciem, ou ainda do direito a ter sua forma de expressão e de vida reconhecida como tendo igual dignidade e legitimidade. Democracia cultural deve ser vista como o conjunto desses elementos, estando também associada à democracia social e política, ou seja, democracia cultural é instrumento de objetivos sociais e políticos e, ao mesmo tempo, finalidade em si. Desenvolvimento e democracia cultural são, na verdade, irmãs siamesas.

Para harmonizar esse conjunto de princípios que dá suporte à política cultural determinada pela CF/88, não é necessário utilizar um conceito específico, mas basta dizer que a cultura se organiza sob a forma de circuitos culturais, ou seja, formas de organização social que associam sistematicamente agentes culturais e instituições que regulam sua comunicação, ou seja, produção, transmissão e recepção – consumo ou reconhecimento. O conceito de circuitos culturais não se confunde com o de cultura, isto é, a cultura é a constelação ou a configuração de múltiplos circuitos, móveis e fluidos, que se encadeiam e se relacionam de forma complexa entre si e com instâncias organizativas. Podem ser tomados em diferentes níveis, ou seja, local, regional, nacional ou transnacional.

Na realidade, os circuitos se interpenetram em diferentes escalas: escalas locais são reorganizadas por circuitos transnacionais, a exemplo da influência de recepção de conteúdos audiovisuais no comportamento de produção cultural local; técnicas regionais de produção cultural têm reflexos em circuitos de transmissão e consumo nacionais; e assim por diante. Deve-se lembrar que as instâncias organizacionais se referem à administração pública, aos mercados e às comunidades.

Os macrocircuitos culturais estão expressos no texto da CF/88 e esta indica a necessidade de traduzi-los em políticas educacionais, comunicações de massa, industriais e de mercado – livros, imprensa, indústria fonográfica, televisão, cinema, serviços audiovisuais, fotografia, publicidade etc. –, além, obviamente, das

artes, da proteção das condições de desenvolvimento de sociedades indígenas, comunidades tradicionais etc. Essas atividades acionam circuitos diversos que se inter-relacionam, se articulam, se movem e se cruzam em vários pontos, em especial em instituições especializadas no mundo da cultura.

2.2 O lugar das formas organizacionais na questão da diversidade cultural

As críticas que afirmam serem os mercados, sobretudo no contexto das indústrias culturais, homogeneizadores dos processos culturais são importantes, mas devem ser recontextualizadas. Livros, jornais, folhetos, depois rádio, televisão, internet, por exemplo, entram nesse rol e é uma simplificação tratar a indústria cultural como mera homogeneizadora das expressões culturais.

Os produtos e, por que não, as obras de cultura e da criatividade tornaram-se acessíveis por meio do consumo ampliado e circulam desde o seu início sob a forma de mídias, que, inclusive, sempre foram objeto de críticas pelo seu potencial de simplificação dos conteúdos.

Por outro lado, deve-se reconhecer que as obras ainda podem circular por meios digitais e outras mídias contemporâneas, o que não implica simplesmente dizer que os mercados ou os meios de comunicação conferem-lhes todos os significados e nem que são os únicos agentes organizadores dos processos de produção, circulação e reconhecimento dos bens.

O mercado não é necessariamente a única força institucional a organizar os circuitos da cultura. Estado e comunidade também organizam processos de produção e circulação simbólica de forma seletiva, o que, de maneira similar aos mercados, pode implicar perdas de possibilidades e oportunidades de enriquecimento cultural.

Mecanismos variados de legitimação, espaços culturais de produção, fruição e circulação convivem, podem e devem ser complementares. São inúmeros os exemplos que mostram que agentes culturais se apoiam em circuitos culturais variados, mas também em uma das três formas organizacionais, simultânea e complementarmente, quais sejam o Estado, mercados e comunidades. Por outro lado, os agentes receptores são ativos no consumo e na interação com conteúdos, produzem e atualizam sentidos e o fazem nas suas relações sociais. Vale dizer que os produtos dos mercados e dos bens simbólicos são recontextualizados em seus significados na vida comunitária e dos grupos.

Também as organizações políticas e civis organizam formas de produção e circulação de bens que se articulam com mercados e comunidades. Quais serão as consequências simbólicas e culturais dessas formas de estímulo, indução e incentivo? Difícil precisar, pois essa é uma resposta que dependerá

das configurações institucionais e dos processos decisórios mais ou menos democráticos ou regulados de cada uma das formas organizacionais.

Outro aspecto a ser lembrado é que a cultura não se limita aos significados que circulam em suporte material ou digital, mas faz parte das interações e não se resume aos bens produzidos por artistas e realizadores.

No entanto, parte dos bens disseminados sob a forma de séries reproduzíveis conforma as interações culturais e a vida do dia a dia, a exemplo da televisão e do rádio, capazes de transformar profundamente a vida das comunidades e das culturas tradicionais.

É necessário reconhecer que a produção e a circulação podem implicar empobrecimento tanto do produto artístico quanto das informações que circulam em lógicas estritamente baseadas no consumo rápido e na simplificação.

Na mesma linha, aponte-se que a proteção das diferenças, processo válido em princípio, também pode implicar simplificação dos processos de produção e interação social. Causar esse empobrecimento relativo não é privilégio dos mercados. Não raro as comunidades, as organizações políticas e a sociedade civil também bloqueiam os processos de criação e de criatividade social, tornando-se fechadas à criatividade e às inovações.

A aposta no enriquecimento e na multiplicação de circuitos culturais não pode ser imputada de apologia de um ideário liberal associado ao domínio dos mercados, inclusive porque a atuação do Estado, no sentido de incentivar, fomentar e realizar políticas para a diversidade implica a preocupação com o desbloqueio do potencial criativo e é perfeitamente harmonizável com as formas do liberalismo. A atuação do Estado não é neutra e pode responder, desde que preparado para tal, aos objetivos de limitação do poder das empresas mono ou oligopólicas, direcionando recursos para agentes de produção independentes, pequenas empresas, cadeias produtivas e circuitos culturais frágeis do ponto de vista institucional e econômico. Além disso, essa atuação pode se valer das culturas populares para ampliar os processos da democracia cultural.

De qualquer forma, a liberdade de expressão, a informação e a participação políticas são elementos constitutivos dos direitos culturais, tanto quanto o direito de proteção das formas de vida, “modos de saber e fazer” que caracterizam a diversidade cultural. Esta, por sua vez, é objeto de ação e de garantias de proteção por parte dos Estados. Resguardar o pluralismo dessas manifestações é dever do Estado e direito de cidadania.

Parece razoável afirmar que formas organizacionais que limitem aqueles direitos devem ser objeto de atenção e regulação, não por si mesmas, mas pelos riscos de violação dos direitos culturais e da liberdade que lhes seguem.

Ao mesmo tempo, as formas organizacionais das políticas públicas também são variadas, contendo dispositivos de regulação, normatização e definição de procedimentos decisórios mais ou menos participativos e equitativos. Assim, o achatamento da diversidade é possibilidade presente nos dinamismos e na atuação de qualquer das formas organizacionais. Dessa maneira, assim como o Estado não pode ser associado unicamente aos seus regramentos e à sua força burocrática, a economia não deve ser associada apenas à força de mercados e nem as comunidades à força de suas tradições, por vezes estagnadas e nem sempre criativas.

Pelo contrário. As formas organizacionais têm como base as economias e devem tomar a diferença como apoio e a diversidade cultural como objetivo. Dessa forma, políticas para a diversidade devem ser capazes de reorganizar as instituições básicas da sociedade no sentido de torná-las aptas à dinamização de circuitos culturais locais e à maior equidade, protegendo agentes culturais e formas de vida não dominantes e preservando recursos simbólicos entre gerações – equidade geracional.

Se a dimensão simbólica está presente, não menos importantes são as dimensões políticas e econômicas. Nesse sentido, as políticas para a diversidade podem implicar restrições ao fluxo de investimentos e comércio, regras de proteção e estímulos à produção de conteúdos locais, sem que para isso precisem se apoiar nos discursos de isolamento das culturas e dos circuitos culturais. Tais discursos, que poderiam até ser justificáveis quanto aos objetivos pretendidos, são inconsistentes e abstratos, se lastreados nas ideias de “identidade” e “interesse nacional” e caso se considere os dinamismos e as relações reais entre as culturas.

O ponto de referência para a diversidade é a capacidade dos Estados de instituir políticas culturais democráticas e democratizantes, que organizem fluxos de bens e significados, promovam e protejam as diferenças em suas distintas dimensões, ampliem e democratizem as formas organizacionais e, assim, permitam o florescimento da diversidade.

O conceito de diversidade inspira e se espalha como parte dos recursos discursivos das políticas culturais, inclusive daquelas atinentes à indústria cultural. Os Estados usam-no a seu favor e para seus objetivos, as empresas a ele se referem nas suas estratégias de segmentação de mercados e de apoio à produção cultural e as comunidades o invocam para justificar o redirecionamento de recursos financeiros. Mas o que é e como medir a diversidade cultural?

Já se afirmou aqui que a diversidade se relaciona com a valorização das diferenças culturais e com a capacidade de que elas constituam uma cultura comum, ou seja, a diversidade é a capacidade de se fazer que as diferenças interajam. Então, as instituições sociais voltadas para a diversidade devem ser capazes de construir mecanismos de diálogo intercultural e de participação política.

O desenvolvimento, tal como foi aqui conceituado, abrange as transformações sociais e econômicas capazes de proteger e promover a diversidade cultural. Parte das medidas de desenvolvimento se refere aos dinamismos sociais e econômicos; a outra parte, à organização institucional para conferir a ele qualidade, promover distribuições e garantir direitos.

Apresentamos em seguida o IDECULT e seu pertencimento à família de indicadores sintéticos. Não sem antes enfatizar que o indicador expressa e sintetiza a complexidade em um número e que tem sentido em um contexto discursivo próprio, considerados seus limites de aplicação e seus restritores lógicos e teóricos.

3 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO E DA CULTURA

3.1 Indicadores do desenvolvimento

Os indicadores usados para medir o desenvolvimento limitam-se apenas à dimensão econômica do fenômeno e só começaram a ser revistos nas décadas de 1980-1990, com as propostas de Mahbul ul Haq e Amartya Sen (SEN, 2002).

Essa revisão seguiu as reflexões a respeito das relações entre *sustentabilidade ambiental e desenvolvimento, cultura e desenvolvimento*, mas, especialmente, resultou da reconsideração das relações entre *desenvolvimento e qualidade de vida*, iniciada nas décadas anteriores (1960-1970). Essa elaboração do pensamento derivou da crise pela qual passavam os sistemas de produção dos países desenvolvidos e dos demais países, em decorrência das suas formas de dependência em relação aos dinamismos globais das economias. Os dois autores, entre outros, propuseram a complementação dos indicadores econômicos por outros, relacionados ao bem-estar social, notadamente às condições de educação e saúde.

A ideia-chave era que o desenvolvimento implicaria a qualidade das distribuições do crescimento econômico e não apenas sua quantidade. E esta não poderia depender apenas dos mercados, em geral hostis ou insensíveis a essas distribuições. O desenvolvimento implicaria valores morais relacionados à oportunidade de viver uma vida saudável, adquirir conhecimentos e outros recursos necessários para desfrutar uma vida decente. Aos poderes públicos seria atribuído um papel na criação dessas oportunidades. No caso do desenvolvimento cultural, sua promoção pressuporia o conhecimento fornecido por indicadores específicos relacionados à distribuição, ao acesso e à valorização da diversidade, sem desvinculá-los das dimensões políticas e econômicas.

QUADRO 2A

Indicadores de desenvolvimento e seus limites

Indicador	Conceito	Problemas
PIB	<ul style="list-style-type: none">• É o somatório dos serviços e bens produzidos em um período e em uma dada região• Tem expressão monetária e indica a intensidade das atividades econômicas, representando o crescimento econômico	<ul style="list-style-type: none">• Limita-se ao que é produzido nas fronteiras de uma região, sem determinar os destinos da riqueza produzida• Descarta as entradas e saídas de recursos do e para o exterior• Não capta as atividades informais• Atualmente o cálculo do PIB considera 110 produtos e 56 atividades econômicas – antes eram 80 produtos e 43 atividades econômicas
PIB/per capita	<ul style="list-style-type: none">• É o somatório dos serviços e bens dividido pela população, em um período e região	<ul style="list-style-type: none">• Os problemas são os mesmos dos PIBs• Supõe “fechamento” das populações e por isso deve ser usado com cautela em recortes territoriais menores e mais abertos demograficamente, como o é caso dos municípios

(Continua)

(Continuação)

Indicador	Conceito	Problemas
IDH	<ul style="list-style-type: none"> • Mede o desenvolvimento humano, não apenas pelo critério econômico da renda <i>per capita</i>, mas pela ponderação de fatores que ampliarão as oportunidades de escolha das pessoas no seu cotidiano • Agrupa três dimensões básicas: i) saúde – longevidade que representa as possibilidades de vida longa e saudável; ii) educação – acesso a conhecimentos; e iii) renda • O pressuposto é que o importante são os usos que se faz da riqueza e a expansão das possibilidades de escolhas das pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • O nível de agregação não permite captar desigualdades de distribuições internas às unidades geográficas escolhidas • Tem que sofrer adaptações conceituais e metodológicas para aplicação em níveis territoriais menores, tais quais os municípios

Elaboração: Ipea.

Indicadores resultam, portanto, da adoção de conceitos, contexto teórico e metodologias adequadas. Têm limites e devem ser usados com referência aos contextos interpretativos dos quais emergem.

3.2 Um indicador de desenvolvimento da economia da cultura: o IDECULT

Para medir o processo de desenvolvimento da cultura são necessários indicadores, e o IDECULT é uma contribuição nesse sentido. Este é um indicador sintético, que não deve funcionar de forma isolada, mas em diálogo com outros. Veremos adiante que ele mede parte dos dinamismos dos circuitos culturais, não incluindo medidas de democratização e de equidade das instâncias organizativas.

As dificuldades para a construção do IDECULT são de diferentes naturezas, a começar pela própria definição do que seja desenvolvimento cultural. Encontra dificuldades quanto à referência empírica – o que as estatísticas permitem captar ou excluir – e, ainda, aquelas decorrentes do fato de que a construção dos subíndices não permite uma total simetria entre eles, pois os dados são razoáveis sob certo aspecto em uma base estatística, mas não têm a mesma consistência em outra, a exemplo da construção da categoria *artesanato*, cujas características e consistência são diferenciadas se tomadas pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO), pelo Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE), pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) ou pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). Os exemplos podem ser estendidos, mas não é nosso objetivo neste trabalho.

O IDECULT resulta do tratamento estatístico das informações com base no município, o que oferece um retrato mais refinado das desigualdades e das dificuldades de acesso a bens culturais. Esse índice é composto por dois índices de consumo cultural – percentual de famílias que consomem cultura e dispêndio cultural por família nos municípios – e três de oferta cultural – porcentagens de empregos culturais, profissões ligadas à cultura e média de equipamentos culturais nos municípios. A normalização desses índices dá origem ao IDECULT, que

será apresentado, de início, em forma de *ranking* de municípios, seguido pela agregação por mesorregiões. A ideia é exatamente trabalhar diferentes alternativas de territorialização, embora tendo sempre o município como ponto de partida.

O IDECULT oferece um mapa da distribuição dos componentes mensuráveis da cultura e, na sequência, permite seu cruzamento com outros dados e informações, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano, de dados relativos à educação, ao esforço de gastos públicos na área cultural etc. Interessa perceber como a cultura se relaciona com a política e a economia, sendo, esta, um recurso integrante desses processos.

Os resultados sugerem que o dinamismo cultural se dá muito mais fora das instituições e depende muito pouco das políticas públicas, apesar dos dispêndios crescentes dos últimos anos. Esses cruzamentos iniciais indicam a necessidade de se entender melhor os dinamismos internos da cultura, sua estrutura institucional e de financiamento e, ambas fragmentadas, ou seja, sem escala e coordenação, tanto no que diz respeito aos usos de recursos quanto ao padrão organizacional.

O IDECULT é uma medida sintética, que tem sentido se referenciada a um conjunto teórico, reconhecidos os limites impostos pelas disponibilidades estatísticas.

QUADRO 2B
Indicador de desenvolvimento da economia da cultura

Indicador	Conceito	Problemas
IDECULT	O Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura mede o desenvolvimento da cultura por meio da padronização de informações sobre consumo cultural das famílias, mercado de trabalho cultural e sobre a presença de equipamentos culturais nos municípios brasileiros, como indicadores de demanda e oferta de bens culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Limita-se aos aspectos quantificáveis da cultura e descarta processos não captados pelas estatísticas, como as práticas e manifestações ligadas ao campo do patrimônio imaterial, o mercado de obras de arte e os fluxos comerciais para fora ou para dentro do país • Não capta as atividades culturais amadoras e não monetizadas • As bases de dados estatísticas não permitem a construção de conceito simétrico de cultura a partir do CBO, CNAE, POF e MUNIC • O consumo dos municípios é construído por técnicas estatísticas e modelagem econométrica

Elaboração: Ipea.

BOX 1

Definir e mensurar a cultura

Na primeira versão dos prolegômenos do texto da convenção, a cultura foi definida como: o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças; e a *diversidade cultural* foi definida como: "multiplicidade de meios pelos quais as culturas dos grupos sociais e das sociedades encontram a própria expressão". As *expressões culturais*, em si mesmas, englobam as noções de *conteúdos culturais* e de *expressões artísticas*. São "as diferentes maneiras pelas quais os *bens e serviços culturais*, bem como as outras atividades culturais, podem ser portadores de uma significação simbólica ou transmitir valores culturais". *Grosso modo*, os *bens e serviços culturais* correspondem às categorias artísticas em uso na instituição.

Os indicadores propostos pela Unesco para avaliar a cultura e as políticas culturais centram-se principalmente na "cultura material", nas realizações providas da atividade e da expressão criadora, bem como nos bens e serviços culturais institucionalizados e comercializados. Sessenta e dois indicadores medem o consumo de bens e serviços culturais e 19, as comunicações. Eles dizem respeito às *atividades* e às *tendências culturais* – jornais e livros, bibliotecas, rádio e televisão, cinema, música gravada –, às *práticas e patrimônio culturais* – o patrimônio tangível: sítios naturais ou culturais; o patrimônio imaterial: línguas, tradições orais, saberes e técnicas tradicionais, artes de espetáculo, estilos de vestir, cozinha etc. –, às *tendências de trocas culturais e da comunicação* – exportações culturais, fluxos turísticos, fluxos postais, de telecomunicações – e aos fluxos de tradução em línguas estrangeiras, sem esquecer as artes de espetáculo e os museus. Por fim, 19 indicadores medem os "valores" a partir da ratificação das Convenções das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos – direitos econômicos, sociais e culturais, direitos civis e políticos, contra as discriminações, os direitos da criança etc. O objetivo é ampliar os indicadores aos dispositivos sociais – as instituições e as políticas oficiais ou não – que estimulam ou desencorajam a vitalidade e a diversidade culturais, a ética universal, a participação na atividade criadora, o acesso à cultura e o respeito à identidade cultural (FUKUDA-PARR, 2004, p. 298).

Fonte: Mattelart (2005).

3.3 Como o IDECULT dialoga com a diversidade cultural

"No oposto dessa arte separada da vida social, sem fé nem lei, a arte digna deste nome deve subordinar-se à ciência, à moral e à justiça; ter por finalidade excitar a sensibilidade moral, suscitar os sentimentos de dignidade e de delicadeza, idealizar a realidade, substituindo a coisa pelo ideal da coisa, aperfeiçoando o verdadeiro e não o real. Em poucas palavras, ela deve educar; para isto, é preciso não transmitir impressões pessoais, mas restituir a verdade social e histórica que todos podem julgar." (BOURDIEU, 1996)

"Il y a une économie des bien culturels, mais cette économie a une logique spécifique qu'il faut dégager pour échapper à l'économisme. Cela en travaillant d'abord à établir

les conditions dans lesquelles sont produits les consommateurs des biens culturels et leur goût, en même temps qu' à décrire les différentes manières de s'approprier ceux dentre ses biens que son considérés à un moment donné du temps comme des ouvres d'art et les conditions sociales de la constitution du mode d'appropriation qui est tenu pour légitime."(BOURDIEU, 1979)

Desde os processos de formação do campo cultural e de construção de sua autonomia, os agentes culturais constroem e apresentam suas práticas como distanciadas das trocas de mercado.

O mercado cultural recorre a trocas, embora seus elementos econômicos sejam sublimados em nome da criatividade e da singularidade da produção do gênio artístico. Portanto, o mercado cultural segue outra lógica, diferente daquela da indústria cultural: a do reconhecimento, dos jogos interpretativos e produtivos que se orientam pelas capacidades de refundar e reinventar as obras e seus significados, a partir da história das relações estabelecidas e um campo autonomizado.

Aqueles que reconhecem o valor desses produtos, do gênio e da pureza artística, são, em geral, capazes de reconhecer as obras e produções, dados os longos processos de internalização dos dispositivos cognitivos aptos a reconhecer as obras como legítimas e como integrantes do campo das artes.

Produtores e fruidores – muito mais que consumidores – formam um círculo de agentes imbuídos da crença e dos mecanismos de reconhecimento mútuo, entre si como agentes, e dos bens e valores construídos e portadores de legitimidade cultural, inclusive por oposição àqueles menos capazes, profanos, leigos, ou considerados como bens e valores relacionados ao mero entretenimento. Dessa maneira, a oposição entre arte e mercado tem origem histórica.

O mercado é representado como fonte de nivelamento e achatamento da riqueza cultural. Já as artes e a cultura seriam enclaves críticos capazes de indagar sobre o futuro e questionar o presente, contrariamente aos produtos das indústrias culturais, alienadores e niveladores por definição.

Complementarmente, pode-se indicar que a forma de se resgatar a cultura artística é atribuir-lhe uma aura ou uma capacidade de oferecer recursos críticos contra a circulação ideológica conservadora – posto que orientada pelos mercados e seus mecanismos de fetichização e alienação – de signos e significados via dispositivos e obras que se reproduzem sob a forma de mercadorias, meros simulacros das obras e da força original das artes e da cultura.

Não é incomum o deslocamento do mesmo desejo de autenticidade, singularidade e reativação dos mecanismos auráticos para categorias como cultura popular, nação, comunidade etc. Não raro esses deslocamentos vêm acompanhados de crítica aos mercados e, quando não, aos mecanismos burocráticos e

racionalizadores das políticas culturais pelo potencial destrutivo e homogeneizador que têm, quando se tomam suas relações com a diversidade e a criatividade cultural. Ainda há a possibilidade do termo *cultura popular* servir de elemento de construção de discursos, práticas e políticas de ação contra-hegemônica.

Não é demais repetir: as forças de mercado são assim acusadas de simplificação e desfiguração das obras da criatividade e dos elementos mínimos de convivência presentes em cada comunidade. Neste último caso, o que estaria em jogo seria a perda dos laços de convívio e dos dispositivos de uma cultura crítica e de resistência.

Eventualmente, essas qualidades da cultura, inclusive, associadas às artes, mas também às culturas populares e, por consequência, extensíveis à própria diversidade cultural, se veriam diluídas diante da ampliação do escopo dos produtos e conteúdos oferecidos pelos mercados de bens culturais. As artes e as culturas populares seriam, então, enclaves simbólicos capazes de contribuir para o desenvolvimento da cultura, de indagar sobre o futuro, contestar o presente e se colocar, por seu espírito crítico, no caminho de um sistema cultural ancorado na valorização das diferenças e na construção da diversidade.

Diversidade cultural se refere, portanto, a dois aspectos simultâneos, complementares e ancorados, e a um terceiro que seria a síntese de todos eles:

- valorização e proteção da diferença; e
- interação das diferenças no sentido de criação de uma cultura comum, sendo que esta permite o fluxo de significados e estimula a marcação das diferenças, não caminhando, entretanto, para a homogeneização ou para o domínio de uma forma de cultura sobre outra.

O terceiro aspecto se refere ao âmbito de validade e aplicação desses dois aspectos conceituais. Deve-se atentar para o fato de que o debate sobre a diversidade ganhou dimensão jurídica substantiva nas discussões a respeito da “exceção cultural”, quando alguns países europeus, capitaneados pela França, defenderam que o tratamento dispensado aos bens culturais nas trocas internacionais deveria ser diferenciado. Argumentavam que os bens culturais são portadores de referências às identidades nacionais e deveriam ser objeto de proteção no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e depois no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). O corolário era que esses bens poderiam ser objeto de políticas ativas de incentivo e proteção por parte dos Estados e não seriam, assim, objeto dos processos de liberalização comercial, como pode ser verificado em Alvarez (2008). O âmbito de aplicação do princípio da diversidade alcançaria, portanto, as trocas econômicas internacionais e os instrumentos que as regulam. Mas os organismos internacionais, em especial a Unesco, trataram de estender a

noção de diversidade também para o âmbito das culturas populares, em especial nos países em desenvolvimento ou não desenvolvidos, com o que se completa a formulação do terceiro elemento:

- a diversidade se refere ao âmbito das artes, das indústrias culturais e das trocas comerciais e às formas de vida.

Portanto, o campo semântico do conceito de diversidade é bastante amplo e não há um completo acordo, o que se constata pelas diferentes referências feitas ao termo. Pode se referir à diversidade linguística, à diversidade de expressões artísticas, às indústrias culturais, aos processos de defesa ou reinvenção de identidades. Cada uma dessas referências tem sua complexidade própria e envolve agentes diferenciados.

A questão da diversidade pode ser problematizada de diferentes maneiras. Pode ser tratada no viés da exceção cultural – quando pretende defender as indústrias culturais nacionais – e; pode ser tratada como política de proteção de culturas vulneráveis, a exemplo do reconhecimento de diferenças – quando o conceito mais próximo é de multiculturalismo –, como de transculturação, mestiçagem cultural – quando os padrões de cultura são reconhecidos como necessariamente híbridos –, de interculturalidade, de diálogo cultural e assim por diante (DE LA DIVERSITÉ..., 2007-2008). Também aqui os problemas que conformam a reflexão são variados.

O que há de comum a essas reflexões é a necessidade de reconhecimento e realização de ações efetivas de defesa das formas simbólicas de produção e de experiência cultural. Também é comum a ideia de que a experiência cultural é móvel e processual. Dessa maneira, ao se associar a diversidade a uma intenção de proteção e promoção, é necessário lembrar as formas que permitiriam o processamento político dessas ações.

4 O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

Construir um índice sintético consiste em sumarizar determinadas características de uma população, em dado contexto. Esta metodologia busca captar a multidimensionalidade de um fenômeno a partir da conjugação das diversas facetas que o compõem. A ideia é que se possa expressar, por meio de um número ou coeficiente, uma estimativa da intensidade com que o fenômeno se apresenta em determinada situação.

Os indicadores sintéticos ou *índices sociais* são criados a partir da aglutinação de dois ou mais indicadores simples, relativos a distintas dimensões de uma realidade social.

Conforme Jannuzzi (2001, p. 22), indicadores de natureza composta têm o mérito de serem simples e de oferecerem alto poder de síntese. São, portanto, vistos como propícios a situações em que se deseja ter uma avaliação geral sobre um conceito que está sendo investigado em determinados grupos sociais.

Assim, quando se trata de uma questão complexa, em que se relacionam múltiplos fatores, existem vantagens de se trabalhar com um indicador sintético, em vez de se dispor de sistemas constituídos por uma série de indicadores separados. A razão para isso é que o índice sintético é capaz de dar uma ideia genérica sobre o fenômeno estudado de forma mais rápida e objetiva.

Além disso, indicadores sintéticos oferecem a possibilidade de que sejam realizados confrontos e classificações entre situações sociais distintas, assim como possibilitam comparações ao longo do tempo (HAQ, 2003, p. 110). Propiciam a realização de comparações que visam esclarecer questões que podem ser relevantes para o conhecimento das nuances que marcam realidades diversas, tais como: O fenômeno estudado tem crescido ao longo do tempo? É mais intenso em um lugar do que em outro? Há alteração da situação após alguma mudança de política?

Nessa perspectiva, esses índices quantitativos são vistos como relevantes para a elaboração de políticas públicas. Isto decorre do fato de que ações de governo precisam se balizar em instrumentos que ajudem a delimitar a população visada, estimar seus custos e avaliar seus efeitos (SALAMA; DESTREMAU, 2001, p. 105). A produção desses indicadores justifica-se, portanto, pela caracterização e quantificação que eles oferecem das populações sob estudo, auxiliando a tomada de decisão, elaboração e implementação de políticas, programas e projetos.

Os indicadores sintéticos ajudam também a orientar a organização de instrumentos de avaliação e monitoramento dos recursos, dos esforços e das ações. Por possibilitarem a comparação entre diferentes contextos, permitem que se elaborem políticas específicas para o suprimento de demandas e deficiências

identificadas em áreas e regiões carentes de fomento. Além desses aspectos, em consonância com a visão de Fukuda-Parr (2004), esses indicadores funcionam como uma ferramenta de diálogo político, na medida em que contêm informação que serve para avaliar, e não meramente descrever. Tornam-se, portanto, elementos de diálogo e debate ao proporcionarem materiais e subsídios para a investigação, a medida, o acompanhamento e a análise do segmento.

Contudo, é preciso ter em mente que, tal qual acontece com outras metodologias de investigação empírica, os índices sintéticos oferecem uma simplificação da realidade. Naturalmente, não é possível abranger, em único número, todos os aspectos envolvidos no fenômeno estudado.

A realidade social dos fatos é sempre mais rica e complexa do que um índice pode capturar – sua capacidade de incorporação de distintas dimensões é limitada, sendo recomendável a inserção dos aspectos mais significativos para a análise e a exclusão de elementos supérfluos, uma vez que a falta de parcimônia tornaria confuso o panorama que se deseja obter e dificultaria o delineamento das tendências principais (HAQ, 2003, p. 111). O (re)conhecimento desse aspecto inerente aos indicadores sintéticos é necessário para que se possa tirar o melhor proveito possível do potencial analítico que eles oferecem.

Outra questão intrínseca aos índices sintéticos – comum às demais tentativas de se apreender a realidade empírica em pesquisas sociais – diz respeito às dificuldades encontradas para se traduzir elaborações conceituais em termos de definições operacionais.

As investigações sociais envolvem conceitos abstratos, referentes a processos sociais abstratos, também chamados de “latentes”, uma vez que eles existem em um nível mais subjacente, mas não são diretamente observáveis na realidade. Por isso, não são passíveis de mensuração direta por meio de variáveis observáveis, as quais são passíveis de coletar. Frente a essa dificuldade, a passagem do nível teórico para o empírico não é algo trivial.

A maneira de se realizar essa passagem é indireta. Utilizam-se variáveis observáveis como indicadores para representar os conceitos latentes. Essa operação baseia-se na assunção de que, subjacente a toda variável observável, existe uma não observável ou “latente”. É essa variável latente que carrega a verdadeira informação social que se quer aferir. No entanto, como sua natureza não permite a aferição dos valores subjacentes, ocultos, ela deve ser apreendida por meio de sua manifestação na realidade: a variável observável.

É com base nesse procedimento que se incluem, nos cálculos dos índices sintéticos, os conceitos sociais abstratos não diretamente observáveis na realidade. Para tanto, uma série de escolhas deve ser feita, a qual deve se balizar

entre dois extremos: por um lado, a busca pela correspondência ou identificação entre a noção abstrata e a esfera real; por outro, a possibilidade de coleta da informação.

Por isso, a escolha das dimensões componentes de um indicador sintético – as quais remetem aos processos latentes da realidade social estudada – depende não somente das suas relevâncias conceituais, mas também da sua viabilidade empírica, ou seja, da disponibilidade e do acesso a dados confiáveis que possam refleti-las adequadamente.

A partir do exposto, podem-se discernir os principais méritos e potencialidades dos indicadores sintéticos. Primeiramente, sua habilidade de conjugar conceitos complexos, multidimensionais e abstratos, expressando-os sob a forma de um só índice. Outra possibilidade analítica oferecida por essa metodologia é seu desdobramento em subíndices. Indicadores de natureza sintética podem sofrer vários tipos de decomposições, de modo a exibirem as informações implícitas nas medidas globais. Além disso, as decomposições podem ocorrer segundo outros critérios que se mostrem relevantes: por sexo, grupo étnico, região geográfica ou outros aspectos que espelhem a sociedade.

Com isso, as disparidades existentes entre distintos subgrupos da população de um país podem ser delineadas (HAQ, 2003, p. 106). Por fim, a produção de indicadores sintéticos pode ser acompanhada por técnicas de geoprocessamento. Assim, torna-se possível localizar e discriminar geograficamente as diferentes formas de manifestação do fenômeno estudado em áreas específicas.

A partir dessas considerações pode-se afirmar que o registro simbólico e as interações sociais que engendram as dinâmicas de produção da diversidade cultural não são apreendidos pelo IDECULT. Este indicador apreende aspectos materiais e quantificáveis.

Na verdade, o IDECULT apreende o setor cultural, o consumo e os equipamentos. A vantagem é que pela primeira vez foi capaz de descer ao nível municipal medindo parte dos elementos materiais do dinamismo cultural, ou seja, parte do que se pode denominar de economia da cultura.

Portanto, o setor cultural não é a cultura, o consumo não é a cultura, embora ambos constituam-se em partes importantes dos dinamismos culturais mensuráveis nas nossas bases de dados mais importantes e consolidadas.

Aliás, cada uma das categorias da classificação escolhida tem estrutura legal e econômica diversa, bem como suas relações com as políticas públicas e os mercados possuem diferenciadas formas estruturais, de alinhamentos de interesses, formas de produção, variação e estrutura de preços etc., e cada região multiplica as diferenciações e intensifica os problemas metodológicos e de interpretação.

Outro ponto é que os sistemas de regulação jurídica de cada categoria são diversamente relacionados às políticas nacionais e aos universos mercantis privados nacionais e internacionais. Todos esses aspectos são desconhecidos e exigem aprofundamentos e estudos extensivos. Não é papel do IDECULT se apossar dessas complexidades.

No entanto, o indicador proposto apreende os resultados dos fluxos de bens e significados que constroem experiências singulares nos diferentes espaços sociais e que deverão ser analisados em suas especificidades por trabalhos qualitativos. Sobretudo *o indicador é revelador da distribuição de bens e atividades culturais entre os municípios e os grupos sociais pertencentes a cada um dos municípios brasileiros.*

BOX 2

O município como unidade de análise

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), houve um processo de maior descentralização administrativa que redefiniu o pacto federativo. Os municípios ganharam responsabilidades e recursos. Na área da cultura, a reestruturação do pacto federativo ainda está em andamento. Os municípios brasileiros possuem diferentes graus de institucionalidade, com presenças heterogêneas de equipamentos culturais e órgãos públicos de gestão cultural. Também possuem características socioeconômicas e demográficas bastante diversificadas, o que pressupõe diferentes formas e condições para responder a demandas pelos direitos culturais.

De qualquer forma, os municípios são a unidade político-administrativa em que se realizam as práticas relacionadas à vida cotidiana dos cidadãos. Portanto, é o espaço privilegiado para captar as dinâmicas culturais locais, em que efetivamente as políticas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, se manifestam.

Além dessa proximidade dos fenômenos, existe uma segunda razão para a construção do IDECULT em nível municipal: a disponibilidade de informações oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para essas unidades de análise.

Apesar dessa escolha, sabe-se que os fluxos de produção e fruição cultural não se limitam às fronteiras municipais, mas se propagam por localidades próximas.

Em síntese, os seguintes pontos justificam a escolha do município como unidade de análise:

- é o espaço onde as práticas acontecem;
- é a unidade político-administrativa mais próxima do cidadão;
- há disponibilidade de informações padronizadas para todo o território nacional; e
- responde ao comando da CF/88, no que se refere ao pacto federativo.

É ainda necessário dizer que o caráter nacional, popular, de massa etc. também é pressuposto não questionado. Também nesses casos, há processos de construção de cada uma dessas categorias que são datadas e que apenas fazem sentido em contextos analíticos e políticos diversos. Cada um deles

tem registro seletivo do que são processos culturais e suas relações com os fenômenos econômicos e políticos. Não é demais lembrar o caráter político e histórico da construção das comunidades nacionais e suas culturas, caráter extensível a cada um desses conceitos. A realidade nacional e regional não se reduz à somatória de qualidades de suas partes, há um processo de construção de comunidades imaginárias de pertencimento, que abstrai contradições, complexidades e heterogeneidades, mas, em geral, é assim que os tratamos, por economia de linguagem, apelos de uma visão sintética dos fenômenos e processos cognitivos de ordenação de sentidos.

É difícil abstrair a cultura de seu sistema de diferenças locais, das heteronomias e conflitos culturais entre grupos, regiões e países, a não ser por um processo de esquecimento em função da racionalização unívoca que os processos políticos de circunscrição ao território do Estado-Nação – ou outro – exigem. É como se a unidade desta forma de Estado obliterasse a complexidade dos espaços culturais e dos seus múltiplos e concomitantes sistemas de inclusão e exclusão estrutural.

De qualquer maneira, o IDECULT também permite a construção de uma visão a uma vez panorâmica e meticulosa e responde parcialmente a algumas indagações:

- como se distribuem as atividades de produção cultural;
- como se distribuem os equipamentos culturais;
- quem consome cultura no Brasil; e
- onde estão esses consumidores.

Como já se enfatizou, os princípios da igualdade, da equidade e do respeito às diferenças exigem a atuação dos estados para equilibrar e regular o jogo dos mercados, tendentes à concentração e à apropriação privada de ganhos e, em muitos casos, em certo registro analítico, de limitação da diversidade.

Assim, a forma mais ou menos democrática dos instrumentos políticos vai fazer a diferença a respeito dos grupos e das regiões culturais que serão objeto das iniciativas públicas, sem falar que as bases fiscais do conjunto político também condicionarão as políticas culturais locais, bem como suas bases regulatórias e institucionais.

Esses pontos não são tematizados pelo IDECULT, mas devem estar presentes no quadro que emoldura e confere significado político ao indicador. Retoma-se com o IDECULT a discussão da igualdade como moldura das questões relacionadas ao respeito às diferenças e à diversidade, mas, como todo indicador sintético, este apresenta limitações.

A questão da democratização de acesso à cultura é bastante complexa e problemática. Vamos dizer que o IDECULT aponta para uma grande desigualdade no acesso à cultura medida, e que, se é razoável dedicar tempo e esforço institucional para oferecer cultura à população em geral, as políticas culturais deverão pensar com radicalidade suas estratégias atuais, em especial aprofundando as reflexões a respeito do seu papel no desenvolvimento global.

Não há razão para pensar o desenvolvimento em apenas uma dimensão, muito menos há razão para pensar que a cultura está ou esteve isolada dos processos de integração social e econômica. Os números já o demonstraram à exaustão, e o IDECULT reforça a tese de que desenvolvimento e equidade devem caminhar lado a lado.

4.1 Emprego cultural

O IBGE realiza decenalmente um censo demográfico. Essa pesquisa permite traçar uma visão relativamente completa do perfil socioeconômico da população brasileira – com representatividade para diversos níveis de agregação territorial –, das grandes regiões, das regiões metropolitanas (RMs) e dos municípios.

Esta seção aproveita o censo para construir um mapa panorâmico das profissões culturais, excluindo os professores de arte, para os quais a desagregação do censo não é suficiente. Os dados apresentados oferecem uma descrição quantitativa e uma caracterização do emprego cultural nas profissões culturais, ou seja, as profissões do domínio das artes, dos espetáculos, do patrimônio, da publicidade, da arquitetura, das humanidades e das informações.

O quadro 3 indica as profissões que foram usadas para a construção da categoria *profissão cultural*, a partir do CBO.

QUADRO 3
Composição dos empregos culturais

1 Arquitetos
2 Publicidade
2.1 Profissionais de <i>marketing</i> , publicidade e comercialização
3 Documentação, conservação e patrimônio
3.1 Arquivologistas e museólogos
3.2 Técnicos em biblioteconomia
3.3 Técnicos em museologia
3.4 Escriturários de serviços de biblioteca e documentação
3.5 Encadernadores e recuperadores de livros – pequenos lotes ou unidade

(Continua)

(Continuação)

<p>4 Profissões literárias</p> <p>4.1 Filólogos, tradutores e intérpretes</p> <p>4.2 Escritores e redatores</p> <p>4.3 Profissionais do jornalismo</p> <p>4.4 Especialistas em editoração</p>
<p>5 Profissões das artes e dos espetáculos</p> <p>5.1 Produtores de espetáculos</p> <p>5.2 Coreógrafos e bailarinos</p> <p>5.3 Atores, diretores de espetáculos e afins</p> <p>5.4 Compositores, músicos e cantores</p> <p>5.5 Bailarinos de danças populares</p> <p>5.6 Músicos e cantores populares</p> <p>5.7 Palhaços, acrobatas e afins</p> <p>5.8 Apresentadores de espetáculos</p> <p>5.9 Cinegrafistas</p> <p>5.10 Técnicos em operação de aparelhos de projeção</p>
<p>6 Fotógrafos</p>
<p>7 Profissionais das artes plásticas e <i>designer</i></p> <p>7.1 Desenhistas industriais (<i>designer</i>), escultores, pintores e afins</p> <p>7.2 Decoradores de interiores e cenógrafos</p> <p>7.3 Desenhistas técnicos e modelistas</p> <p>7.4 Técnicos em artes gráficas</p>
<p>8 Arte popular e artesanato</p> <p>8.1 Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semipreciosos</p> <p>8.2 Ceramistas – preparação e fabricação</p> <p>8.3 Vidreiros e ceramistas – acabamento e decoração</p> <p>8.4 Trabalhadores artesanais da tecelagem</p> <p>8.5 Trabalhadores artesanais da confecção de roupas</p> <p>8.6 Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles</p>

Elaboração: Ipea.

À diferença do Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE), os dados do CBO apresentam profissões específicas da área cultural que podem ser exercidas em qualquer atividade econômica.

A agregação foi feita com base nos 5.507 municípios. Os dados foram organizados por unidades da Federação (UFs). O objetivo central é acompanhar o dinamismo cultural em níveis administrativos e políticos diferenciados de forma a consolidar uma visão de conjunto da cultura no Brasil, referindo sistematicamente indicadores que permitam visualizar e qualificar essa dinâmica. A caracterização que se segue é agregada para o Brasil e seus estados.

4.1.1 As mulheres e os brancos são maioria nas profissões culturais e representam 1,7% das ocupações nacionais

Em 2000, a cultura representava 1,7% das ocupações e montava 1,148 milhão de ocupações. A distribuição pelos estados demonstra as heterogeneidades dos dinamismos locais, em que três deles (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) concentram 49% das profissões culturais.

A participação das profissões culturais no total das ocupações mostra que Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, dos estados do Nordeste, têm participação acima da média nacional, sendo que Sergipe é igual a 1,7%, tal qual Minas Gerais, no Sudeste, e Santa Catarina, no Sul. Rio de Janeiro (2,4%), São Paulo (2,1%) e Brasília (2,1%), seguido pelo Rio Grande do Sul (1,9%), têm as maiores participações relativas da cultura no total de ocupações.

A tabela 1 apresenta essas características de forma detalhada e ainda apresenta a participação feminina e étnica – negros – na cultura.

TABELA 1
Profissões culturais – total, participação feminina e por etnia – Brasil, 2000

UF	Total cultura	UF do total (%)	Participação cultural nas ocupações totais (%)	Participação feminina na cultura	Participação de negros na cultura	Relação entre a participação feminina na cultura e no total	Relação entre a participação de negros na cultura e no total
Rondônia	4.950	0,4	0,9	39,7	49,7	1,25	0,88
Acre	1.455	0,1	0,8	26,8	64,7	0,78	0,93
Amazonas	10.252	0,9	1,2	28,1	66,3	0,79	0,90
Roraima	1.814	0,2	1,5	31,6	69,6	0,86	0,97
Pará	22.907	2,0	1,1	34,5	66,2	1,08	0,90
Amapá	1.768	0,2	1,2	31,3	64,3	0,87	0,89
Tocantins	4.232	0,4	1,0	29,6	60,3	0,89	0,88
Maranhão	21.259	1,9	1,1	45,9	69,8	1,36	0,95
Piauí	14.006	1,2	1,4	44,5	69,4	1,29	0,94

(Continua)

(Continuação)

UF	Total cultura	UF do total (%)	Participação cultural nas ocupações totais (%)	Participação feminina na cultura	Participação de negros na cultura	Relação entre a participação feminina na cultura e no total	Relação entre a participação de negros na cultura e no total
Ceará	62.875	5,5	2,4	57,5	61,3	1,58	0,97
Rio Grande do Norte	15.078	1,3	1,7	45,2	48,3	1,25	0,84
Paraíba	21.552	1,9	1,8	44,8	54,3	1,24	0,93
Pernambuco	40.557	3,5	1,5	40,6	48,7	1,07	0,83
Alagoas	9.589	0,8	1,1	36,5	57,4	1,01	0,87
Sergipe	10.500	0,9	1,7	45,6	61,8	1,22	0,91
Bahia	60.726	5,3	1,3	38,6	66,2	1,05	0,89
Minas Gerais	119.757	10,4	1,7	45,9	34,6	1,23	0,77
Espírito Santo	19.088	1,7	1,5	46,8	42,1	1,22	0,86
Rio de Janeiro	131.041	11,4	2,4	44,1	29,4	1,09	0,67
São Paulo	313.531	27,3	2,1	40,5	17,7	1,04	0,64
Paraná	62.438	5,4	1,5	44,5	14,4	1,18	0,67
Santa Catarina	41.159	3,6	1,7	38,8	7,6	0,99	0,82
Rio Grande do Sul	84.370	7,3	1,9	43,8	8,1	1,08	0,69
Mato Grosso do Sul	10.902	0,9	1,3	37,6	35,2	1,06	0,81
Mato Grosso	10.742	0,9	1,1	36,5	47,4	1,12	0,88
Goiás	33.274	2,9	1,6	39,8	42,9	1,09	0,87
Distrito Federal	18.274	1,6	2,1	43,8	37,0	1,00	0,74
Total Brasil	1.148.096	100	2	42,8	32,9	1,13	0,76

Fonte: Censo 2000/IBGE.

Ressalte-se que a participação feminina nas profissões culturais é de 42,8%, enquanto essa mesma participação nas ocupações gerais é de 37,7%. Então, a participação feminina na cultura é cerca de 13% maior que na ocupação em geral.

Nos estados do Norte, a cultura é mais masculina que o resto do mercado de trabalho, exceto Pará, cuja concentração feminina está abaixo da nacional, e Rondônia. Os estados das outras regiões brasileiras, com exceção de Santa Catarina, apresentam sempre maior concentração de mulheres nas profissões culturais. Muitos deles apresentam relação superior aos 13% nacional. Ceará, Maranhão e Piauí são os três maiores.

Já a participação dos negros é menor (32,9%) na cultura que nas ocupações em geral (43,5%). Embora em diversos estados, em especial Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a cultura seja constituída em grande medida por negros (pardos + pretos), a participação é sempre menor que a contribuição dos negros nas ocupações em geral.

Destaque-se que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul são os que têm menor participação de negros, com relação aos ocupados em geral. Esse “branqueamento” do mercado de trabalho cultural pode estar relacionado à discriminação racial, mas também às diferenças na escolaridade entre os grupos, uma vez que na cultura o nível de escolaridade é maior.

Em mercados de trabalho em que há maior peso dos negros verifica-se comportamento semelhante para a participação dos negros na cultura. Norte e Nordeste, estados com maior participação de negros no mercado de trabalho, têm maior participação também na cultura. Exceção para os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte com menores pesos relativos para os negros na cultura. Por outro lado, os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem menos negros nas ocupações, em geral, e na cultura, em particular.

4.1.2 A escolaridade nas profissões culturais é maior

Aproximadamente 25% das ocupações culturais são exercidas por pessoas com ensino superior. Portanto, o nível de formação é relativamente mais elevado quando comparado com os 10,7% dos ocupados com escolaridade superior. A participação dos escolarizados com nível superior aumenta nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em que pode chegar ao dobro da participação nas ocupações em geral.

No Rio Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, a participação de pessoas com esse nível de escolaridade aproxima-se de 40%-38%, 35% e 39%, respectivamente. Apenas no Ceará, a participação é menor, em decorrência da presença das profissões artesanais de menor escolarização.

A tabela 2 mostra essas características para cada um dos estados brasileiros.

TABELA 2
Profissões culturais por nível de escolaridade – Brasil, 2000

UF	Ocupações gerais com superior (%)	Ocupações culturais com superior (%)	Relação participação de alta escolaridade na cultura e no total
Rondônia	4,9	7,9	1,62
Acre	6,2	10,5	1,70
Amazonas	6,1	14,7	2,43
Roraima	7,0	9,9	1,42
Pará	4,9	11,1	2,27
Amapá	6,9	6,9	1,00
Tocantins	5,2	10,1	1,93
Maranhão	3,0	5,7	1,90
Piauí	4,6	5,9	1,28
Ceará	6,4	5,9	0,92

(Continua)

(Continuação)

UF	Ocupações gerais com superior (%)	Ocupações culturais com superior (%)	Relação participação de alta escolaridade na cultura e no total
Rio Grande do Norte	8,4	14,7	1,75
Paraíba	8,2	11,7	1,41
Pernambuco	8,9	19,7	2,20
Alagoas	6,1	15,0	2,45
Sergipe	6,6	10,5	1,60
Bahia	4,9	16,4	3,38
Minas Gerais	9,0	18,1	2,02
Espírito Santo	8,3	19,6	2,36
Rio de Janeiro	16,2	38,2	2,36
São Paulo	15,8	35,2	2,23
Paraná	11,2	25,4	2,28
Santa Catarina	10,4	23,0	2,21
Rio Grande do Sul	12,5	27,1	2,17
Mato Grosso do Sul	11,2	18,1	1,61
Mato Grosso	8,4	16,7	1,99
Goiás	7,9	14,6	1,84
Distrito Federal	21,0	39,9	1,90
Total Brasil	10,7	24,9	2,32

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.1.3 Participação maior dos jovens

Uma das questões mais relevantes que apareceram na agenda política nos últimos anos foi a da integração do jovem, em termos culturais, sociais e econômicos. A cultura não é o único mecanismo, mas tem despontado como um dos âmbitos mais importantes, no que se refere ao potencial de inserção simbólica e laboral.

Nas profissões culturais, a participação de pessoas entre 10 e 40 anos (grupo de jovens) é maior, cerca de 3%, que nas ocupações gerais. As duas exceções são: a ex-capital, Rio de Janeiro, e a atual, Brasília, cujos mercados de trabalho na área cultural têm maior participação dos mais velhos. Deve-se destacar que aproximadamente 70% das profissões culturais são realizadas por pessoas entre 10 e 40 anos.

Três estados merecem destaque pela juventude do mercado cultural *vis-à-vis* o mercado local de ocupações: Paraíba, cuja participação dos jovens é 13% superior às demais áreas; Sergipe e Santa Catarina que também se destacam por possuírem percentuais superiores de pessoas jovens.

São Paulo abriga 19% dos ocupados jovens, seguido de Minas Gerais (7,3%), Rio de Janeiro (7%) e Rio Grande do Sul (5%). Interessante notar que o Ceará tem 45,7 mil profissionais ligados à cultura abaixo de 40 anos, ou seja, 4% do total.

4.1.4 A renda média da cultura é maior que a geral

A tabela 3 apresenta a distribuição dos salários médios no mercado em geral e na cultura, em 2000, quando o salário mínimo era de R\$ 151,00. Uma primeira observação é que o salário na cultura era 53% superior ao do mercado em geral. Todos os estados, com exceção do Ceará e do Mato Grosso do Sul, remuneravam melhor, em média, os ocupados na cultura do que a média das demais ocupações.

Quanto à distribuição da renda, deve-se enfatizar que cinco estados mais o Distrito Federal apresentavam renda média superior a R\$ 723,00, em 2000. Apenas Mato Grosso e Ceará apresentaram rendas médias inferiores às das demais profissões não culturais.

O Distrito Federal oferece a maior renda média (R\$ 1,4 mil), seguido de São Paulo (R\$ 1,3 mil) e Rio de Janeiro (R\$ 1,2 mil). Observe-se que, com a exceção dos dois estados já citados, todos os demais têm a renda média na cultura maior que nas demais profissões.

A tabela 3 mostra que a participação da renda do trabalho na cultura corresponde a 2,7% da renda no Brasil, sendo que, no Rio de Janeiro ela corresponde a 4% do total; em São Paulo, a 3,3%; e no Distrito Federal, a 3%.

As demais colunas apresentam a renda média, a renda média das profissões culturais e a última, a relação entre as duas.

TABELA 3
Profissões culturais por renda média recebida – Brasil, 2000

UF	Participação da renda do trabalho cultural no total	Renda média geral	Renda média cultura	Renda das ocupações culturais/ocupações gerais
Rondônia	1,16	502,9	643,8	1,28
Acre	1,33	419,1	708,1	1,69
Amazonas	1,69	450,0	636,8	1,41
Roraima	2,44	556,9	870,0	1,56
Pará	1,36	399,2	487,3	1,22
Amapá	1,44	565,7	663,6	1,17
Tocantins	1,49	395,1	577,1	1,46
Maranhão	1,42	243,0	306,2	1,26
Piauí	1,56	245,6	276,1	1,12
Ceará	2,29	317,5	292,5	0,92
Rio Grande do Norte	2,06	362,2	444,1	1,23
Paraíba	2,05	286,8	322,1	1,12
Pernambuco	2,70	378,2	657,3	1,74
Alagoas	1,53	307,2	435,4	1,42

(Continua)

(Continuação)

UF	Participação da renda do trabalho cultural no total	Renda média geral	Renda média cultura	Renda das ocupações culturais/ocupações gerais
Sergipe	1,99	335,0	382,9	1,14
Bahia	2,51	330,9	619,4	1,87
Minas Gerais	2,17	506,9	646,5	1,28
Espírito Santo	2,02	509,2	694,7	1,36
Rio de Janeiro	4,08	717,1	1.211,7	1,69
São Paulo	3,30	844,0	1.310,3	1,55
Paraná	2,13	592,9	806,8	1,36
Santa Catarina	2,26	602,2	780,9	1,30
Rio Grande do Sul	2,35	584,0	723,3	1,24
Mato Grosso do Sul	1,23	571,0	535,7	0,94
Mato Grosso	1,26	600,6	710,9	1,18
Goiás	2,16	548,0	727,4	1,33
Distrito Federal	3,03	1.082,3	1.498,5	1,38
Total Brasil	2,73	574,8	880,5	1,53

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.1.5 A precariedade das relações de trabalho nas profissões culturais

Outra dimensão importante do mercado de trabalho é seu nível de informalidade. O trabalho informal refere-se às atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional instituído pelo Estado e também abrange as atividades não assalariadas desenvolvidas por autônomos, quando não há separação clara entre propriedade do empreendimento e as atividades desenvolvidas. Enfim, refere-se aos trabalhadores sem carteira assinada e aos autônomos ou trabalhadores por conta própria, sendo que no primeiro caso a informalidade não respeita a legislação trabalhista em vigor e o segundo, embora não ilegal, pode ser considerado informal pela precariedade da relação de trabalho assalariada. Nesse último caso, há a possibilidade de formalização no âmbito previdenciário, com pagamento de contribuições específicas, mas a precariedade em termos de mercado de trabalho permanece.

Então, o setor informal gera empregos de baixa qualidade e remuneração, além de evasão de recursos pela via do descumprimento da lei. Este setor constituiu-se durante a década de 1990, com variações, em aproximadamente 50% do mercado de trabalho brasileiro.

Neste estudo, o setor informal é, pelo número de ocupados sem carteira, autônomos ou não remunerados, dividido pelo total.

A tabela 4 mostra que o nível de informalidade nas profissões culturais (62,9%) é 13% maior que no total (55,6%) das ocupações como um todo. Essa realidade é observada em todos os estados exceto em Roraima.

Os três campeões de informalidade na cultura, Maranhão, Piauí e Ceará, são os que remuneram pior o trabalhador. São Paulo, cujo mercado cultural é muito dinâmico – 11,4% das ocupações nacionais e a segunda maior remuneração –, tem o maior diferencial entre informalidade na cultura em relação ao total (28%).

TABELA 4
Profissões culturais – informalidade – Brasil, 2000

UF	Informalidade geral CBO (%)	Informalidade cultura CBO (%)	Relação informal cultura e geral
Rondônia	68,5	68,8	1,00
Acre	67,7	73,7	1,09
Amazonas	72,6	80,7	1,11
Roraima	77,1	74,7	0,97
Pará	78,0	83,9	1,08
Amapá	65,7	76,1	1,16
Tocantins	76,8	77,7	1,01
Maranhão	84,2	85,6	1,02
Piauí	81,2	85,2	1,05
Ceará	73,0	85,2	1,17
Rio Grande do Norte	65,2	75,6	1,16
Paraíba	73,9	81,9	1,11
Pernambuco	66,8	74,2	1,11
Alagoas	69,7	75,6	1,08
Sergipe	67,2	76,0	1,13
Bahia	69,7	74,0	1,06
Minas Gerais	54,0	65,6	1,21
Espírito Santo	58,2	67,0	1,15
Rio de Janeiro	45,5	55,4	1,22
São Paulo	40,8	52,0	1,28
Paraná	49,7	59,7	1,20
Santa Catarina	44,6	50,0	1,12
Rio Grande do Sul	47,5	55,0	1,16
Mato Grosso do Sul	59,6	74,3	1,25
Mato Grosso	64,0	71,2	1,11
Goiás	61,3	72,8	1,19
Distrito Federal	48,2	56,7	1,18
Total Brasil	55,6	62,9	1,13

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.1.6 A distribuição das profissões culturais é concentrada nos municípios maiores. Trinta entre os 5.507 municípios brasileiros concentram 42% das profissões culturais. Em geral, se constituem em municípios de capital e de regiões metropolitanas próximos às capitais. São Paulo lidera o *ranking* com 11,3%, seguido do Rio de Janeiro (6,6%) e de Belo Horizonte (2,7%), e assim por diante.

A participação da cultura nas ocupações totais é variável, sendo de 2,8% nessas 30 municipalidades, 17% no Brasil e 5% em Limeira e Franca (4,4%), cidades do interior e próximas de São Paulo, ou Niterói, vizinha do Rio de Janeiro, com 4%.

No entanto, mesmo com esse padrão de concentração, é de chamar atenção para certo dinamismo cultural em outros municípios brasileiros, sendo que em muitos – mais de 650 deles – as ocupações culturais representam mais de 1,7% do total.

TABELA 5
Profissões culturais – os 30 maiores municípios – Brasil, 2000

Município	Ocupação cultural 2000	Participação no total Brasil	Participação da cultura nas ocupações municipais
Brasil	1.148.096	100	1,7
São Paulo	130.435,4	11,4	3,07
Rio de Janeiro	76.720,3	6,7	3,38
Belo Horizonte	31.519,2	2,7	3,36
Salvador	23.006,6	2,0	2,52
Curitiba	22.768,8	2,0	3,30
Porto Alegre	21.406,8	1,9	3,69
Fortaleza	18.373,0	1,6	2,37
Brasília	18.273,8	1,6	2,19
Goiânia	14.761,6	1,3	3,01
Recife	11.990,2	1,0	2,41
Campinas	9.225,4	0,8	2,27
Belém	9.196,2	0,8	2,04
Niterói	7.616,2	0,7	4,05
Manaus	7.544,2	0,7	1,64
Guarulhos	6.789,1	0,6	1,69
Natal	6.300,6	0,5	2,47
São Gonçalo	5.924,8	0,5	1,76
Franca	5.831,3	0,5	4,45
Campo Grande	5.721,4	0,5	2,06
Florianópolis	5.613,4	0,5	3,86
Santo André	5.539,8	0,5	2,19
São Luís	5.379,4	0,5	1,82
São Bernardo do Campo	5.343,8	0,5	1,90
Limeira	5.039,6	0,4	5,13
Teresina	5.003,4	0,4	1,94
Maceió	4.986,5	0,4	1,92
João Pessoa	4.838,3	0,4	2,21
Caxias do Sul	4.833,5	0,4	2,89
Santos	4.701,4	0,4	2,79
Ribeirão Preto	4.676,6	0,4	2,16
Total	489.361	42,6	2,8

Fonte: Censo 2000/IBGE.

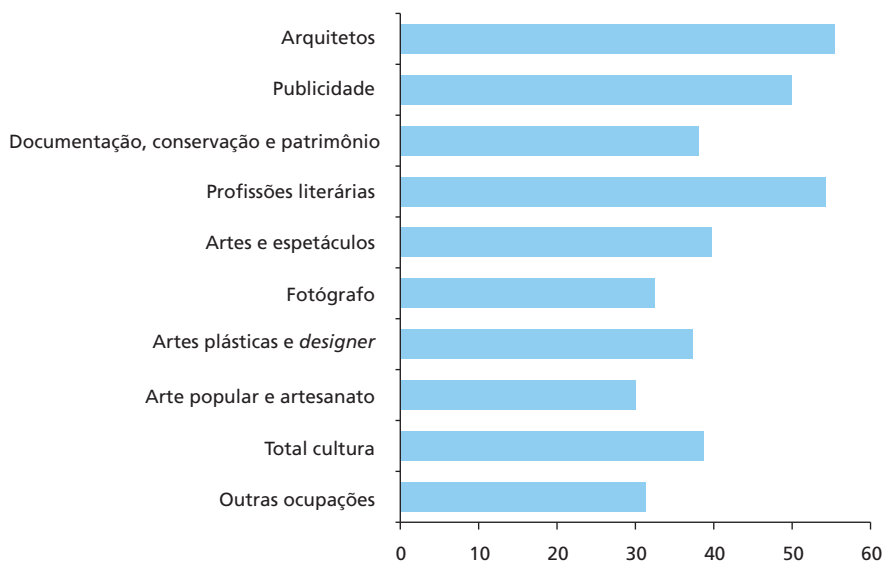
4.1.7 Composição das profissões culturais

Dois elementos devem ser salientados. O primeiro é a concentração das profissões culturais em dois municípios de grande tradição cultural, Rio de Janeiro e São Paulo. O gráfico 1 permite rápida visualização disso.

Como já se sabe, há concentração da cultura nesses dois municípios. Enquanto os dois concentram 31% das ocupações gerais, a cultura tem nesses dois polos 38,7% das ocupações. Assinale-se apenas a participação dessas cidades em relação às artes e aos espetáculos (39,7%) e às profissões literárias 54,3%, ambas diretamente relacionadas à tradição das políticas e do mecenato cultural. As participações das demais áreas são facilmente visualizadas por meio do gráfico 1.

GRÁFICO 1

Participação das profissões culturais por área – 2000



Fonte: Censo 2000/IBGE.

A composição das áreas culturais é variada nos estados. As artes e aos espetáculos, somados às artes plásticas e ao *designer*, constituem-se em 53% das profissões culturais. Chame-se atenção para a importância do artesanato na Paraíba (42,9%), no Ceará (40,9%), em Sergipe (33%) e em Minas Gerais (28%). A tabela 6 apresenta a síntese.

TABELA 6
Segmentos culturais nos estados brasileiros – 2000

UF	Arquitetos	Publicidade	Documento conservação e patrimônio	Profissões literárias	Artes e espetáculos	Fotógrafo	Artes plásticas e <i>designer</i>	Arte popular e artesanato	Total cultura
Rondônia	1,5	7,3	6,0	5,1	18,0	10,9	32,3	19,0	100
Acre	2,8	5,8	13,3	8,0	27,3	10,6	26,0	6,2	100
Amazonas	1,8	5,4	5,1	4,8	27,3	6,9	38,8	10,0	100
Roraima	0,7	10,2	11,8	6,4	22,9	5,5	27,5	15,0	100
Pará	3,0	3,8	7,1	2,9	20,0	8,7	35,2	19,3	100
Amapá	2,9	3,4	16,3	9,6	21,6	6,8	29,4	10,0	100
Tocantins	2,7	6,2	4,1	3,1	28,9	8,4	26,8	19,8	100
Maranhão	0,5	2,9	4,3	2,7	17,9	9,1	38,4	24,1	100
Piauí	0,8	4,0	3,2	3,3	22,4	6,3	30,4	29,7	100
Ceará	1,1	2,6	2,5	1,7	13,5	4,3	33,3	40,9	100
Rio Grande do Norte	2,7	3,8	7,9	4,1	21,9	6,5	30,6	22,4	100
Paraíba	1,5	2,8	4,8	3,2	15,7	5,8	23,3	42,9	100
Pernambuco	4,7	5,1	5,3	3,1	20,5	6,2	35,4	19,8	100
Alagoas	3,3	5,0	6,3	4,6	24,8	9,6	30,8	15,7	100
Sergipe	2,1	3,4	4,9	5,1	17,9	5,4	27,8	33,3	100
Bahia	3,8	5,1	5,2	3,0	23,5	5,9	40,2	13,3	100
Minas Gerais	3,0	4,8	4,7	4,1	13,8	3,6	38,0	28,0	100
Espírito Santo	4,0	7,1	5,9	4,2	16,4	5,0	38,9	18,4	100
Rio de Janeiro	7,4	7,3	6,3	8,3	22,4	4,4	33,1	10,7	100
São Paulo	6,6	9,0	4,0	7,9	16,3	3,8	34,6	17,8	100
Paraná	4,0	8,2	3,8	5,7	16,8	5,0	39,9	16,6	100
Santa Catarina	4,2	6,4	3,3	5,1	15,5	4,0	41,5	20,0	100
Rio Grande do Sul	6,0	6,4	4,0	5,1	15,9	4,2	38,7	19,7	100
Mato Grosso do Sul	4,0	5,9	4,3	6,2	17,4	4,8	37,6	19,7	100
Mato Grosso	3,3	7,9	5,2	5,9	21,8	6,7	32,5	16,8	100
Goiás	3,5	6,2	4,6	3,3	16,6	5,5	34,2	26,1	100
Distrito Federal	6,5	9,8	12,3	14,2	17,0	4,2	28,0	7,8	100
Brasil	4,8	6,6	4,7	5,7	17,7	4,7	35,5	20,3	100

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2 Setor cultural

O levantamento que se segue resulta da organização e da tabulação de informações do Censo Demográfico 2000, do IBGE. Apresenta as características do emprego nos estabelecimentos culturais. A agregação foi feita a partir da CNAE.

Os estabelecimentos culturais são aqueles cujas atividades principais são parte relevante do campo. Os empregos culturais são exercidos naqueles estabelecimentos, ou ainda por trabalhadores não vinculados formalmente, mas ligados

às atividades culturais. Todos esses empregos são considerados necessários para o desenvolvimento e o funcionamento da maior parte das estruturas institucionais do conjunto das atividades daqueles estabelecimentos. Ou seja, trata-se tanto dos especificamente culturais, quanto de outros, a exemplo de motoristas, técnicos de secretaria, auxiliares etc.

Assim, o setor cultural é composto dos seguintes grupos:

QUADRO 4
Composição do setor cultural

1 Edição e livraria
1.1 Edição, impressão e reprodução de gravações
1.2 Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria
2 Comunicações
2.1 Telecomunicações
2.2 Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação
2.3 Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos
3 Sistemas restritos de informação
3.1 Atividades de informática
3.2 Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática
4 Arquitetura
4.1 Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado
5 Publicidade
6 Rádio e televisão
6.1 Atividades de rádio
6.2 Atividades de televisão
6.3 Atividades de agências de notícias
7 Outras atividades artísticas e de espetáculos
7.1 Outras atividades artísticas e de espetáculos
7.2 Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo
7.3 Distribuição e projeção de filmes e de vídeos
8 Conservação do patrimônio
8.1 Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
9 Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer

Elaboração: Ipea.

A agregação foi feita com base nos 5.507 municípios. Os dados foram organizados por tamanho de município, unidades da Federação e grandes regiões. O objetivo central é caracterizar o dinamismo cultural em níveis administrativos e políticos diferenciados, de forma a consolidar uma visão de conjunto da cultura no Brasil.

4.2.1 O setor cultural representa 4% da população ocupada no Brasil

Os municípios brasileiros são muito heterogêneos entre si, tanto em razão da história administrativa quanto por razões relacionadas à história econômica. Mais de 3.900 municípios têm até 20 mil habitantes e respondem por pouco mais de 5% das ocupações no setor cultural. A média de empregos culturais é de 20 por município – entre aqueles menores de 10 mil habitantes – e de 69 para aqueles entre 10 e 20 mil habitantes. A participação da cultura no mercado de trabalho é aí a menor, 1% e 1,3%. À medida que os municípios aumentam, essa participação também aumenta.

Os 13 maiores municípios brasileiros – mais de 1 milhão de habitantes – respondem por 41,5% das ocupações do setor cultural, ou seja, aproximadamente 1 milhão de empregos e 82,7 mil por município. A participação na cultura é de 7,7% nesses municípios, maior que a média nacional, de 4%. A participação dos municípios de 500 mil a 1 milhão é de 5,7%.

TABELA 7
Empregos culturais – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Total de municípios	Empregos culturais	Participação dos municípios no total	Média grupos de municípios	Participação dos empregados na cultura no mercado de trabalho
Menor que 10 mil	2.637	52.996	2,0	20	1,0
De 10 até 20 mil	1.378	94.557	3,6	69	1,3
De 20 até 30 mil	570	80.914	3,1	142	1,6
De 30 até 50 mil	396	113.569	4,4	287	2,0
De 50 até 100 mil	302	227.870	8,8	755	2,9
De 100 até 500 mil	193	674.527	26,0	3.495	4,4
De 500 até 1 milhão	18	272.759	10,5	15.153	5,7
Mais de 1 milhão	13	1.075.737	41,5	82.749	7,7
Brasil	5.507	2.592.929	100	471	4,0

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.2 Representação por gênero e etnia na cultura

A demonstração de que as mulheres e os negros desempenham papel subordinado no sistema econômico pode ser realizada pela visualização da qualidade da inserção desses amplos contingentes populacionais no mercado de trabalho.

Se a função da cultura é produção de significados, também aqui a participação, tanto quanto a visibilidade étnica e de gênero no mundo do trabalho, permite a reprodução ou as mudanças nas relações de discriminação e desigualdade.

As ocupações femininas no setor cultural totalizam 868.453. A participação setorial das mulheres é menor na cultura, isto é, de 33,5% contra 37,7% no total. Essa participação só é maior nos municípios menores de 10 mil habitantes quando a participação feminina é de 34,6%, ligeiramente superior à sua participação no mercado de trabalho geral. No entanto, as ocupações femininas na cultura concentram-se nos municípios maiores (44,2%).

TABELA 8
Empregos culturais por etnia e gênero – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Total de municípios	Mulheres na cultura	Negros na cultura	Participação feminina nas ocupações totais	Participação feminina nas ocupações culturais	Participação negros nas ocupações totais	Participação negros nas ocupações culturais	Participação feminina de cada Grupo de município no total	Participação negros decada grupo de município no Total
Menor que 10 mil	2.637	18.334	18.985	32,7	34,6	41,7	36,5	2,1	2,3
De 10 até 20 mil	1.378	30.084	34.868	32,9	31,8	48,7	37,3	3,5	4,3
De 20 até 30 mil	570	24.063	28.908	33,8	29,7	50,1	36,3	2,8	3,6
De 30 até 50 mil	396	35.899	39.637	34,5	31,6	48,2	35,4	4,1	4,9
De 50 até 100 mil	302	68.388	76.226	36,6	30,0	43,8	33,9	7,9	9,4
De 100 até 500 mil	193	214.574	208.993	39,1	31,8	39,3	31,5	24,7	25,7
De 500 até 1 milhão	18	93.013	88.905	40,9	34,1	44,2	33,2	10,7	10,9
Mais de 1 milhão	13	384.096	316.430	43,1	35,7	41,4	30,1	44,2	38,9
Brasil	5.507	868.453	812.952	37,7	33,5	43,5	31,9	100	100

Fonte: Censo 2000/IBGE.

Os negros são quase 813 mil no setor cultural. Sua participação é menor na cultura (31,9%) do que nas outras ocupações do mercado de trabalho (43,5%). 38,9% das ocupações estão nos municípios maiores.

4.2.3 Nível de escolaridade mais elevado no setor cultural

O número de empregos do setor cultural, ocupados por pessoas com ensino superior, eleva-se com o aumento do porte dos municípios. Enquanto 8,1% das ocupações culturais dos municípios menores são de gente com ensino superior, esse número é de 36,2% nas cidades maiores. Nas outras ocupações, essa participação é de 20%.

A cultura tem, em qualquer situação, um número maior de pessoas com alta escolaridade. 57,5% das ocupações culturais com nível superior de escolaridade estão nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, e 90% dessas ocupações estão nos maiores municípios por porte. Quanto às sem ensino superior, 70% estão nos municípios maiores, e, portanto, distribuídas também pelos municípios menores.

TABELA 9
Empregos culturais por nível de escolaridade – Brasil, 2000

Municípios por porte por habitante	Ocupação cultural sem superior	%	Ocupação cultural com superior	%	Ocupação gerais com superior	Ocupação cultural com superior
Menor que 10 mil	48.700	2,5	4.296	0,6	3,4	8,1
De 10 até 20 mil	86.000	4,5	8.557	1,3	3,7	9,0
De 20 até 30 mil	72.114	3,8	8.800	1,3	4,3	10,9
De 30 até 50 mil	100.022	5,2	13.547	2,0	5,4	11,9
De 50 até 100 mil	193.594	10,1	34.277	5,1	7,8	15,0
De 100 até 500 mil	526.700	27,5	147.827	21,8	11,7	21,9
De 500 até 1 milhão	201.871	10,5	70.888	10,5	14,5	26,0
Mais de 1 milhão	686.139	35,8	389.598	57,5	20,1	36,2
Brasil	1.915.140	100,0	677.789	100,0	10,4	26,1

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.4 Maior participação dos jovens

Os jovens (10 a 40 anos) se constituem em 1,9 milhão, ou 75,1% dos trabalhadores na cultura. A cultura é mais jovem que o mercado de trabalho geral.

A composição varia muito pouco pelo porte dos municípios, como se pode observar na tabela 10.

TABELA 10
Empregos culturais por idade – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Total de municípios	Ocupação cultural entre 10 a 40 anos	Ocupação cultural entre 40 ou mais anos	Total cultural	Ocupação por idade no mercado de trabalho geral entre 10 a 40 anos	Ocupação por idade na cultura 10 a 40 anos
Menor que 10 mil	2.637	40.367	12.629	52.996	65,8	76,2
De 10 até 20 mil	1.378	72.308	22.249	94.557	67,5	76,5
De 20 até 30 mil	570	61.694	19.220	80.914	68,1	76,2
De 30 até 50 mil	396	87.841	25.728	113.569	68,7	77,3
De 50 até 100 mil	302	174.773	53.097	227.870	69,2	76,7
De 100 até 500 mil	193	513.414	161.112	674.527	69,1	76,1
De 500 até 1 milhão	18	209.848	62.911	272.759	68,4	76,9
Mais de 1 milhão	13	787.207	288.530	1.075.737	67,1	73,2
Brasil	5.507	1.947.452	645.477	2.592.929	68,1	75,1

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.5 Renda média mais elevada

O salário médio do trabalho, em geral, e também o da cultura aumentam com o porte dos municípios. A renda média da cultura, como se observa na tabela 11, é sempre superior a do conjunto das ocupações, sendo 84% superior na média nacional (R\$ 1 mil contra R\$ 561,00) e 54% nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes (R\$ 1.417 contra R\$ 921,00).

TABELA 11
Empregos culturais, renda média – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Salário médio geral	Salário médio cultura	Salário médio cultura salário médio geral
Menor que 10 mil	295,68	415,16	140
De 10 até 20 mil	306,18	455,63	149
De 20 até 30 mil	341,89	509,01	149
De 30 até 50 mil	383,35	534,51	139
De 50 até 100 mil	466,55	664,09	142
De 100 até 500 mil	620,24	848,48	137
De 500 até 1 milhão	696,91	967,88	139
Mais de 1 milhão	921,22	1.417,22	154
Brasil	561,47	1.033,26	184

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.6 Concentração nos municípios maiores

A tabela 12 apresenta a distribuição das ocupações culturais pelos municípios segundo o porte. Como se observa, 77% das ocupações encontram-se nos municípios com mais de 100 mil habitantes, sendo que 41,5% estão naqueles com mais de 1 milhão de habitantes.

TABELA 12
Concentração dos empregos culturais – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Total de municípios	Total	Participação dos grupos no total
Menor que 10 mil	2.637	52.996	2,0
De 10 até 20 mil	1.378	94.557	3,6
De 20 até 30 mil	570	80.914	3,1
De 30 até 50 mil	396	113.569	4,4
De 50 até 100 mil	302	227.870	8,8
De 100 até 500 mil	193	674.527	26,0
De 500 até 1 milhão	18	272.759	10,5
Mais de 1 milhão	13	1.075.737	41,5
Brasil	5.507	2.592.929	100

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.7 Informalidade e precariedade

A informalidade no setor de cultura é menor (41,4%) do que a geral (55,6%). Isso mostra um setor mais estruturado que a média geral.

A tabela 13 apresenta essas características.

TABELA 13
Informalidade nos empregos culturais – Brasil, 2000

Tamanho do município por habitante	Informalidade geral (%)	Informalidade cultura (%)	Relação Informalidade cultura sobre geral
Menor que 10 mil	73,5	68,9	0,94
De 10 até 20 mil	72,5	63,8	0,88
De 20 até 30 mil	69,7	60,1	0,86
De 30 até 50 mil	65,2	56,3	0,86
De 50 até 100 mil	56,3	48,7	0,86
De 100 até 500 mil	46,9	40,5	0,86
De 500 até 1 milhão	45,7	36,3	0,79
Mais de 1 milhão	43,1	35,5	0,82
Brasil	55,6	41,4	0,75

Fonte: Censo 2000/IBGE.

Os municípios menores sempre apresentam maior informalidade, 73,5% nas ocupações totais e 68,9% na cultura. Como se disse, a informalidade é sempre menor no setor cultural. Ela vai se reduzindo à medida que os municípios se tornam maiores e, também, diminui mais na cultura. Enquanto nos municípios com menos de 10 mil habitantes a relação é de 94%, nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, é de 82%.

Também se destaca o fato de que a relação da informalidade na cultura e em outras ocupações é estável até o grupo de municípios de 100 mil a 500 mil habitantes, depois aumenta de forma favorável à cultura, isto é, as ocupações formais aumentam mais nesta última do que nas ocupações gerais.

4.2.8 Os 30 maiores mercados de trabalho cultural

Entre os maiores municípios com mercado cultural, estão 15 capitais de estados e mais o Distrito Federal. Estão cidades de regiões metropolitanas, em especial paulistas. Os 30 maiores municípios, em termos de mercado de trabalho cultural, constituem 51% das ocupações culturais brasileiras, ou cerca de 1.300 milhão de ocupações. O *ranking* é encabeçado por São Paulo, seguido por Rio de Janeiro e depois Belo Horizonte.

TABELA 14
Os maiores mercados de trabalho cultural – Brasil, 2000

Município	Número	%
Brasil	2.592.929	100
São Paulo	389.251	15,0
Rio de Janeiro	204.025	7,9
Belo Horizonte	77.515	3,0
Salvador	60.629	2,3
Curitiba	58.088	2,2
Porto Alegre	55.695	2,1
Brasília	52.203	2,0
Fortaleza	41.120	1,6
Campinas	35.339	1,4
Recife	34.697	1,3
Goiânia	29.775	1,1
Manaus	27.090	1,0
Belém	24.703	1,0
Guarulhos	20.946	0,8
Osasco	19.720	0,8
Santo André	18.739	0,7
São Bernardo do Campo	18.670	0,7
São José dos Campos	17.557	0,7
São Gonçalo	16.289	0,6
Niterói	16.206	0,6
Campo Grande	15.479	0,6
São Luís	14.237	0,5
Florianópolis	13.830	0,5
Ribeirão Preto	13.747	0,5
Nova Iguaçu	13.731	0,5
Uberlândia	12.903	0,5
Natal	12.521	0,5
Santos	11.797	0,5
João Pessoa	11.268	0,4
Total	1.337.771	51,6

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.2.9 Composição do setor cultural por segmento

As atividades culturais estão estreitamente relacionadas. Por exemplo, atores de teatro transitam em atividades de rádio e televisão, ou ocupações da publicidade

se relacionam com comunicações e televisão, e assim em diante. No entanto, é possível separar as áreas culturais para dimensionar cada uma delas e sua dinâmica.

Nesse caso, cabe registrar que 15% do setor cultural é composto por atividades relacionadas à comunicação, em seguida, 14,9% de ocupações são concernentes a atividades artísticas e de espetáculos, e o mesmo para atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer.

TABELA 15
Composição dos empregos culturais por área e porte do município – Brasil, 2000

Municípios por porte por habitante	Comunicações	Sistemas de informação	Arquitetura	Publicidade	Rádio e televisão	Atividades artísticas e espetáculos	Conservação do patrimônio	Atividades desportivas e outras de lazer	Total
Menor que 10 mil	0,3	0,1	0,3	0,1	0,1	0,5	0,1	0,4	2
De 10 até 20 mil	0,4	0,2	0,5	0,1	0,2	0,8	0,1	0,7	4
De 20 até 30 mil	0,3	0,1	0,4	0,1	0,2	0,6	0,1	0,6	3
De 30 até 50 mil	0,5	0,2	0,5	0,2	0,3	0,9	0,1	0,9	4
De 50 até 100 mil	1,0	0,6	1,1	0,4	0,5	1,5	0,1	1,7	9
De 100 até 500 mil	3,7	2,5	3,3	1,4	1,1	3,6	0,3	4,4	26
De 500 até 1 milhão	2,2	1,2	1,2	0,5	0,4	1,3	0,1	1,4	11
Mais de 1 milhão	6,8	6,2	5,1	2,6	1,6	5,7	0,4	4,8	42
Brasil	15,1	11,2	12,5	3,4	4,5	14,9	1,1	14,9	100

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4.3 Equipamentos culturais

Esta seção trata da distribuição geográfica dos equipamentos culturais brasileiros em 2001. Usam-se informações da pesquisa sobre o *perfil dos municípios brasileiros* realizada pelo IBGE. A motivação para a descrição desse conjunto de dados é contribuir para a compreensão dos padrões de distribuição dos equipamentos culturais e de lazer pelos municípios e pelas regiões brasileiras.

Os equipamentos culturais são, em grande medida, parte dos mecanismos que permitem a produção e que organizam os processos de circulação cultural. Portanto, não é trivial, para as políticas públicas que colocam como diretriz a democratização da cultura, constatar sua ausência ou presença.

Os equipamentos culturais têm naturezas diversas, ligam-se à produção artística, ao esporte ou ao lazer; alguns deles são domésticos, outros são privados e exploram atividades comerciais.

De maneira geral, constituem a base que define as práticas culturais e, por essa razão, constituem-se em referência para a elaboração de estratégias de políticas públicas. Mas foge ao escopo da análise refletir sobre as complexas relações entre equipamentos, tecnologias de mídia e a multifuncionalidade que estes adquirem contemporaneamente. Não é inusual, por exemplo, ver bibliotecas com espaços de internet, museus que desenvolvem saraus poéticos e musicais, visitaçõ virtual de acervos, associações esportivas apoiando eventos culturais diversos, festas tradicionais em espaços destinados à leitura etc., isto é, são múltiplas as possibilidades de uso dos espaços.

Também não serão desenvolvidas considerações sobre a qualidade dos espaços. É conhecida a precariedade da maior parte dos espaços culturais no Brasil. Basta citar um exemplo, o da *biblioteca pública*, único equipamento cultural tradicional, quase universalizado entre os municípios, para termos uma ideia da precariedade das instituições da área cultural. A citação de Milanesi (1983) em nosso apoio é longa, mas depois dela não voltaremos a tecer comentários sobre a qualidade dos equipamentos culturais. As considerações valem para a maior parte dos equipamentos culturais, com raríssimas exceções:

Cabe aos municípios aplicar recursos para a manutenção e desenvolvimento de bibliotecas locais. Não se sabe qual é o nível desse investimento das prefeituras. No entanto, a julgar pela situação, não se aplica muito nesse setor, sempre encarado como supérfluo face a outros problemas, como saneamento básico, água, estradas etc. Há caso de orçamentos municipais que fazem previsão de verbas para bibliotecas, no entanto elas acabam sendo remanejadas para outros setores. Isso quer dizer que esse serviço não recebe do setor público as atenções que uma análise elementar exigiria. (...) São raros os casos de eficiência, ou seja, de resposta em função das necessidades do meio. (...) as bibliotecas, apesar de sua precariedade, têm uma procura abaixo de suas possibilidades de atendimento. Ou os serviços oferecidos são ruins – e então rejeitados – ou não existe mesmo a necessidade, o que é raro (MILANESI, 1983).

Cabe advertir que a descrição que se segue tem uma natureza exploratória e procura uma descrição abrangente e sintética da distribuição dos equipamentos culturais. Sabe-se que a vida cultural nas cidades é complexa e não pode ser resumida à presença ou à ausência de equipamentos de determinado tipo. Entretanto, poucos são os trabalhos que aproveitam a riqueza de informações periodicamente disponibilizadas pelo IBGE. Assim, se procura contribuir para suprir essa lacuna, dando um passo inicial no uso dessas informações.

Outra advertência é que o texto não é exaustivo nas possibilidades de interpretação dos dados, mas os leitores e os usuários poderão encontrar informações mais completas nos anexos, nos estudos e nas publicações do próprio IBGE.

4.3.1 Regiões econômicas

Os equipamentos culturais distribuem-se no espaço nacional de formas desigual e similar ao verificado nos resultados da evolução da vida urbana e do desenvolvimento econômico: não surpreende a distribuição desigual de equipamentos culturais, o que se desprende do padrão de desenvolvimento nacional e também da heterogeneidade dos municípios brasileiros.

Entretanto, o desequilíbrio na distribuição dos equipamentos culturais entre os municípios é uma dimensão que deve ser contrastada com sua acessibilidade nos municípios e também com relação à descrição da população que é usuária em potencial.

Sabe-se que o número de equipamentos culturais é pequeno relativamente à população e que estes são distribuídos nos municípios de forma tão desequilibrada quanto no território nacional, o que dificulta o acesso e as práticas relacionadas à sua presença.

Em contraposição, os hábitos culturais deslocam-se para práticas mais ou menos informais, tais quais festas, esportes ou práticas no domicílio, em que estão presentes equipamentos e produtos da indústria cultural, em especial os de mídia eletrônica, como rádio, televisão, videocassete, DVD, equipamentos de som e computadores.

O comportamento e o padrão da distribuição dos equipamentos relacionam-se com alguns fatores: *i*) capacidades e prioridades alocativas do setor público para os equipamentos culturais predominantemente públicos; *ii*) desenvolvimento da vida associativa e presença de demandas de equipamentos como clubes e centros esportivos, culturais ou outros; *iii*) acessibilidade – em especial o preço – aos equipamentos de mídia, audiovisual e outros produtos culturais; *iv*) estratégia das empresas produtoras de bens e serviços culturais que considera, entre outros aspectos, o mercado potencial/tamanho populacional; *v*) renda disponível das famílias; e *vi*) comportamentos e práticas culturais das populações.

Essas características refletem o padrão de ocupação do território, que teve como determinante histórico a ocupação da região litorânea e o lento deslocamento da fronteira econômica para o interior, este último relacionado com a construção da capital (Brasília) no Centro-Oeste e o deslocamento da fronteira de exploração agrícola para o Oeste e depois Norte.

Esse processo pode ser estilizado com a seguinte citação:

Em 1970, aproximadamente 63% do PIB nacional origina-se de municípios cuja sede situa-se a menos de 100 km de distância do mar e que respondiam por 12% da área geográfica. Nesse mesmo ano, cerca de 90% do PIB originavam-se dos municípios que distam menos de 300 km do mar e respondiam por 40% da área (REIS *et al.*, 2005, p. 9).

Embora as razões que expliquem esse padrão sejam múltiplas – geográficas, políticas, econômicas, culturais etc. – e os resultados inscritos da dinâmica cultural sejam também variados, com diferentes configurações de práticas culturais, a descrição geral que adotamos impõe certas simplificações. Nada demais se considerarmos que o objetivo do texto é abrir o debate e, possivelmente, outros trabalhos mais aprofundados.

Os equipamentos culturais em geral se concentram na sede dos municípios e a distribuição dos equipamentos no município pode ser bastante desequilibrada. Como enfatiza Botelho em consideração a São Paulo, um dos municípios com maior número de equipamentos e forte dinâmica da vida cultural: “Ao se considerar São Paulo (...) o que se revela é uma cidade desequilibrada onde há baixa correspondência entre crescimento urbano e a distribuição dos equipamentos culturais” (BOTELHO, [s.d.], p. 1).

E segue:

Na atual distribuição, são as zonas mais bem servidas em matéria de transporte público, inclusive as atendidas pelas linhas de metrô, que concentram a maioria dos equipamentos: centro e região oeste. (...) Temos então nessas regiões que apresentam os mais altos índices de escolaridade e renda dos chefes de família, a maior concentração de museus, teatros, bibliotecas e cinemas (BOTELHO, [s.d.], p. 5).

4.3.2 Distribuição municipal dos equipamentos culturais

Esta seção agrupa os equipamentos culturais por proximidade e semelhança de funções – no grupo 1, estão equipamentos para os quais existem políticas públicas culturais; no grupo 2, equipamentos de lazer coletivo, mas sem informações para parques, jardins, praças etc.; no grupo 3, equipamentos de distribuição e venda de produtos culturais; no grupo 4, equipamentos de audiovisual e internet – e depois descreve sua distribuição entre os municípios brasileiros.

A distribuição dos equipamentos é apenas uma das dimensões do problema. É importante saber se estes são acessíveis, isto é, se são próximos e a preços razoáveis à população. Ademais, a efetiva utilização dos equipamentos e as práticas de uso do tempo livre são aspectos que complementaríamos o estudo sobre equipamentos de cultura e lazer. Entretanto, este trabalho limita-se a descrever a presença de equipamentos a partir de unidade de análise *município*, e não dos equipamentos e sua distribuição *nos municípios*.

Os quatro grupos são apresentados no quadro 5.

QUADRO 5
Grupos de equipamentos culturais

Grupo 1	Equipamentos culturais tradicionais	Bibliotecas, museus, teatro ou casa de espetáculos, cinemas, bandas de música e orquestras
Grupo 2	Equipamentos de lazer	Clubes e associações recreativas
Grupo 3	Equipamentos privados de distribuição de bens culturais	Videolocadora, loja de discos, cds e fitas, livrarias e shopping center
Grupo 4	Cinema e audiovisual	Estação de rádio AM e FM, geradora de TV, provedor de internet e cinema

Elaboração: Ipea.

Dos municípios de até 5 mil habitantes,¹ 499 não têm biblioteca e 807 (58,9%) têm pelo menos uma biblioteca. 1.283 municípios (93,6%) não têm sequer um museu. 1.306 ou 95,3% não possuem teatro ou casa de espetáculo. 77,5% não possuem banda de música e 98,8% não possuem orquestra. 92,5% não possuem cinema. Nesse quadro de vazios de equipamentos dos municípios menores, pode-se imaginar que os investimentos culturais se direcionam fundamentalmente para as bibliotecas e o fomento de festas, eventos e atividades tradicionais das comunidades.

Já dos municípios de 20 mil a 100 mil habitantes, apenas 107 (8,4%) não possuem biblioteca, o número daqueles que não possuem museus é de 67,6% e o daqueles que não têm teatro ou casa de espetáculo é de 66%. 84,6% não possuem cinema e 90,4% não têm orquestra. Entretanto, 887 municípios possuem banda de música (69,6%).

Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes e até 500 mil habitantes, poucos não têm biblioteca (7% ou 3,6%), apenas 67 (34,5%) não têm museus, 41 (21,1%) não têm teatro ou casa de espetáculo e 56 (28,9%) não possuem cinema. Destes municípios 175, (90,2%) têm banda de música e 35,1%, orquestra.

Os 32 municípios com mais de 500 mil habitantes têm praticamente a presença de todos os equipamentos culturais e em número maior do que um. Por exemplo, nesses municípios, concentra-se grande número de cinemas: nove deles têm entre dois e cinco cinemas; 23 têm mais do que 23 cinemas; 78,2% possuem mais de um museu e, desse conjunto de municípios, 43,8% (14) têm mais de cinco museus. 98% desses municípios possuem mais de um teatro ou casa de espetáculo, sendo que 46,9% (15) possuem mais do que cinco equipamentos desse tipo. 84,4% possuem biblioteca e 53,1% (17) possuem mais do que cinco equipamentos desse tipo.

1. Padrão semelhante ocorre para os municípios de 5 mil a 20 mil habitantes.

Além desses equipamentos, encontram-se nos municípios centros culturais, bens patrimoniais edificados, centros históricos, conjuntos tombados como nas cidades de São Luis (MA), Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Olinda (PE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Belém (PA), entre outros municípios brasileiros.

Com relação à distribuição de equipamentos do grupo 1, isto é, aqueles para os quais existem políticas públicas mais ou menos sistemáticas, enfatize-se a quase universalidade das bibliotecas e note-se a configuração da distribuição de museus, teatros e casas de espetáculo –os museus aparentemente mais frequentes no extremo Sul e os teatros em São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, podemos verificar uma grande presença de bandas de música nas cidades, para as quais foram desenvolvidos estímulos e esforços de financiamento do governo federal na década de 1990.

Chama atenção a ausência quase completa de orquestras e cinemas nos municípios brasileiros. No caso do cinema, é possível afirmar que televisão, vídeos ou DVDs são complementares ou substitutos quase perfeitos, embora a experiência do cinema em sala possa ser única e diferenciada. Para as orquestras, é difícil imaginar cada município desenvolvendo atividades com este tipo de música, mas não é difícil fazer circular a experiência musical a polos regionais de cultura e mesmo a inúmeros municípios.

Entre os equipamentos de lazer, os clubes e as associações recreativas estão ausentes em 29,65% (1.645) dos municípios, sendo que 78,8% dos municípios que não têm esse tipo de equipamento são os com menos de 2 mil habitantes. Entre os com mais de 100 mil habitantes, é um equipamento praticamente universalizado.

Os ginásios poliesportivos apresentam comportamento similar: 1.327 ou 23,9% municípios não os têm e sua ausência é maior (60,9%) entre aqueles de menor tamanho populacional.

A presença de videolocadoras é significativa entre nos municípios, sendo que 64% possuem esse equipamento e, nos com mais de 20 mil habitantes, a presença é universal. Se considerarmos que as grandes videolocadoras possuem mais de uma loja – a Blockbuster tem mais de 130 lojas e a 100% vídeo mais de 60 – e que, inclusive, os municípios menores apresentam, em sua maioria, mais de uma loja, pode-se vislumbrar a importância em termos de geração de empregos.

Já as livrarias estão em 43% dos municípios e sua presença é quase universalizada apenas nos municípios com mais de 100 mil habitantes. O mesmo vale, com pouquíssimas variações, para as lojas de discos, CDs e fitas. Apenas 409 municípios possuem esse tipo de equipamento.

No que se refere ao grupo 4, pode-se dizer que são poucos os municípios que têm alguma estrutura relacionada ao cinema e ao audiovisual. É verdade que, com as novas tecnologias, esse quadro pode estar longe do que acontece na realidade, em termos de acesso, dadas as facilidades e os baixos custos nesse tipo de atividade cultural.

Ainda que com algum cuidado, podemos visualizar a história recente da grande concentração da produção de imagens e sons em poucos municípios e produtores. Como nos outros equipamentos relacionados a atividades privadas, esses equipamentos abrangem todos os 32 municípios com mais de 500 mil habitantes, e embora estejam presentes em outros grandes municípios, não o estão com igual intensidade.

A tabela 16 apresenta a porcentagem das populações do Brasil e grandes regiões que têm no domicílio algum dos tipos de equipamentos audiovisuais. Como se pode visualizar, quase 89,3% da população brasileira têm televisão, 57,9% telefone e 88,3% rádio. Apenas 12,5% possuem microcomputador e, destes, 8,3% têm acesso à internet.

TABELA 16
População que possui equipamentos culturais domésticos em 2001

Tipo de equipamento	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Televisão	89,3	87,2	79,3	94,8	92,5	89,9
Telefone	57,9	51,7	35,2	70,7	64,7	61,2
Rádio	88,3	75,7	81,9	92,9	93,8	84,6
Microcomputador	12,5	6,2	5,1	17,8	14,3	11
Acesso à internet	8,3	3,7	3,4	12,1	8,8	7,6

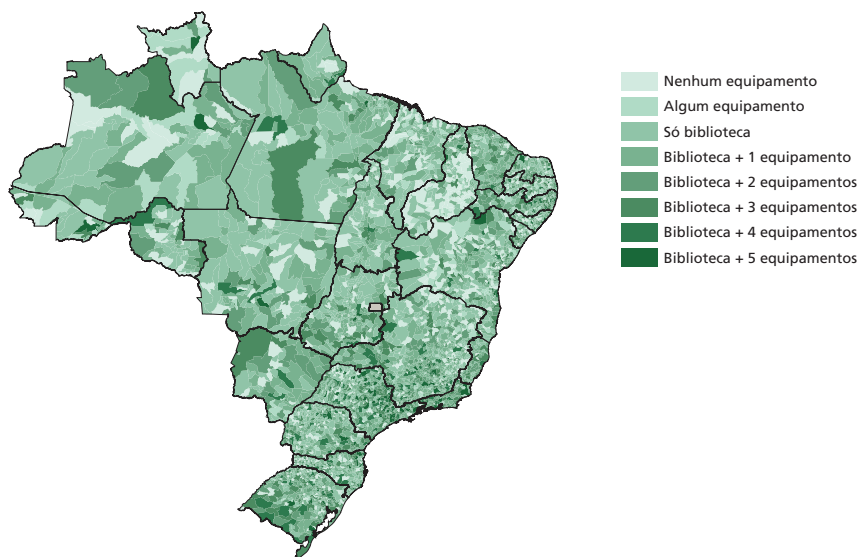
Fonte: PNAD 2001/IBGE.

Por outro lado, raros eram os municípios com TV a cabo (6,7%), provedor de internet (15,3%) ou emissora de TV (9,1%).

Em relação às redes de TV, apenas a Rede Globo tem presença universal entre os municípios. O SBT também tem grande penetração em todos os tipos de municípios, mas sua presença é menor do que a primeira. As outras emissoras são praticamente universais nos municípios maiores, e sua presença se reduz nos menores. O alcance da TV Educativa é de 42,5% dos municípios e é bem pequeno nos menores.

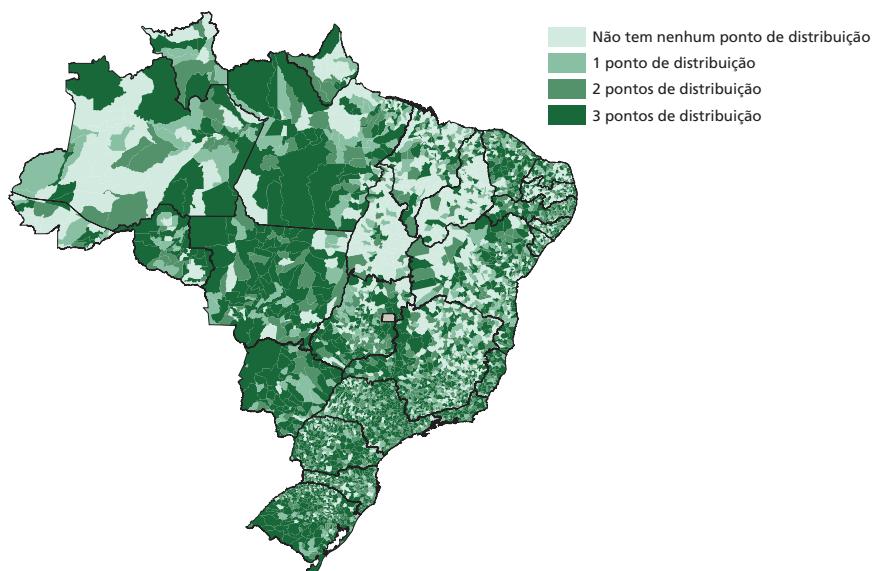
Os mapas que se seguem nos ajudarão a visualizar a presença e a ausência de equipamentos culturais dos diversos grupos apontados.

MAPA 1

Municípios segundo existência de equipamentos do grupo 1

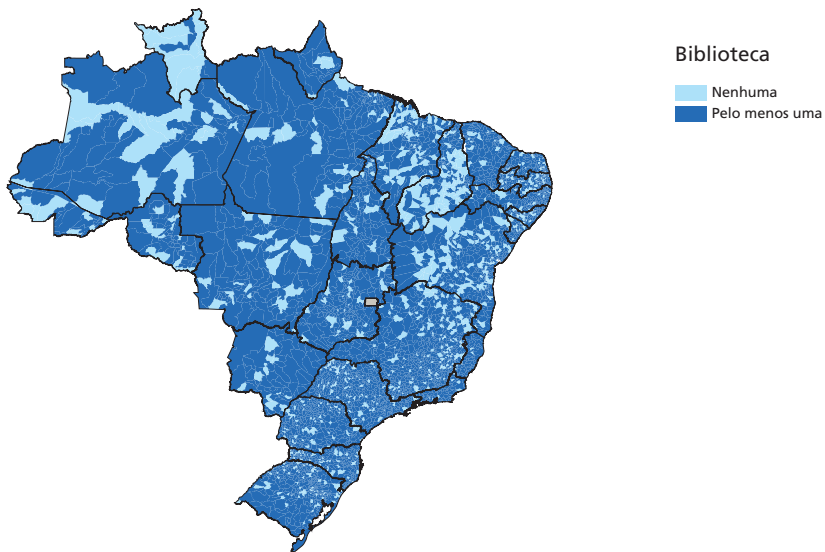
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 2

Municípios segundo existência de equipamentos do grupo 3

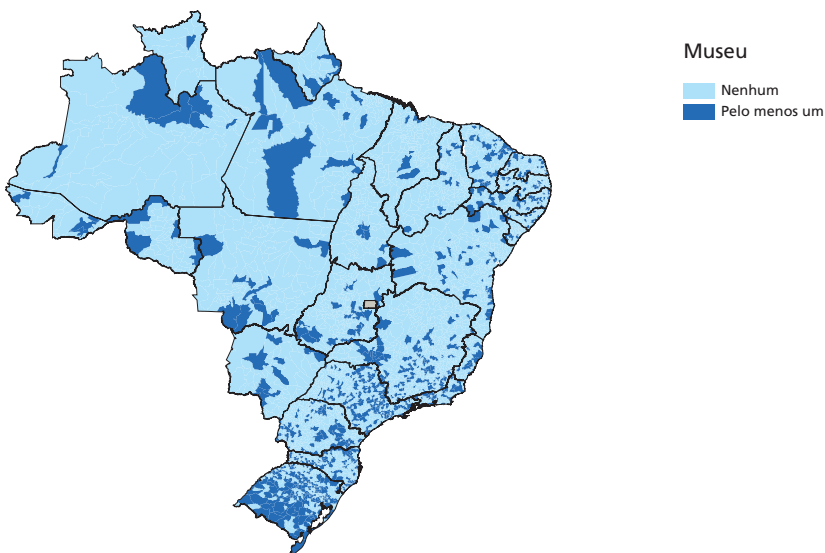
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3A
Municípios segundo existência de bibliotecas



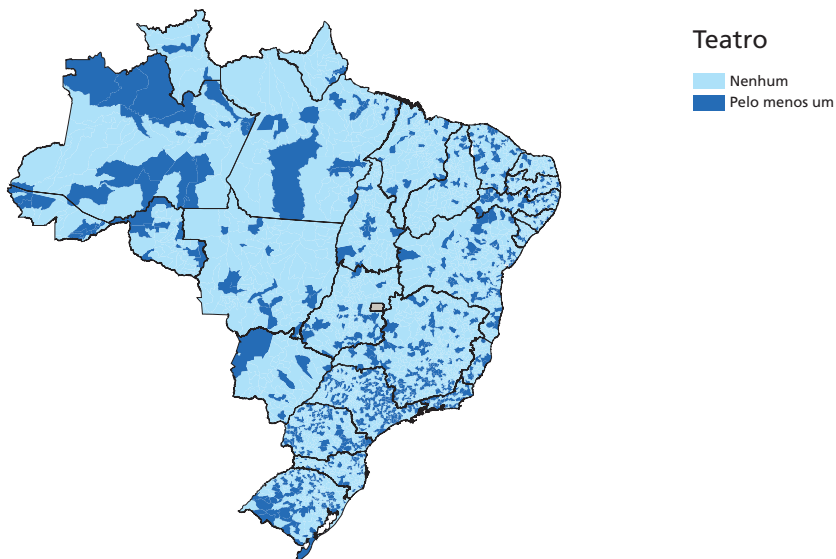
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3B
Municípios segundo existência de museus



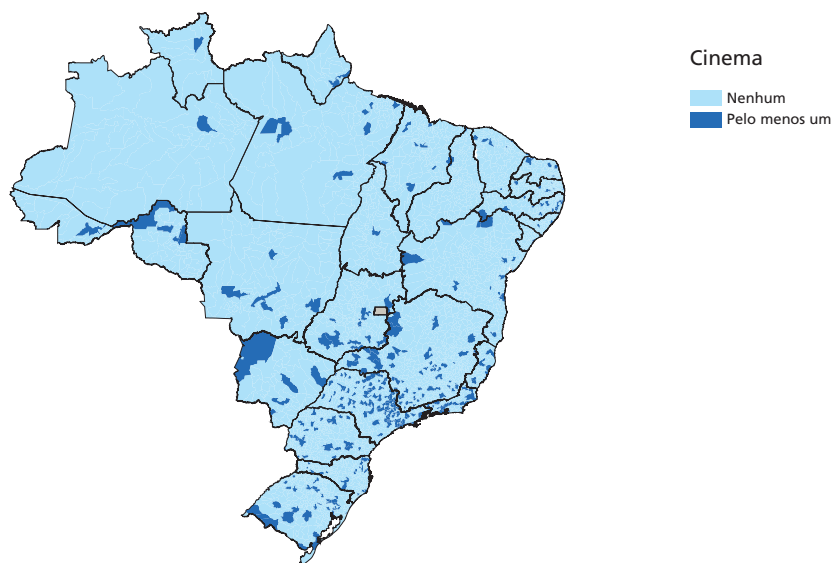
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3C

Municípios segundo existência de teatros

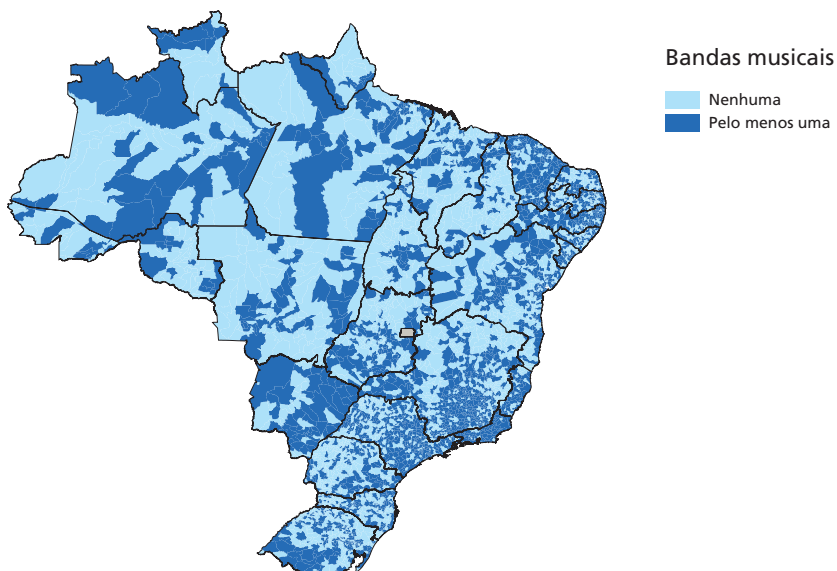
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3D

Municípios segundo existência de cinemas

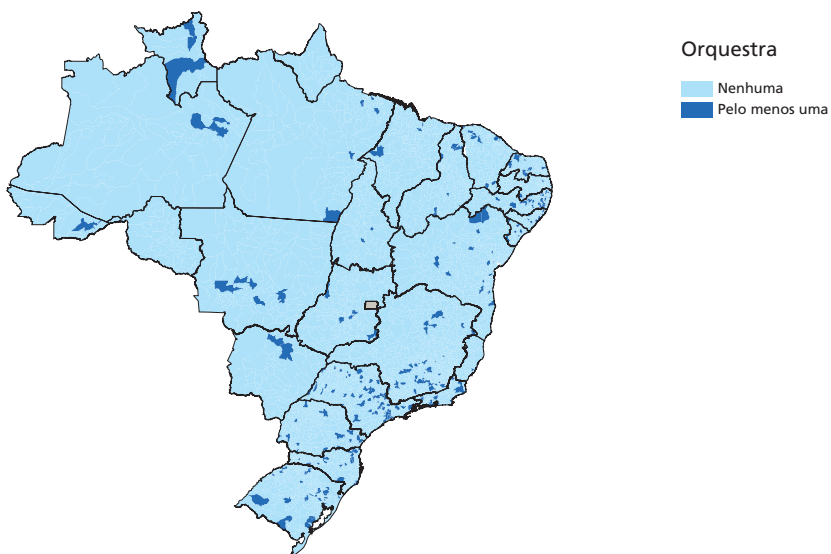
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3E
Municípios segundo existência de bandas musicais



Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

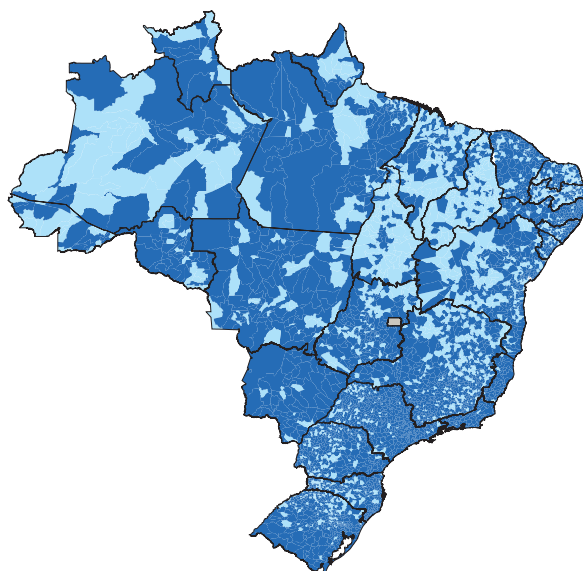
MAPA 3F
Municípios segundo existência de orquestras



Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3G

Municípios segundo existência de videolocadoras



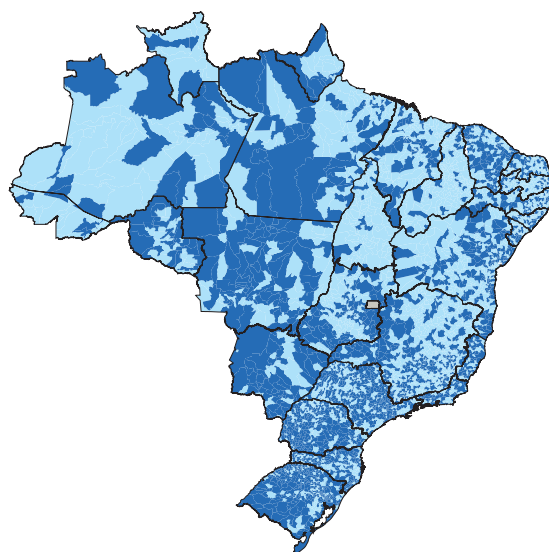
Videolocadora

- Nenhuma
- Pelo menos uma

Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3H

Municípios segundo existência de livrarias

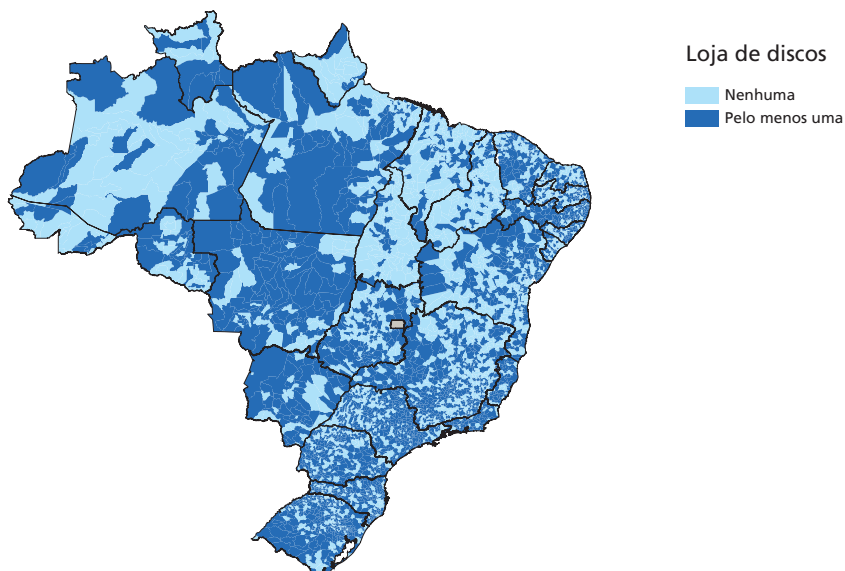


Livraria

- Nenhuma
- Pelo menos uma

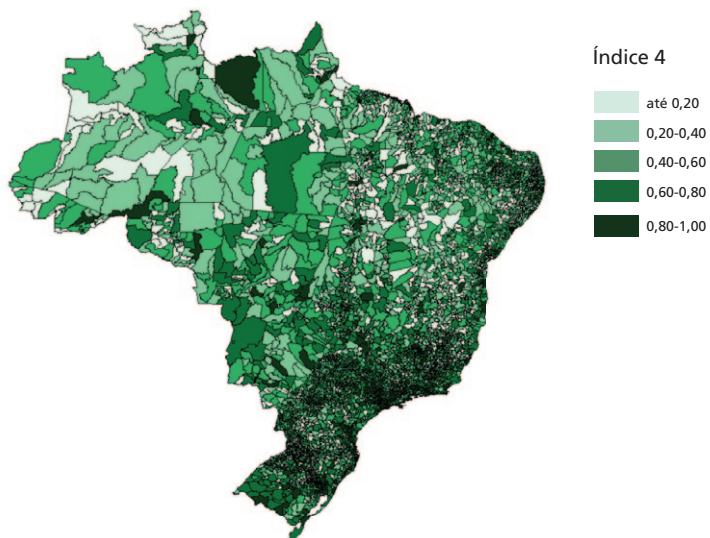
Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3I
Municípios segundo existência de loja de discos



Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 3J
Municípios segundo existência de equipamentos culturais – índice 4 do IDECULT



Fonte: MUNIC 2001/IBGE.

Registremos algumas tendências:

- Os municípios menores, em termos de população, são em geral carentes de equipamentos culturais, sobretudo os do grupo 1.
- No que se refere aos equipamentos “tradicionais”, pode-se ver grandes vazios, decorrentes da falta de equipamentos, com exceção de bibliotecas.
- Os equipamentos de lazer, no sentido aqui considerado, estão em toda parte; pode-se dizer que temos uma cultura que privilegia o esporte e as atividades associativas no tempo livre.
- Os equipamentos de distribuição apresentam grande desenvolvimento e abrangência territorial, com exceção de *shopping centers*. Ademais, a região Norte, o interior nordestino e o norte de Minas Gerais têm um vazio em termos de presença de equipamentos culturais – são regiões de baixo PIB *per capita*.
- A produção audiovisual é relativamente centralizada nas regiões Sudeste e Sul e nas grandes cidades, embora o alcance das imagens tenha abrangência nacional, a depender da rede de televisão ou rádio.
- Embora exista uma tendência a práticas culturais no domicílio, estas não são universais e apenas 60% dos domicílios têm telefone, 12% computador e 8,3% internet. Por outro lado, 90% dos domicílios possuem televisão.

Os equipamentos culturais são distribuídos de forma desigual e se desenvolveram seguindo uma lógica histórica, ligada à trajetória político-administrativa e econômica que se deu no país. Os municípios do litoral e de capital são mais equipados e as capitais do interior têm, em geral, um número maior de equipamentos do que os demais municípios. De certa maneira, as capitais são polos culturais aglutinadores.

4.3.3 Considerações

A primeira razão para o perfil de desenvolvimento e distribuição dos equipamentos culturais é histórica: os diversos ciclos econômicos vividos pelas cidades mais antigas localizadas no litoral permitiram que as demandas culturais das classes sociais de renda alta implicassem investimentos de caráter cultural que as distinguíssem das demais classes e frações de classe. Dessa forma, foram construídos casarões, prédios, teatros, museus, bibliotecas que, em muitos casos, se transformaram em referência da vida cultural, da memória destas cidades, de criação cultural e dos estilos de vida, em especial das classes altas – em termos políticos e de renda.

Outro feixe de razões refere-se a injunções e exigências da vida e da socialização das cidades. Diversos tipos de equipamentos de lazer foram construídos nos centros urbanos, permitindo variados usos do tempo livre em espaços relativamente organizados, sejam eles públicos ou privados. Estes equipamentos foram criados concomitantemente ao desenvolvimento das cidades e permitiram processos de socialização, em especial em torno de práticas associativas e esportivas.

O desenvolvimento social das mídias e sua concentração econômica também contribuíram para o padrão de distribuição de equipamentos, mas também dos hábitos culturais, que agora se dão, sobretudo, nos espaços dos domicílios e na geografia dos pontos de distribuição de produtos culturais. Entre estes, se colocam as lojas de CDs e discos, livrarias e videolocadoras. Os processos de criação dos pontos de distribuição de produtos culturais têm comportamento diverso daqueles apontados anteriormente e se relacionam tanto com o barateamento de custos dos bens a serem distribuídos por aluguel ou venda quanto com a potencialidade das demandas. Dessa forma, o padrão de desenvolvimento destes equipamentos associa-se com a renda disponível para o consumo de bens culturais ou ao baixo investimento inicial para desenvolvimento das atividades de comércio e, depois, para sua manutenção e rentabilidade.

O padrão de desenvolvimento tecnológico e mídias relacionadas às produções de audiovisual tem íntima relação com outra ordem de explicação para o perfil de distribuição de equipamentos culturais e de lazer. Com a invenção e o barateamento de novas tecnologias, mudaram os padrões de comportamento associados ao emprego do tempo livre. O consumo de lazer e cultura se deslocou gradativamente para o espaço privado dos domicílios, sendo que o acesso ao rádio, à televisão e aos computadores passou a ser gradativamente universalizado, em especial pelas facilidades de crédito e pelo barateamento das unidades de produto.

Entretanto, esse tipo de equipamento e tecnologia não tem apenas uma dimensão privada. Provavelmente, seu uso na interconexão e na organização das atividades culturais, entre as diversas instituições e em bibliotecas, museus, centros culturais etc., venha redimensionar e colocar o nível das carências, em termos de equipamentos e atividades culturais, diante de desafios diferentes. Ou seja, é possível que da imprescindibilidade dos equipamentos culturais, forma tradicional de pensar o acesso à cultura, surjam outras concepções de prática cultural e outros mecanismos de interconexão das obras de cultura e das práticas culturais.

4.4 Consumo

O dimensionamento do consumo cultural permite embasar, com números, uma reflexão crítica a respeito da realização dos direitos culturais. Parte dos bens culturais produzidos circula em mercados simbólicos que têm uma dimensão

econômica. Estabelecer o tamanho do consumo e caracterizar o perfil socioeconômico dos consumidores permite representar o dinamismo cultural e separar analiticamente aqueles que têm acesso à cultura daqueles que não o têm.

Certamente, as práticas culturais em geral não estão contidas no consumo cultural propriamente, pois são realizadas, em grande parte, fora do âmbito dos mercados, a exemplo de festas, tradições religiosas e outras relacionadas aos costumes. Da mesma maneira, parte da fruição de espetáculos teatrais, musicais, produções literárias etc., por exemplo, pode ser realizada sem que necessariamente envolva pagamento. No entanto, é razoável esperar que os dados da POF/IBGE captem uma boa medida de grande parte do conjunto das práticas culturais.

O consumo cultural neste trabalho indica bens como aqueles não apenas relacionados às artes, mas também à informação presente e disseminada nas diversas mídias, nos impressos de todos os tipos como jornais, revistas, livros etc., e àquela que circula por mídias eletrônicas como a televisão e o rádio e, mais recentemente, por mídias digitais, em microcomputadores e internet, com suas infinitas possibilidades.

Dessa forma, a investigação foi reduzida à observação de uma cesta de bens, que provisoriamente foram considerados como bens culturais. Estes bens são aqueles que se relacionam com necessidades materiais e culturais, úteis para proporcionar informações, entretenimento e posicionar social e estruturalmente as pessoas, umas em relação às outras.

Nesse último sentido, os bens culturais remetem a processos de integração e exclusão social; referem-se a processos institucionais de reconhecimento e valorização das possibilidades das expressões culturais diferenciais. Também se relacionam com a cidadania, ao expressarem o direito de acesso a informações qualificadas e úteis. Os itens culturais se referem a:

- leitura – livros didáticos e não didáticos, revistas, jornais etc., ou seja, mídia escrita;
- fonografia – CDs, discos de vinil, aparelhos ou equipamentos;
- espetáculo vivo e artes – circo, artes, teatro, balé, shows, música etc.;
- audiovisual – cinema, práticas amadoras, TV a cabo, equipamentos e conteúdos; microinformática – equipamentos e internet; e
- outras saídas – boate, danceterias, zoológico etc.

A agregação foi feita com base nos 5.507 municípios brasileiros de 2000. Os dados foram organizados por tamanho do município, unidades da Federação e grandes regiões. O objetivo central é caracterizar o dinamismo cultural

em níveis administrativos e políticos, diferenciados de forma a consolidar uma visão de conjunto da cultura no Brasil. Os anexos apresentam os dados em menor nível de agregação, isto é, por municípios. A caracterização que se segue é agregada para o Brasil, os municípios – por tamanho –, os estados e as grandes regiões.

Deve-se ressaltar que lidaremos com a ideia de consumo esperado, e não observado. A metodologia está descrita no relatório metodológico. Por ora, basta dizer que a metodologia distribui os gastos culturais observados na POF (2002-2003) do IBGE, pelos municípios brasileiros, segundo as características dos domicílios. Famílias semelhantes foram localizadas no Censo 2000 e a elas foi imputado um gasto esperado.

4.4.1 O consumo cultural é concentrado na região Sudeste

A história e a organização dos municípios brasileiros fizeram que eles se desenvolvessem com diferentes ritmos e qualidades distintas, conforme a geografia, os recursos naturais e a integração ao processo nacional de desenvolvimento. Essas características acabaram por marcar também o desenvolvimento cultural, que se apresenta com linhas de força particulares, mas fortemente condicionadas pela história social e econômica geral.

Na tradição política brasileira, a centralização no nível federal esteve presente de maneira marcante, mas em contrapartida os municípios também tiveram um papel significativo do ponto de vista político-administrativo.

Depois de 1988, com a Constituição e em decorrência dos movimentos de democratização, inúmeras políticas passaram por processos de descentralização, no suposto que a proximidade da administração de seus beneficiários significaria tanto melhor alocação de recursos quanto maior democratização de decisões.

Apesar das inúmeras críticas e restrições a essa ideia, muitas políticas iniciaram processos de descentralização na direção dos municípios e o sucesso foi maior ou menor, a depender da força das coalizões sociais e dos instrumentos políticos e financeiros disponíveis para realizar esse processo.

As políticas culturais fizeram um movimento inverso. Em primeiro lugar, emergiram demandas pela criação de uma instância federal forte, inclusive com apoio de governadores de estado. Só recentemente voltou à agenda a ideia de criação de um sistema nacional de cultura, que articulasse a ação dos diversos níveis de governo, mantendo a autonomia de cada um deles. Dessa maneira, às dificuldades dos municípios acumularam-se outras, sobretudo relacionadas às dificuldades para construção de políticas culturais integradas que suprissem a carência de recursos financeiros, humanos e de gestão.

Os municípios então sofrem de dificuldades variadas para organizar e induzir a produção cultural nos seus territórios, e as famílias se restringem ao consumo de bens de circulação nacional e produção concentrada em alguns dos municípios mais dinâmicos. Ou, simplesmente, consomem bens produzidos em outros lugares e veiculados nos dinâmicos meios de comunicação ou pela indústria cultural.

No que toca aos municípios, interessa uma caracterização geral. No ano 2000, o número de municípios era de 5.507, sendo que 73% tinham menos de 20 mil habitantes. Trinta dos municípios brasileiros tinham mais de 500 mil habitantes e 194 destes entre 11 mil e 550 mil habitantes, correspondendo a 4% do total.

Esses 4% eram responsáveis por 74% do consumo cultural esperado e o número de domicílios nesse conjunto é pouco mais que 50% do total. O gasto cultural esperado (GCE) por domicílio, para os 13 municípios maiores, era 83% maior que a média para o Brasil, 22% maior para os 17 – entre 500 mil e 1 milhão de habitantes – e 7% para os outros 194 maiores. Isto significa que, enquanto o GCE mensal por domicílio era de R\$ 50,95, para o Brasil, ele era de R\$ 93,36 para as maiores cidades.

TABELA 17

Gasto cultural domiciliar esperado total e por domicílio nos municípios classificados por tamanho – 2000

Tamanho municípios por habitante	Total de municípios	Brasil = 100	Gasto esperado total	Brasil = 100	Número domicílios total	Brasil = 100	GCE por domicílio	Brasil = 100
Menor que 10 mil	2.662	48,3	75.949.919	3,3	3.626.073	8,1	20,95	41
De 10 até 20 mil	1.378	25,0	111.628.758	4,9	4.915.214	11,0	22,71	45
De 20 até 30 mil	553	10,0	86.605.310	3,8	3.377.528	7,5	25,64	50
De 30 até 50 mil	393	7,1	110.510.266	4,8	3.744.439	8,4	29,51	58
De 50 até 100 mil	297	5,4	203.310.346	8,9	5.348.751	11,9	38,01	75
De 100 até 500 mil	194	3,5	589.213.981	25,8	10.851.575	24,2	54,30	107
De 500 até 1 milhão	17	0,3	203.086.178	8,9	3.260.401	7,3	62,29	122
Mais de 1 milhão	13	0,2	901.159.964	39,5	9.652.760	21,6	93,36	183
Brasil	5.507	100	2.281.464.720	100	44.776.740	100	50,95	100

Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

Elaboração: Ipea.

No que se refere às grandes regiões, a concentração do GCE se dá na região Sudeste. Essa região também tem os maiores GCEs mensais por domicílio, que é de R\$ 66,73, 31% maior que o do Brasil, enquanto a região Nordeste tem o gasto mensal de R\$ 27,65 por domicílio. O gasto esperado total mensal da região Sudeste é de R\$ 1,3 bilhão ou 59% do total do Brasil. A tabela 18 sintetiza os comportamentos dos agregados de consumo por grandes regiões.

TABELA 18
Gasto cultural domiciliar esperado total e por domicílio nas grandes regiões – 2000

Regiões	Total de municípios	Brasil = 100	Gasto esperado total	Brasil = 100	Número domicílios total	Brasil = 100	GCE por domicílio	Brasil = 100
Norte	449	8,2	92.432.567	4,1	2.808.805	6,3	32,91	64,6
Nordeste	1.787	32,4	315.142.803	13,8	11.398.078	25,5	27,65	54,3
Sudeste	1.666	30,3	1.349.045.012	59,1	20.215.397	45,1	66,73	131,0
Sul	1.159	21,0	362.061.308	15,9	7.201.178	16,1	50,28	98,7
Centro-Oeste	446	8,1	162.783.031	7,1	3.153.281	7,0	51,62	101,3
Brasil	5.507	100	2.281.464.720	100	44.776.740	100	50,95	100

Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

Elaboração: Ipea.

4.4.2 São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro concentram os maiores gastos com cultura

Se as pautas de consumo cultural representam bem os processos de modernização cultural, é possível afirmar que o Brasil se divide em vários territórios modernos e outros tantos tradicionais e, nestes últimos, há enclaves múltiplos de modernização.

Essas características merecem aprofundamentos analíticos e interpretativos e, sobretudo, pesquisas de campo. Elas são relativamente evidentes, quando se constata que, nas cidades como São Paulo ou Brasília e mesmo Rio de Janeiro, apesar do consumo maior, há poucos domicílios que têm uma pauta de consumo ou uma cesta cultural cheia.

Esses pontos levantam questões não apenas a respeito dos complexos ordenamentos urbanos das metrópoles e das grandes, médias e pequenas cidades, mas também a como migrantes de regiões menos desenvolvidas se relacionam com o contexto comunicacional moderno, tanto na origem quanto no destino dos seus movimentos migratórios.

A tabela 19 apresenta os gastos mensais domiciliares esperados por tipo de bem cultural e por estados da Federação. Os dados em itálico destacam os estados – ou o DF – que apresentam GCE mensal por domicílio maior que a média brasileira. Destacam-se São Paulo e Distrito Federal, que possuem gastos maiores que os nacionais em qualquer segmento, ou seja, audiovisual, espetáculo, leitura, fonografia, microinformática e outros.

Rio de Janeiro vem em seguida, acompanhado de perto dos estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Alguns estados da região Norte apresentam gastos maiores que o nacional, em especial em fonografia. Da mesma forma, alguns estados do Centro-Oeste apresentam maiores gastos em fonografia e outros tipos.

TABELA 19
Gasto cultural domiciliar esperado mensal por área nos estados – 2000

UF	Gasto cultural	Gasto audiovisual	Gasto espetáculo	Gasto leitura	Gasto fonográfica	Gasto microinformática	Gasto outros
Rondônia	56,54	43,77	26,57	22,86	22,52	39,58	31,77
Acre	53,14	41,15	27,57	23,09	19,74	38,37	31,38
Amazonas	63,54	45,54	30,49	25,66	21,59	44,26	35,59
Roraima	63,48	43,07	29,82	25,00	24,51	42,86	36,72
Pará	49,71	37,33	24,01	18,20	17,28	38,23	30,80
Amapá	62,31	43,93	27,52	23,74	23,65	36,94	35,84
Tocantins	49,51	38,49	26,26	20,19	20,90	38,02	29,95
Maranhão	32,65	26,84	17,53	15,26	13,81	26,51	21,11
Piauí	36,50	29,67	19,44	17,84	14,07	28,34	22,40
Ceará	44,75	34,34	18,86	21,86	15,56	37,74	22,03
Rio Grande do Norte	46,38	34,00	20,66	21,07	16,67	37,84	24,04
Paraíba	42,49	32,61	19,89	19,88	15,18	35,82	22,53
Pernambuco	49,70	36,57	23,59	24,04	16,04	30,36	23,90
Alagoas	41,45	32,77	19,79	18,93	15,07	32,03	22,90
Sergipe	45,09	33,37	20,72	20,21	16,33	36,51	24,14
Bahia	47,25	36,48	25,17	17,71	16,26	40,52	25,04
Minas Gerais	65,62	44,96	29,75	21,55	20,21	53,90	34,57
Espírito Santo	68,46	47,08	32,16	24,15	21,10	48,54	33,83
Rio de Janeiro	96,31	66,99	39,86	32,86	24,77	67,98	37,28
São Paulo	107,57	63,38	41,68	33,15	27,55	99,66	51,93
Paraná	72,67	49,28	31,29	22,94	22,69	59,94	47,68
Santa Catarina	76,28	50,23	30,42	24,39	22,70	62,01	43,65
Rio Grande do Sul	75,29	49,07	33,00	21,95	22,26	58,32	42,64
Mato Grosso do Sul	68,82	52,85	30,78	26,54	23,35	48,94	44,28
Mato Grosso	65,67	51,01	30,54	24,85	23,39	44,55	46,66
Goiás	63,98	48,59	30,79	23,37	23,48	47,97	43,74
Distrito Federal	141,89	83,19	40,52	41,19	40,30	95,07	88,97
Brasil	75,86	51,56	33,66	26,12	21,88	68,37	39,49

Fonte: POF 2002-2003/IBGE.
Elaboração: Ipea.

4.4.3 O acesso a bens culturais pelo consumo é pequeno entre as famílias brasileiras

À medida que crescem os municípios, aumenta também o número de domicílios que consumiram algum bem cultural. 54,% dos domicílios, localizados em municípios menores que 10 mil habitantes, consumiram algum item cultural em 2000, ao passo que 77,8% dos domicílios localizados nos maiores municípios o fizeram. O mesmo padrão é verificado para os municípios considerando-os nos contextos de suas grandes regiões.

Ressalte-se que 84,5% dos domicílios da região Sul realizaram algum gasto com cultura, sendo aí localizado o maior número percentual de domicílios com consumo cultural em 2000, seja ele geral ou de cada um dos diversos itens de consumo selecionados como culturais.

O item que apresenta maior número de domicílios com algum gasto é o de audiovisual (44,2%), seguido de fonografia (31%) e leitura (29,6%). O consumo de leitura, no entanto, é maior do que o de fonografia nos municípios de maior porte – exceção do Nordeste, em que a fonografia mantém uma cobertura maior.

Observe-se ainda que o número de famílias que consomem microinformática é bastante reduzido nas regiões, sendo o Sudeste a que apresenta maior número de domicílios com este consumo (13%). O maior número relativo de domicílios com esse consumo encontra-se nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes da região Sul (19,6%). Portanto, as narrativas a respeito da revolução informática devem ser verdadeiras, possivelmente, para as grandes empresas, muito mais certamente do que para as famílias que demonstram ter baixo acesso a bens desse tipo.

TABELA 20
Percentual de domicílios que consumiram cultura por área, tamanho do município e grande região – 2000

Tamanho município grande região por habitante	Cultura	Audiovisual	Espetáculo	Leitura	Fonografia	Microinformática	Outros
Menor que 10 mil	46,8	23,6	2,2	12,6	23,5	2,8	7,0
De 10 até 20 mil	48,9	24,7	2,3	13,1	25,2	3,0	7,7
De 20 até 30 mil	48,9	24,9	2,3	13,4	25,1	3,1	7,8
De 30 até 50 mil	54,4	30,3	3,1	16,2	26,8	4,7	9,2
De 50 até 100 mil	57,8	33,7	3,5	18,2	28,2	5,7	9,7
De 100 até 500 mil	67,7	43,8	5,9	27,1	31,9	9,7	12,0
Mais de 1 milhão	75,2	50,7	9,2	38,7	36,6	13,2	14,1
Norte	60,5	36,4	4,8	22,8	29,6	7,2	10,4
Menor que 10 mil	51,8	26,1	2,3	15,5	26,5	2,6	5,9
De 10 até 20 mil	53,1	27,3	2,5	16,3	26,9	2,8	6,3
De 20 até 30 mil	54,7	29,0	2,9	17,6	27,7	3,3	6,5
De 30 até 50 mil	55,7	29,8	3,2	18,1	28,2	3,6	6,7
De 50 até 100 mil	60,6	34,4	4,4	21,9	30,9	5,1	7,4
De 100 até 500 mil	68,0	41,7	6,8	28,9	35,0	8,5	8,8
De 500 até 1 milhão	72,4	47,4	8,9	33,5	37,1	12,0	10,3
Mais de 1 milhão	79,4	52,2	13,1	44,7	46,5	14,3	9,4
Nordeste	62,1	36,1	5,6	24,7	32,5	6,5	7,6

(Continua)

(Continuação)

Tamanho município grande região por habitante	Cultura	Audiovisual	Espetáculo	Leitura	Fonografia	Microinformática	Outros
Menor que 10 mil	60,2	33,5	5,7	25,4	25,5	6,4	7,3
De 10 até 20 mil	63,6	37,5	6,8	27,6	27,5	8,0	8,1
De 20 até 30 mil	64,9	40,0	7,4	27,7	27,9	9,0	8,4
De 30 até 50 mil	66,9	43,5	8,1	28,4	28,5	10,5	9,0
De 50 até 100 mil	69,7	47,2	9,3	30,7	30,2	12,1	9,6
De 100 até 500 mil	72,5	51,2	10,5	33,5	31,8	13,7	9,8
De 500 até 1 milhão	72,7	52,8	10,7	36,6	30,9	14,0	8,3
Mais de 1 milhão	76,9	58,6	13,9	42,7	35,1	16,1	8,8
Sudeste	71,5	50,1	10,5	34,7	31,4	13,0	8,9
Menor que 10 mil	55,2	32,6	4,5	16,7	22,3	5,2	10,8
De 10 até 20 mil	58,6	35,9	5,7	19,3	24,2	6,8	11,0
De 20 até 30 mil	62,0	39,3	6,9	22,2	25,9	8,2	11,9
De 30 até 50 mil	62,4	39,9	6,9	22,2	26,2	8,5	11,8
De 50 até 100 mil	67,1	43,9	8,5	26,1	28,2	10,0	12,8
De 100 até 500 mil	72,3	49,8	10,5	30,9	31,2	13,1	14,7
Mais de 1 milhão	84,5	63,9	16,2	45,8	39,3	19,6	18,5
Sul	67,4	45,0	8,9	27,3	28,9	10,9	13,5
Menor que 10 mil	50,1	28,7	3,5	14,2	21,6	4,1	5,3
De 10 até 20 mil	54,1	32,2	4,2	16,6	23,3	5,2	6,1
De 20 até 30 mil	54,9	33,0	4,3	17,3	23,4	5,5	6,3
De 30 até 50 mil	58,1	35,5	4,9	19,8	24,5	6,8	7,1
De 50 até 100 mil	61,7	39,0	5,4	21,6	26,4	8,0	7,8
De 100 até 500 mil	64,2	41,1	6,6	24,4	27,0	9,7	8,7
De 500 até 1 milhão	68,1	46,5	8,3	28,4	28,5	12,6	9,3
Mais de 1 milhão	75,4	53,2	13,5	39,9	37,6	14,3	10,7
Centro-Oeste	63,2	40,9	7,5	25,6	28,4	9,2	8,2
Menor que 10 mil	54,9	30,3	4,1	18,7	24,4	4,7	7,7
De 10 até 20 mil	56,7	31,8	4,4	19,7	26,1	5,1	7,7
De 20 até 30 mil	58,4	33,8	4,9	21,0	27,0	5,9	8,0
De 30 até 50 mil	60,4	36,3	5,5	22,1	27,6	6,9	8,5
De 50 até 100 mil	65,1	41,3	7,0	25,7	29,6	8,9	9,5
De 100 até 500 mil	71,1	48,5	9,5	31,4	32,0	12,3	10,7
De 500 até 1 milhão	72,4	50,7	10,0	35,1	32,7	13,3	9,0
Mais de 1 milhão	77,8	57,1	13,6	42,8	37,6	15,8	10,3
Brasil	67,2	44,2	8,4	29,6	31,0	10,4	9,4

Fonte: POF 2002-2003/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Já o consumo de espetáculos é feito por apenas 8,4% dos domicílios brasileiros. As grandes regiões apresentam cobertura maior no Sudeste (10,5%) e Sul (8,9%), sendo que, nas maiores cidades, o universo dos domicílios consumidores deste bem é sempre maior. As maiores cidades do Sul apresentaram 16,2% dos seus domicílios com consumo de espetáculos.

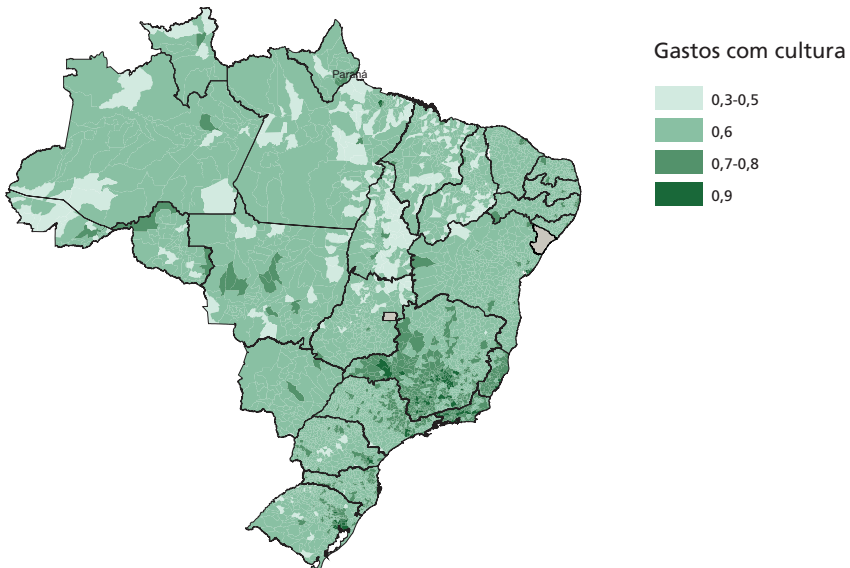
Nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, o percentual de domicílios que realiza algum gasto com leitura gira em torno de 40%. Esta cifra é de 44,7% dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes situados no Nordeste, de 42,7% dos domicílios da região Sudeste e de 45,8% da Sul.

Comportamento semelhante acontece com os bens da indústria fonográfica. 31% dos domicílios brasileiros fizeram algum gasto com fonografia, sendo que os domicílios das maiores cidades apresentam sempre um número maior, percentualmente, de domicílios que consumiram esses bens.

4.4.4 Espacialização do consumo cultural

Os dados espacializados de consumo encontram-se nos mapas 4 e 5, nos quais se consideram, respectivamente, o percentual de domicílios que realizaram algum consumo cultural e o dispêndio mensal médio com cultura.

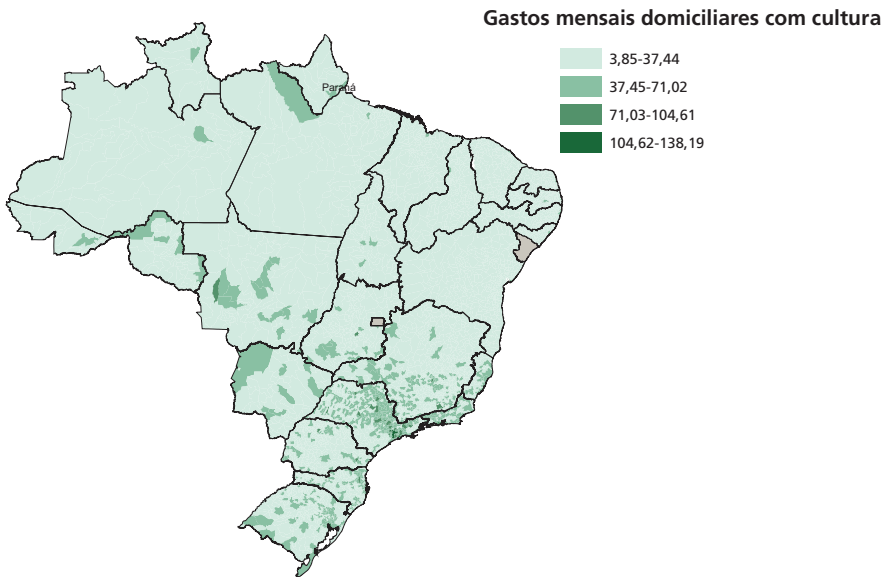
MAPA 4
Domicílios que realizaram gastos com cultura



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

O mapa 5 apresenta os municípios brasileiros pelos gastos médios mensais das famílias com cultura.

MAPA 5

Gastos mensais domiciliares com cultura

Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

O *ranking* de gasto mensal domiciliar fica da seguinte forma: Distrito Federal, Região Metropolitana de São Paulo, grande Florianópolis, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Curitiba, Campinas, Região Metropolitana de Porto Alegre, Belo Horizonte, Vale do Paraíba paulista, Piracicaba, central espírito-santense, macro metropolitana paulista, Araraquara, Região Metropolitana de Salvador e Ribeirão Preto. Como se vê, as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Recife, presentes no mapa anterior, saem do *ranking*, e a de São Paulo passa a ocupar uma das primeiras posições na lista.

Fica claro por esses mapas que o consumo de cultura se concentra em regiões metropolitanas, nas regiões Sudeste e Sul e que, à medida que se consideram as regiões do interior do país, esse consumo diminui – exceção ao Distrito Federal e algumas mesorregiões no Centro-Oeste. Por outro lado, os menores consumos e os percentuais de domicílios consumidores estão nas regiões Norte e Nordeste.

5 IDECULT: ALGUNS RESULTADOS

A elaboração de indicadores tem se constituído em um dos desafios das políticas culturais há alguns anos. A construção de quadros estatísticos específicos é apontada como algo necessário para estabelecer uma visão de conjunto da cultura e das suas relações com a economia e outras políticas setoriais, a exemplo da educação, das telecomunicações, das políticas urbanas e assim por diante.

De fato, um quadro estatístico da situação cultural permite uma compreensão mais ampla da natureza da oferta e da demanda cultural, bem como da intensidade do esforço dos agentes econômicos – públicos ou privados – no desenvolvimento cultural, o que contribuiria, em uma visão otimista, para a discussão a respeito da estrutura institucional mais adequada à realização de direitos culturais.

Mas é necessário lembrar-se de três questões: *i*) um quadro estatístico não é um banco de dados ou, pelo menos, não é apenas isso; *ii*) um quadro estatístico contém sempre uma aposta analítica e, como tal, deve ser constantemente explorada em suas fragilidades e possibilidades; e *iii*) a massa de dados que compõem os quadros estatísticos envolve o esforço coletivo de tratamento, segundo diversas perspectivas e hipóteses interpretativas.

Então, duas consequências surgem imediatamente. A primeira é o estabelecimento de estratégias de difusão das informações por meio da exploração dos seus significados e das suas formas possíveis de organização. A segunda é aceitar que o estado atual dos dados, mesmo com limitações metodológicas, deve ser objeto de apropriação social e exploração analítica em suas múltiplas possibilidades. Deve-se dizer que um indicador isolado oferece muitas informações, mas que o ideal é que seja acompanhado de outros indicadores e descritores históricos a respeito da situação cultural.

Portanto, o que se apresenta adiante é um recorte possível de uma massa de informações que podem e devem ser trabalhadas em diversos níveis de agregação e segundo os mais diferentes interesses políticos e teóricos.

5.1 A construção do IDECULT

Como já se ressaltou anteriormente, o IDECULT é resultante da exploração das seguintes enquetes nacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *i*) de consumo – por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares; *ii*) do Censo Demográfico Brasileiro 2000, a partir do qual se construiu o indicador de ocupações culturais, usando o Código Brasileiro de Ocupação, e de setor de emprego cultural, usando o Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE); e *iii*) da MUNIC para o indicador de equipamentos culturais.

A metodologia básica utilizada para o cálculo dos índices parciais e sintéticos é relativamente simples.

1. Em primeiro lugar, se elaboraram as dimensões que comporiam os índices parciais.
2. Em seguida, foram calculados os seguintes componentes:
 - domic_cult sobre domic tot;
 - gasto_priv_cult sobre domic tot;
 - ocupados CBO cultura sobre total;
 - ocupados CNAE cultura sobre total; e
 - média dos equipamentos.
3. Os componentes foram normalizados entre 0 e 1. A cada um dos componentes foi aplicado o seguinte procedimento: do valor observado em cada município (x) foi subtraído o valor mínimo observado no conjunto analisado ($x_{\text{mínimo}}$). Em seguida, esse resultado foi dividido pela variação máxima observada no grupo ($x_{\text{máximo}} - x_{\text{mínimo}}$). Isso pode ser expresso na seguinte fórmula:

$$[(x - x_{\text{mínimo}}) / (x_{\text{máximo}} - x_{\text{mínimo}})]$$
4. Em seguida, foi calculado o IDECULT, a partir da aglutinação dos índices parciais.

5.2 Alguns resultados

Como se afirmou, o indicador sintético proposto, o IDECULT, apreende resultados, ou parte deles, que são expressões dos fluxos de bens e significados integrantes das experiências singulares vividas nos diferentes espaços sociais. Estas devem ser analisadas complementarmente em suas especificidades por trabalhos qualitativos.

Sobretudo, o indicador é revelador da distribuição de bens e atividades culturais entre os municípios brasileiros e os grupos sociais pertencentes a cada um destes municípios. A seguir, apresenta-se uma síntese, caracterizando os *clusters* construídos a partir do IDECULT; depois se caracterizam os 20 municípios com maior IDECULT e os 20 menores. A apresentação é acompanhada por mapas que configuram a distribuição de municípios e seus índices de desenvolvimento cultural.

No anexo, apresentam-se mapas por estado da Federação e ainda informações para todos os municípios brasileiros.

A tabela 21A traz as características das estatísticas associadas ao IDECULT, que permitem situar cada município. O IDECULT mínimo é de 0,01 e o máximo, de 0,97. O ranqueamento se dá entre esses índices. O mesmo procedimento é possível para média de anos de estudo, taxa de alfabetização, esperança de vida, renda etc., e para os componentes do IDECULT, que variam entre 0 e 1.

TABELA 21A
Caracterização geral das estatísticas dos municípios

Estatísticas	IDECULT	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (2000)	Taxa de alfabetização (2000)	Mortalidade até cinco anos de idade (2000)	Esperança de vida ao nascer (2000)	Renda per capita (2000)	Índice de Gini (2000)	Índice 1	Índice 2	Índice 3	Índice 4
Mínimo	0,01	0,81	39,34	6,16	54,35	28,38	0,36	0,0	0,0	0,0	0,0
Máximo	0,97	9,65	99,09	134,84	78,18	954,65	0,82	1,0	1,0	1,0	1,0
Média	0,42	4,04	78,23	44,72	67,75	170,81	0,56	0,4	0,5	0,4	0,4

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE, MUNIC 2001/IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Ipea/Fundação João Pinheiro (FJP)
Elaboração: Ipea.

A tabela 21B continua a caracterização. No entanto, clusterizaram-se os municípios por algumas de suas características socioeconômicas. No grupo “ótimo”, estão 414 municípios com população média de 186.422 pessoas, média de anos de estudo de 6,43, 99, 20% de pessoas alfabetizadas, mortalidade infantil de 18,21 por mil nascidos, produto interno bruto (PIB) per capita alto e esperança de vida de 72,6 anos.

TABELA 21B
Caracterização geral das estatísticas dos municípios

Cluster	Total municípios	População média	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (2000)	Taxa de alfabetização (2000)	Mortalidade até cinco anos de idade (2000)	PIB per capita (2000)	Esperança de vida ao nascer (2000)	Renda per capita (2000)	Índice de Gini (2000)
Ótimo	414	186.422	6,43	93,20	18,21	9.278,10	72,6	377,7	0,558
Bom	1622	25.235	5,05	88,76	20,46	6.792,97	71,7	243,9	0,549
Médio	1683	15.654	3,92	80,15	35,67	3.894,37	68,3	148,5	0,562
Baixo	1788	15.002	2,68	63,41	81,39	1.684,54	62,4	77,62	0,570
Brasil	5.507	-	4,52	81,38	38,93	5.412,49	68,8	211,93	0,560

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003/PNUD/Ipea/FJP.
Elaboração: Ipea.

Esse grupo “ótimo” (tabela 21C) apresenta os maiores IDECULT e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O cluster socioeconômico “ótimo” possui IDECULT de 0,723 e IDH de 0,822. O índice 1 (domicílios consumidores de cultura) é de 0,683, enquanto o do Brasil é de 0,493; o cluster “baixo” é de 0,248.

O mesmo padrão será encontrado no índice 2 (gasto das famílias), no índice 3 (ocupados CBO), no índice 4 (ocupados CNAE) e no índice 5 (presença de equipamentos), em que o *cluster* socioeconômico “ótimo” apresenta melhores resultados que o do Brasil, que são duas vezes maiores que o *cluster* “baixo”.

Note-se que o índice de Gini não é fundamentalmente diferenciado para os grupos, o que significa que, embora o dinamismo cultural do município seja maior, há uma desigualdade de distribuições internas que devem ser consideradas. Para relativizar esse entendimento, há de se considerar também que a sensibilidade do índice de Gini é limitada para captar certas nuances do fenômeno das desigualdades. Ou seja, apesar de seus méritos analíticos, esse indicador, por sua própria estrutura, constitui-se em uma ferramenta que oferece alcance limitado para apreender ou apurar com acuidade todas as especificidades que se apresentam na realidade.

Os índices que compõem o IDECULT também são mais elevados para o *cluster* ótimo. Segue-se a mesma interpretação para o IDH, como se observa na tabela 21C.

TABELA 21C
Caracterização geral das estatísticas dos municípios

<i>Cluster</i>	Índice 1	Índice 2	Índice 3	Índice 4	IDECULT	IDH ponderado
Ótimo	0,683	0,766	0,629	0,787	0,723	0,822
Bom	0,526	0,628	0,410	0,504	0,504	0,770
Médio	0,415	0,499	0,311	0,354	0,378	0,698
Baixo	0,348	0,352	0,311	0,337	0,320	0,604
Brasil	0,493	0,561	0,415	0,496	0,481	0,757

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE, MUNIC 2001/IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003/PNUD/Ipea/FJP.

Elaboração: Ipea.

Nesse caso, os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos têm IDECULTs mais altos (0,723) contra a média do Brasil, que é 0,481. Diferencial similar aparece para o IDH.

A tabela 22 apresenta as características dos grupos de municípios com os maiores ou menores IDECULTs.

TABELA 22
Caracterização e grupos de municípios clusterizados pelo IDECULT

<i>Cluster</i>	Bom	Médio	Baixo
Total municípios	838	2.174	2.495
População média	133.525	16.728	9.226
PIB <i>per capita</i> ¹ (2000)	7.830	4.866	2.920
IDECULT	0,70	0,48	0,28

(Continua)

(Continuação)

<i>Cluster</i>	Bom	Médio	Baixo
Média de anos de estudo (2000)	5,92	4,30	3,18
Taxa de alfabetização (2000)	90,56	81,11	71,58
Mortalidade até cinco anos de idade (2000)	24,14	37,85	57,62
Esperança de vida ao nascer (2000)	71,32	68,96	65,49
Renda <i>per capita</i> (2000)	301,22	185,97	113,81
Índice de Gini (2000)	0,56	0,56	0,56
Índice 1	0,68	0,48	0,34
Índice 2	0,72	0,55	0,40
Índice 3	0,62	0,44	0,21
Índice 4	0,77	0,49	0,25
Índice 5	0,70	0,43	0,20

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE, MUNIC 2001/IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003/PNUD/Ipea/FJP.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Pessoas com 25 anos ou mais.

No *cluster* “bom”, estão os municípios com maior IDECULT. Esse conjunto se caracteriza pelo maior tamanho populacional, embora alguns municípios médios e pequenos estejam ali.

Os municípios desse grupo caracterizam-se pela maior escolaridade média de 5,9 anos de estudos, por contraste aos 3,18 anos do *cluster* “baixo”. Também a taxa de alfabetização é maior neste primeiro grupo, bem como o PIB *per capita* (R\$ 7.380), a esperança de vida ao nascer (71,32 anos) e a renda *per capita* (R\$ 301,22). Por outro lado, o Gini, indicador clássico para as desigualdades, embora menor no primeiro grupo, não é significativamente diferenciador em relação aos demais. Como se disse, também a mortalidade infantil é menor no primeiro grupo.

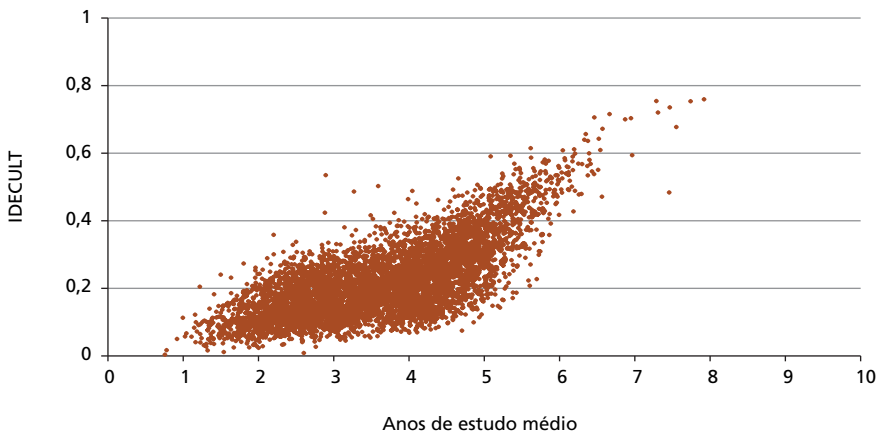
No que se refere aos componentes do IDECULT, também se verifica que a cultura distingue o grupo dos 838 dos demais municípios, significando que ali se concentram consumidores, atividades culturais e equipamentos culturais.

O índice que sintetiza o percentual de famílias consumidoras de bens culturais é o de 0,68 no *cluster* “ótimo” e o de 0,34 no “baixo”; o índice de dispendio familiar com cultura é o de 0,72 no maior *cluster* e o de 0,34 no menor. Nas profissões culturais, o contraste é de 0,62 para 0,21; no setor cultural, de 0,77 para 0,25; e para equipamentos, 0,70 para 0,20.

No entanto, na mesma linha de comparação do conjunto de indicadores, é necessário apontar que a diferença entre os *clusters* é mínima, quando se toma o índice de Gini para as desigualdades, o que reforça a ideia de que, mesmo no *cluster* de maior desenvolvimento da economia cultural, podem-se encontrar grupos populacionais com excelente acesso a bens e aos serviços entre outros com menores oportunidades.

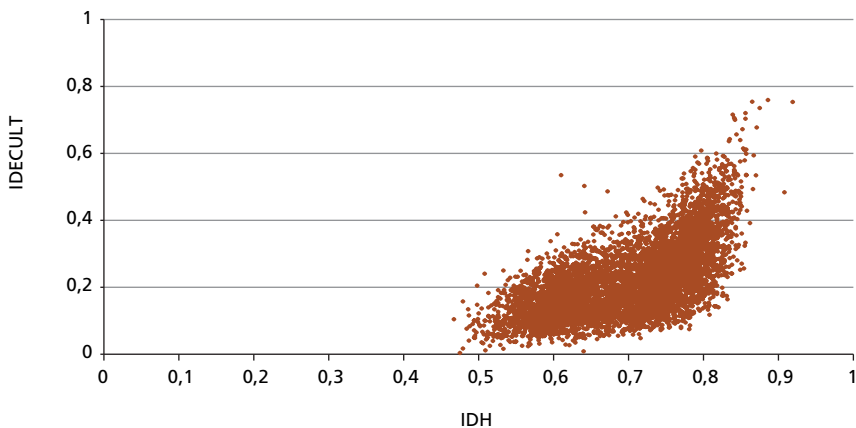
Os gráficos a seguir mostram as correlações entre o IDECULT e os anos médios de estudos e o IDH dos municípios brasileiros. A correlação é muito alta, significando que, em geral, em que este indicador é alto, também são altas a escolarização e o índice de desenvolvimento humano. Enfatize-se, mais uma vez, como se fez ao longo da descrição dos índices componentes do IDECULT, que o Gini é muito alto no Brasil, o que se segue, em termos de desigualdades, em seus municípios.

GRÁFICO 2

Correlação entre o IDECULT e os anos médios de estudos

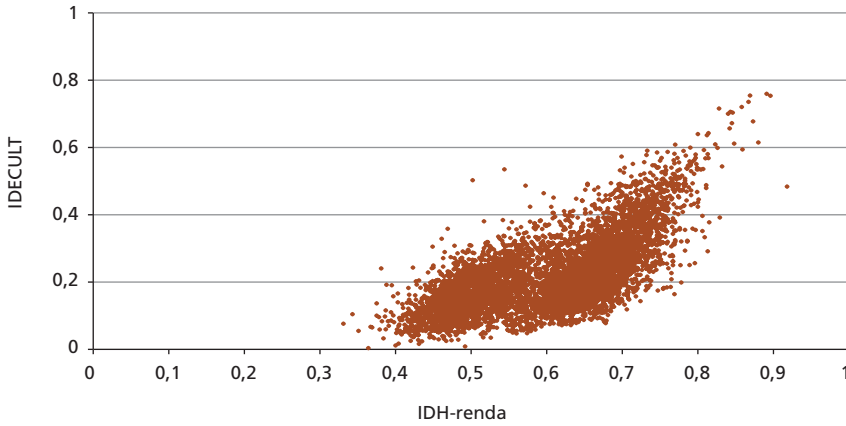
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.
Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 3

Correlação entre o IDECULT e o IDH

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.
Elaboração: Ipea.

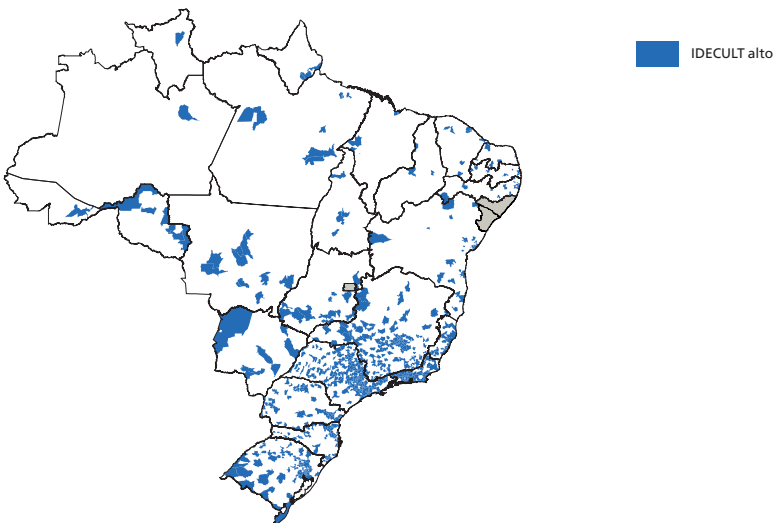
GRÁFICO 4
Correlação entre o IDECULT e o IDH-renda



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.
Elaboração: Ipea.

O mapa 6, a seguir, apresenta o IDECULT “alto”; o mapa 7, o “médio”; e, finalmente, o mapa 8, o “baixo”. Note-se a distribuição dos municípios do *cluster* alto na parte inferior do mapa, na região próxima ao litoral e, sobretudo, nos municípios de capital. O *cluster* baixo (mapa 8), ao contrário, concentra-se na parte de cima do mapa, a partir do norte de Minas e na parte central dos estados do Sul.

MAPA 6
IDECULT alto



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

A tabela 22 mostra os 50 municípios de maiores IDECULTs. Destes, 16 são capitais e o número maior está em regiões próximas a elas. Note-se a grande heterogeneidade de cada componente do IDECULT.

Alguns dados desses municípios não foram apresentados, mas vale a pena comentá-los. A esperança de vida é alta nesse conjunto (70,48 em Porto Alegre e 68,22 em João Pessoa). A mortalidade infantil – até cinco anos de idade – é de 18,33 em Porto Alegre, mas chega a 30,4 em Vila Velha, 57,49 em Natal e 47,52 em Recife. O índice de Gini é variável, sendo de 0,610 em Porto Alegre e de 0,500 em São Caetano do Sul, é, portanto, bastante alto. A taxa de alfabetização está acima de 90% em 43 desses municípios e a média de anos de estudos está acima de sete anos em 40 deles.

A tabela 23 apresenta os municípios de maiores IDECULTs no Brasil. Os mapas que se seguem apresentam a distribuição dos municípios por *cluster* construída a partir deste indicador.

TABELA 23
Cinquenta municípios de maior IDECULT

Cidade	Rank por IDECULT	Índice 1	Índice 2	Índice 3	Índice 4	Índice 5	IDECULT	Esperança de vida ao nascer (2000)	Mortalidade até cinco anos de idade (2000)	Índice de Gini (2000)	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (2000)	Taxa de alfabetização (2000)
Porto Alegre	1	1,00	0,94	0,90	0,99	1,00	0,97	71,48	18,33	0,610	8,96	96,55
Niterói	2	0,91	0,99	0,92	0,99	1,00	0,96	73,49	13,56	0,590	9,65	96,45
Vitória	3	0,97	0,96	0,88	0,97	1,00	0,96	70,74	29,02	0,610	9,05	95,48
Belo Horizonte	4	1,00	0,92	0,88	0,99	1,00	0,96	70,52	29,83	0,620	8,13	95,38
Florianópolis	5	0,88	0,95	0,91	0,99	1,00	0,95	72,81	18,51	0,570	9,26	96,44
Curitiba	6	0,95	0,91	0,87	0,99	1,00	0,94	71,57	24,26	0,590	8,47	96,63
Rio de Janeiro	7	0,84	0,93	0,88	0,99	1,00	0,93	70,26	22,21	0,620	8,42	95,59
São Caetano do Sul	8	0,86	1,00	0,86	1,00	0,89	0,92	78,18	6,16	0,500	8,75	97,01
São Paulo	9	0,80	0,94	0,85	0,99	1,00	0,92	70,66	24,90	0,620	7,81	95,11
Santos	10	0,83	0,95	0,83	0,97	1,00	0,92	72,27	15,98	0,540	8,76	96,44
São Leopoldo	11	0,91	0,81	0,86	0,92	1,00	0,90	68,99	24,16	0,550	6,88	95,22
Brasília	12	0,84	0,95	0,75	0,96	1,00	0,90	70,37	24,00	0,640	8,25	94,32
Campinas	13	0,79	0,92	0,76	0,99	1,00	0,89	72,22	16,08	0,580	7,87	95,01
Recife	14	0,84	0,83	0,78	0,97	1,00	0,88	68,62	47,52	0,680	7,64	89,45
Santo André	15	0,78	0,91	0,75	0,98	1,00	0,88	70,61	19,47	0,530	7,57	95,55
Balneário Camboriú	16	0,82	0,90	0,85	0,93	0,89	0,88	73,18	17,64	0,590	8,58	97,00
Vila Velha	17	0,91	0,86	0,77	0,95	0,89	0,88	69,05	30,40	0,570	7,80	94,70

(Continua)

(Continuação)

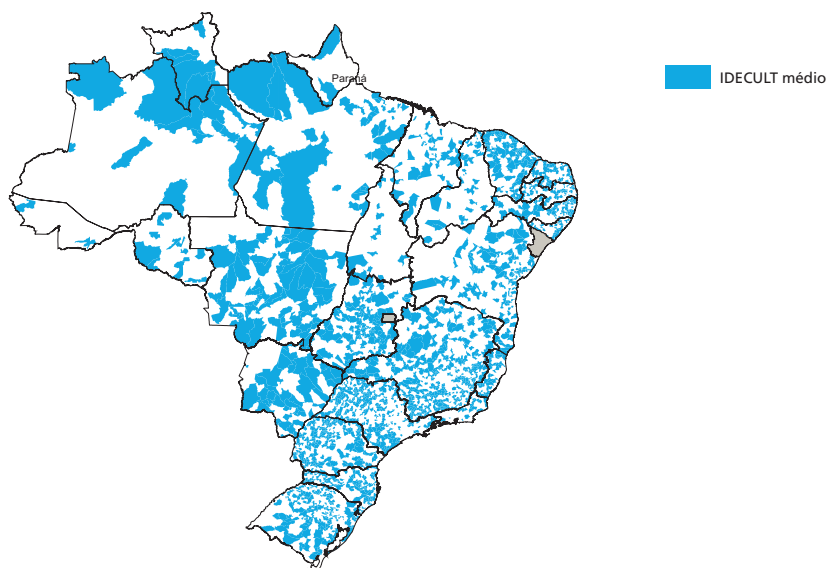
Cidade	Rank por IDECULT	Índice 1	Índice 2	Índice 3	Índice 4	Índice 5	IDECULT	Esperança de vida ao nascer (2000)	Mortalidade até cinco anos de idade (2000)	Índice de Gini (2000)	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (2000)	Taxa de alfabetização (2000)
São Bernardo do Campo	18	0,81	0,92	0,70	0,96	1,00	0,88	69,93	21,03	0,560	7,69	95,02
Juiz de Fora	19	0,90	0,85	0,71	0,91	1,00	0,88	72,03	25,04	0,580	7,39	95,30
Goiânia	20	0,73	0,84	0,85	0,95	1,00	0,87	70,06	23,43	0,610	7,87	94,82
Novo Hamburgo	21	0,89	0,81	0,88	0,90	0,89	0,87	70,11	21,43	0,550	6,50	94,99
Ribeirão Preto	22	0,76	0,89	0,74	0,96	1,00	0,87	74,40	11,99	0,560	7,78	95,56
Ouro Preto	23	0,80	0,74	0,96	0,85	1,00	0,87	70,26	30,52	0,570	6,20	92,17
São José dos Campos	24	0,77	0,87	0,72	0,99	1,00	0,87	73,89	12,89	0,580	7,68	95,42
Belém	25	0,90	0,79	0,72	0,93	1,00	0,87	70,50	28,58	0,650	7,68	94,96
Blumenau	26	0,78	0,84	0,79	0,94	1,00	0,87	74,44	14,78	0,510	7,13	97,21
Petrópolis	27	0,84	0,81	0,76	0,92	1,00	0,87	70,06	20,63	0,580	6,45	93,61
Olinda	28	0,82	0,74	0,81	0,97	1,00	0,87	72,32	32,32	0,610	7,26	90,07
Jundiá	29	0,75	0,88	0,74	0,95	1,00	0,86	73,94	12,81	0,540	7,13	94,99
São José do Rio Preto	30	0,69	0,86	0,84	0,93	1,00	0,86	71,31	17,95	0,560	7,33	94,61
Salvador	31	0,95	0,84	0,79	0,96	0,78	0,86	69,64	44,11	0,660	7,72	93,72
Aracaju	32	0,79	0,80	0,77	0,95	1,00	0,86	68,72	48,19	0,640	7,53	89,40
Fortaleza	33	0,82	0,78	0,77	0,93	1,00	0,86	69,63	54,59	0,660	6,91	88,80
Vinhedo	34	0,80	0,91	0,73	0,96	0,89	0,86	74,87	11,18	0,550	7,20	94,08
Volta Redonda	35	0,88	0,81	0,70	0,89	1,00	0,86	70,80	18,97	0,530	7,36	94,93
Divinópolis	36	0,87	0,79	0,75	0,87	1,00	0,86	75,54	15,60	0,530	6,62	94,22
São José	37	0,81	0,83	0,76	0,96	0,89	0,85	75,32	12,93	0,490	7,55	95,53
Natal	38	0,77	0,78	0,79	0,91	1,00	0,85	68,78	57,49	0,640	7,21	87,84
Tiradentes	39	0,75	0,71	0,99	0,91	0,89	0,85	71,31	27,20	0,560	5,59	89,51
João Pessoa	40	0,78	0,79	0,75	0,92	1,00	0,85	68,22	50,47	0,630	7,53	87,67
Londrina	41	0,71	0,83	0,75	0,94	1,00	0,85	71,37	18,45	0,580	7,21	92,93
Caxias do Sul	42	0,77	0,82	0,84	0,91	0,89	0,85	74,10	13,09	0,510	7,23	96,35
Nova Lima	43	0,93	0,84	0,74	0,93	0,78	0,84	70,57	29,51	0,640	6,78	94,73
Contagem	44	0,94	0,78	0,69	0,92	0,89	0,84	70,07	31,16	0,510	6,49	94,38
Uberlândia	45	0,86	0,81	0,70	0,95	0,89	0,84	73,11	21,92	0,560	7,13	94,55
Taubaté	46	0,74	0,85	0,67	0,94	1,00	0,84	72,73	15,06	0,570	7,52	95,18
Rio Claro	47	0,70	0,84	0,76	0,89	1,00	0,84	71,34	17,90	0,540	7,04	94,90
Uberaba	48	0,85	0,80	0,76	0,89	0,89	0,84	73,93	19,70	0,570	6,89	93,73
Varginha	49	0,89	0,82	0,70	0,87	0,89	0,84	74,00	19,52	0,570	6,91	92,90
São Carlos	50	0,72	0,85	0,67	0,93	1,00	0,84	73,08	14,40	0,520	7,40	94,36

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE, MUNIC 2001/IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003/PNUD/Ipea/FJP.

Elaboração: Ipea.

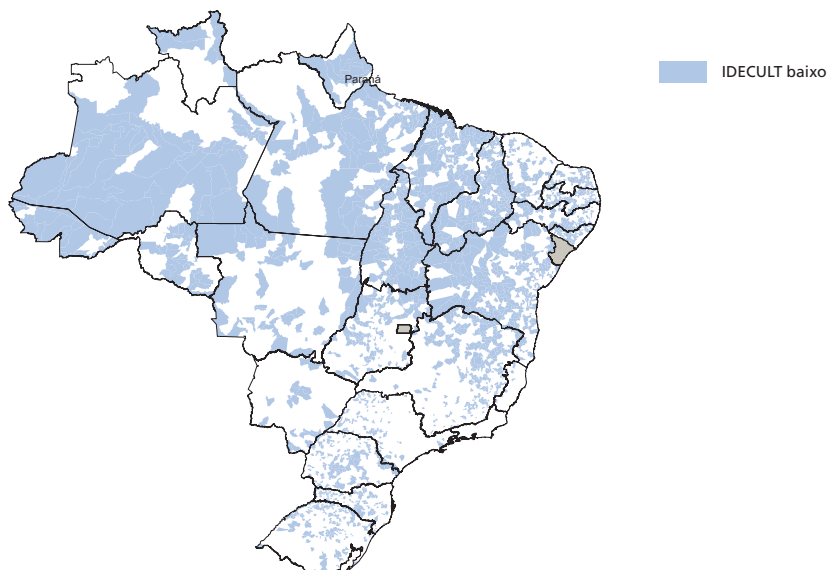
Os 20 municípios com menores IDECULTs concentram-se no Piauí, no Maranhão e no Tocantins. Nestes estados, a esperança de vida é bastante baixa, bem como a média de anos de estudos, a taxa de alfabetização e a renda *per capita*. Por outro lado, a mortalidade infantil é altíssima (57,6 na média). A presença de equipamentos culturais é muito baixa, o mesmo valendo para os consumidores de bens culturais.

MAPA 7
IDECULT médio



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 8
IDECULT baixo



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

A tabela 24 relaciona os grupos de IDECULT com a presença de grupos culturais de diferentes tipos. Destacamos essas informações da pesquisa de informações municipais (MUNIC 2006) para descobrir quantos municípios de menores IDECULTs teriam intensas atividades culturais relacionadas às artes.

O padrão encontrado mostra mais uma vez que maiores indicadores de desenvolvimento da economia da cultura, além de se relacionarem de forma estreita com melhores indicadores de desenvolvimento, implicam maiores possibilidades de se encontrarem grupos que desenvolvem atividades relacionadas às artes.

Entretanto, deve-se assinalar que as atividades relacionadas à *cultura popular* têm maior presença em todos os municípios, sejam eles agrupados nos *clusters* de alto desenvolvimento da economia da cultura ou nos de baixo.

Dessa maneira, 65% dos municípios brasileiros têm grupos com atividades de artesanato. Enquanto isso, 86% dos municípios do primeiro cluster têm grupos que desenvolvem artesanato, enquanto esse número é de 72% para o grupo médio e de 51% para o grupo de baixo IDECULT. A proporção de municípios com manifestações tradicionais vem em seguida, abrangendo 57% dos municípios brasileiros e com grande presença em todos os clusters. Depois vêm dança, banda, capoeira, grupos musicais e assim por diante.

Interessante notar, no entanto, que, à medida que a natureza das atividades muda, aproximando-se das artes clássicas ou de atividades que exigem formação específica, a presença dos grupos culturais nos municípios vai diminuindo, ao mesmo passo que aumenta a presença relativa nos municípios de maior IDECULT.

Isso implica dizer que embora a diversidade cultural não tenha uma relação direta com a questão do desenvolvimento integral, está relacionada a esta de forma íntima. Parece que continua a se constituir em grande desafio tratar a cultura de forma integrada ao desenvolvimento em diferentes escalas territoriais e em suas diferentes vertentes, ou seja, nas artes clássicas, nas novas mídias, na comunicação, na indústria cultural e nas *culturas populares*. A ênfase em uma ou outra referência significaria fragilizar não apenas a ideia de diversidade cultural, mas também a de desenvolvimento com equidade.

TABELA 24
Presença de grupos culturais nos grupos do IDECULT

Cluster/Atividades culturais	Bom	Médio	Baixo	Total geral
Artesanato	0,86	0,72	0,51	0,65
Manifestação tradicional popular	0,78	0,58	0,48	0,57
Dança	0,83	0,59	0,45	0,57
Banda	0,84	0,59	0,39	0,54
Capoeira	0,73	0,53	0,37	0,49
Musical	0,76	0,52	0,33	0,48
Coral	0,84	0,50	0,28	0,45
Teatro	0,80	0,44	0,23	0,40
Bloco carnavalesco	0,58	0,37	0,24	0,35
Desenho e pintura	0,54	0,28	0,13	0,26
Artes plásticas e visuais	0,59	0,24	0,08	0,22
Orquestra	0,34	0,11	0,05	0,12
Escola de samba	0,43	0,11	0,02	0,11
Associação literária	0,39	0,07	0,01	0,09
Cineclube	0,17	0,03	0,01	0,04
Circo	0,11	0,03	0,01	0,03

Fonte: MUNIC 2001/IBGE.
Elaboração: Ipea.

O box 3 apresenta um protocolo que orienta as análises do IDECULT. Os mapas 9 a 45C apresentam sínteses visuais dos resultados obtidos com o IDECULT. Serão expostos com base nos municípios, mas outras formas de georreferenciamento são possíveis e até desejáveis.

BOX 3
Protocolo de análise

1. Escolha do município.
2. Caracterização do município: tamanho da população, localização regional e estadual.
3. Posição no *ranking* do IDECULT.
4. Posição no *ranking* do IDH municipal.
5. Subíndice percentual de famílias que consumiram cultura.
6. Subíndice de gasto médio.
7. Subíndice de equipamentos.
8. Subíndice de força de trabalho no setor.
9. Subíndice de ocupação na cultura.

Os parágrafos que se seguem exemplificam possibilidades de utilização de um protocolo de uso do IDECULT. O exemplo se aplica para o município de Rio Branco, no Acre.

O município escolhido é a capital do Acre, situado na região Norte que, em 2000, tinha 250 mil habitantes. Sua posição no IDECULT é a 267ª, aquém das expectativas para uma capital. Frente ao seu IDH, que é também bastante baixo, relativamente (1.746ª), o IDECULT sinaliza a importância do dinamismo cultural em Rio Branco, em relação às suas condições socioeconômicas. Os 65,6% das famílias do município consumiram cultura em 2000, o que o coloca em 854ª lugar, entre os 5.507 municípios então existentes. No que se refere ao gasto cultural médio, Rio Branco localiza-se na 446ª posição. É um dos 90 municípios que possuem todos os equipamentos. Seu setor cultural, conforme medido pelo CNAE, representa 3,6% da força de trabalho, o que o leva a ocupar o 340ª lugar. Finalmente, como 1,1% dos ocupados trabalham em profissões culturais, esse subíndice fica em 1.560ª, revelando que o dinamismo cultural não implica opção significativa pelas artes como trabalho principal.

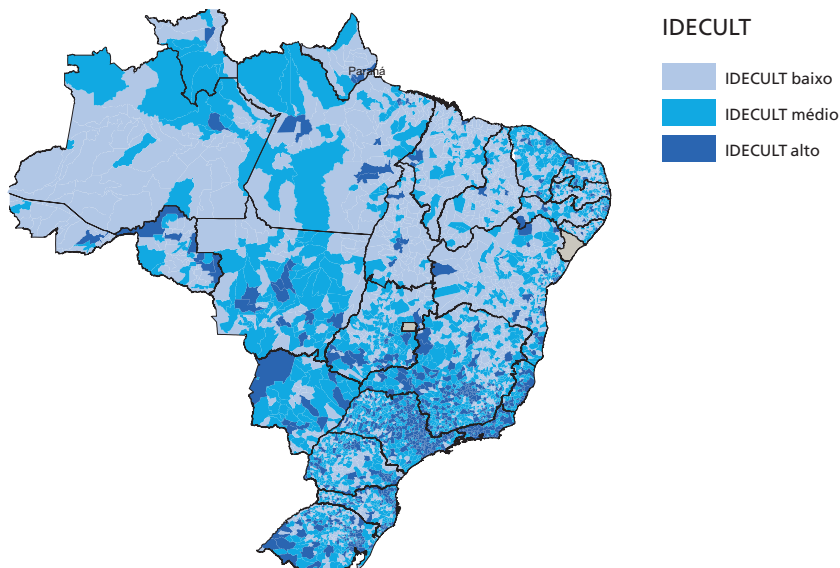
Como o leitor pode perceber, a interpretação do IDECULT pode ser enriquecida pela comparação com outros indicadores sintéticos, pela análise conjunta de seus subíndices e pela comparação com outros municípios.

Fontes: Censo IBGE (2000) e POF/IBGE (2002, 2003).

Elaboração: Ipea.

MAPA 9

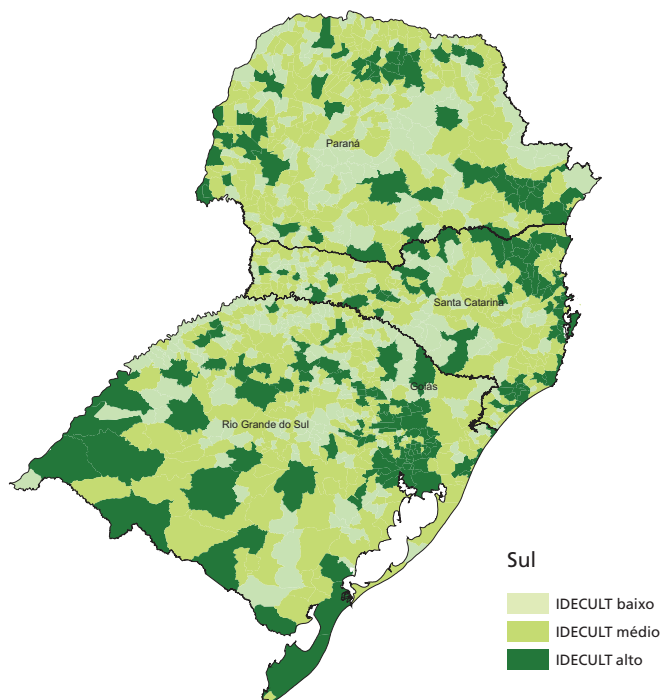
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Brasil



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 10

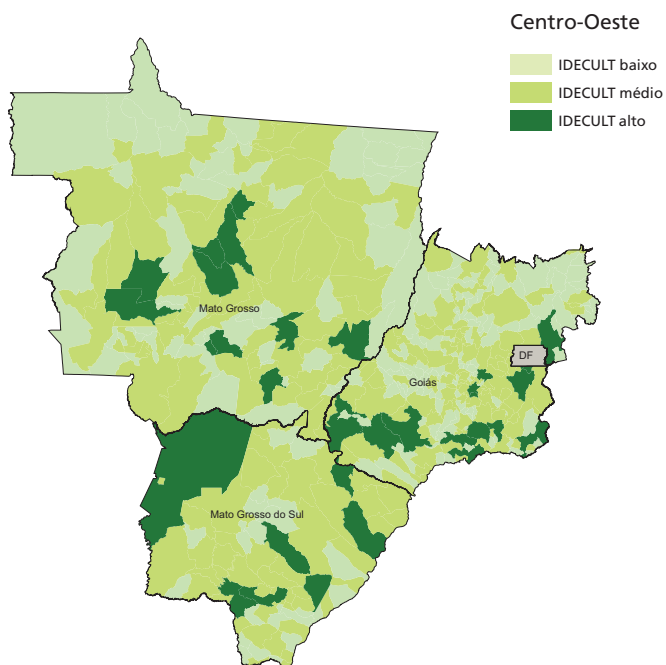
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – região Sul



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 11

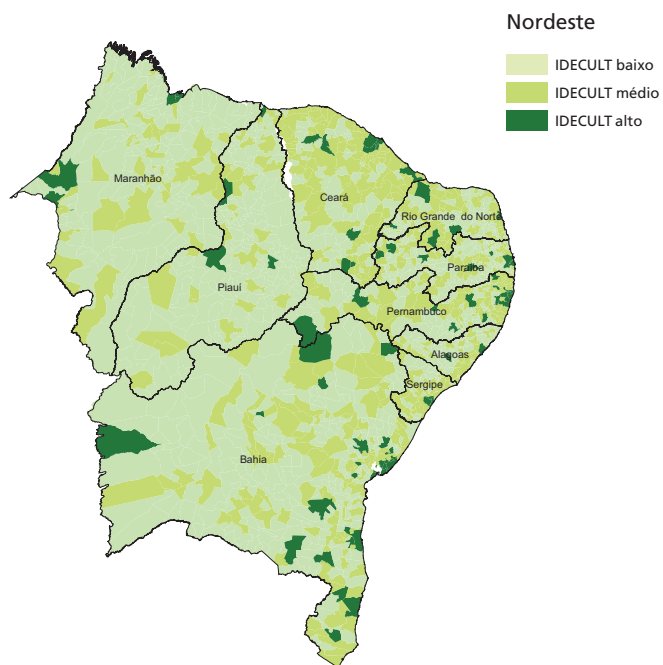
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – região Centro-Oeste



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 12

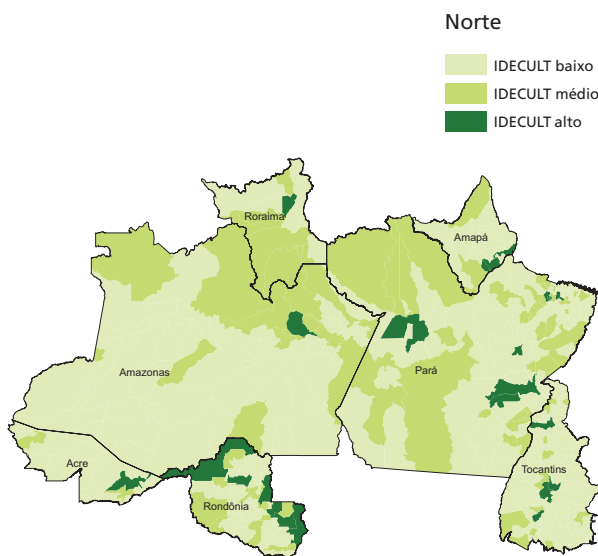
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – região Nordeste



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 13

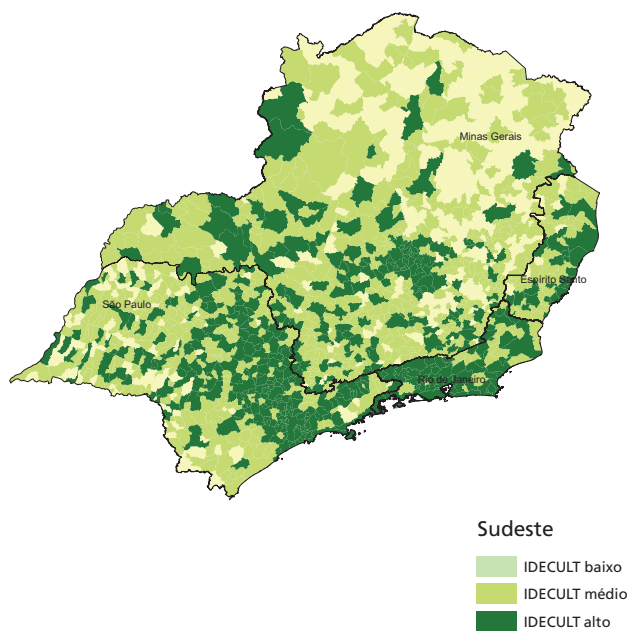
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – região Norte



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

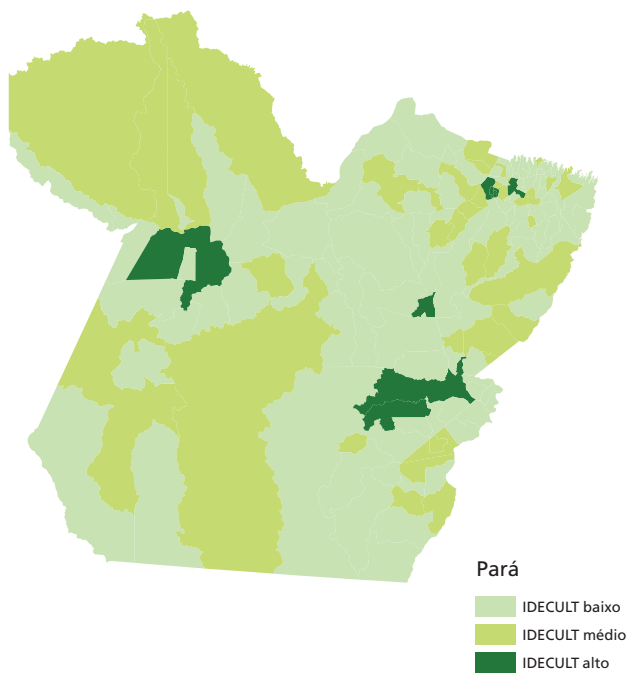
MAPA 14

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – região Sudeste



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

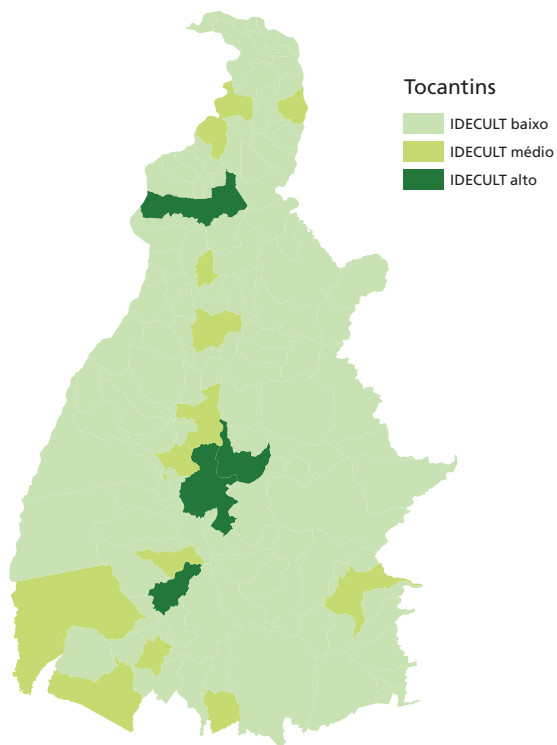
MAPA 15
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Pará



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

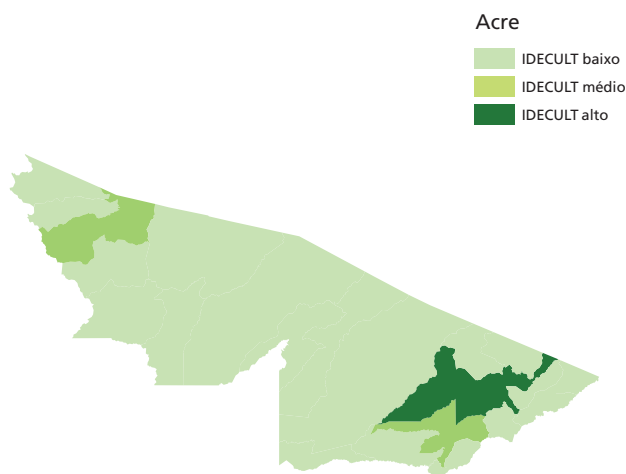
MAPA 16

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Tocantins



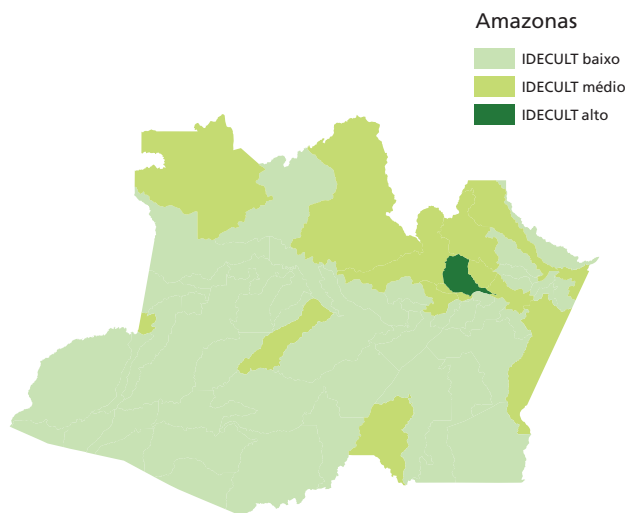
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 17
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Acre



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

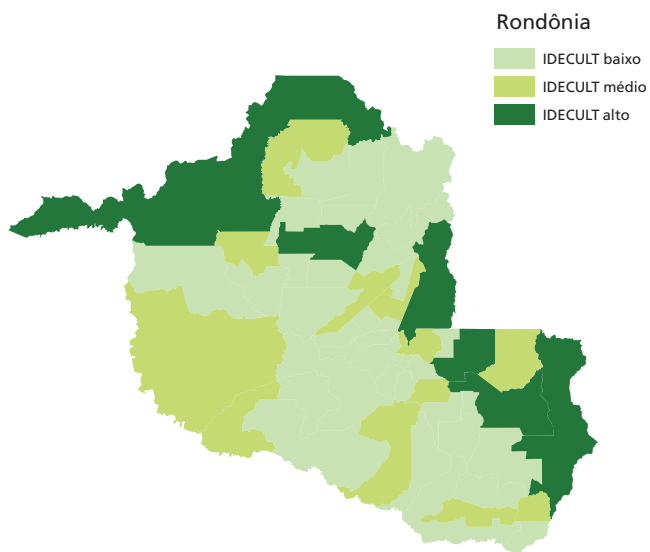
MAPA 18
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Amazonas



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

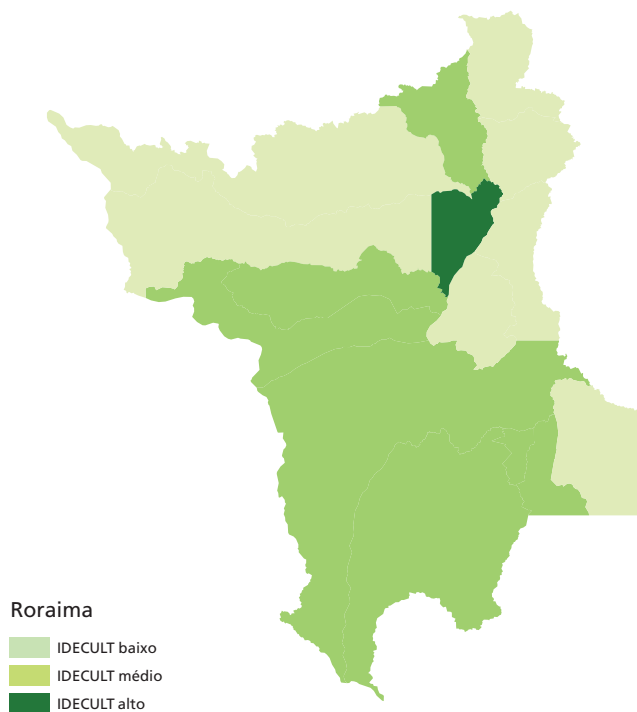
MAPA 19

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Rondônia



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

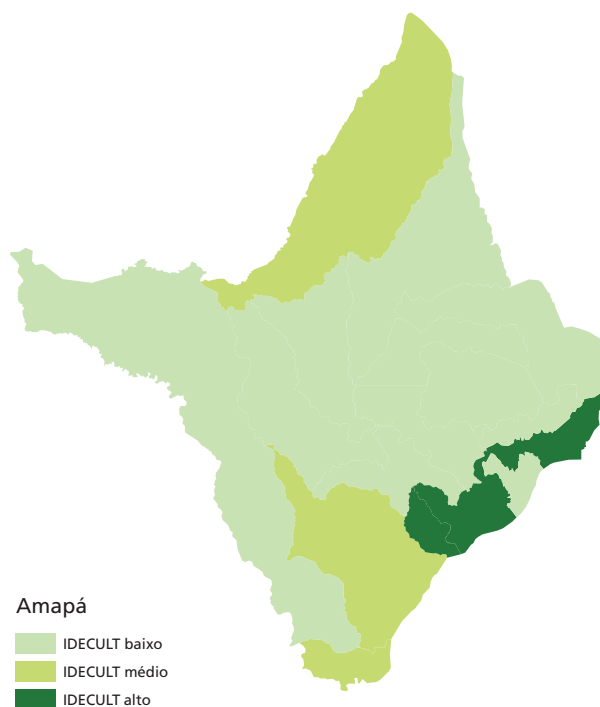
MAPA 20
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Roraima



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

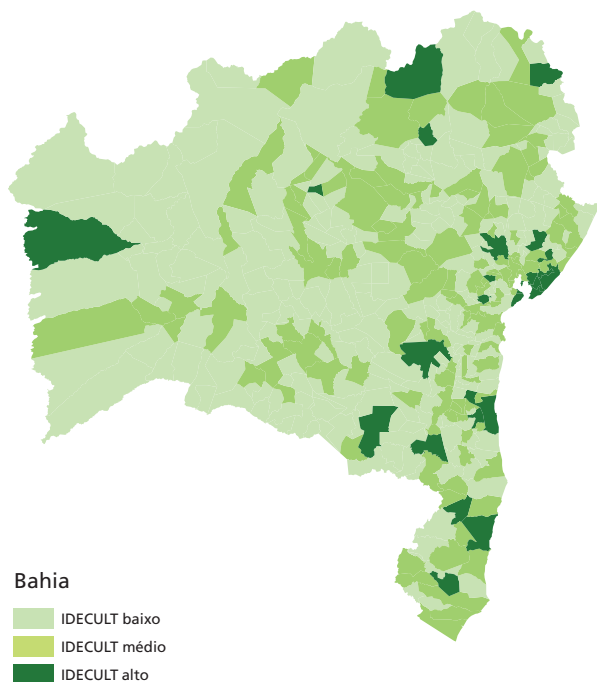
MAPA 21

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Amapá



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

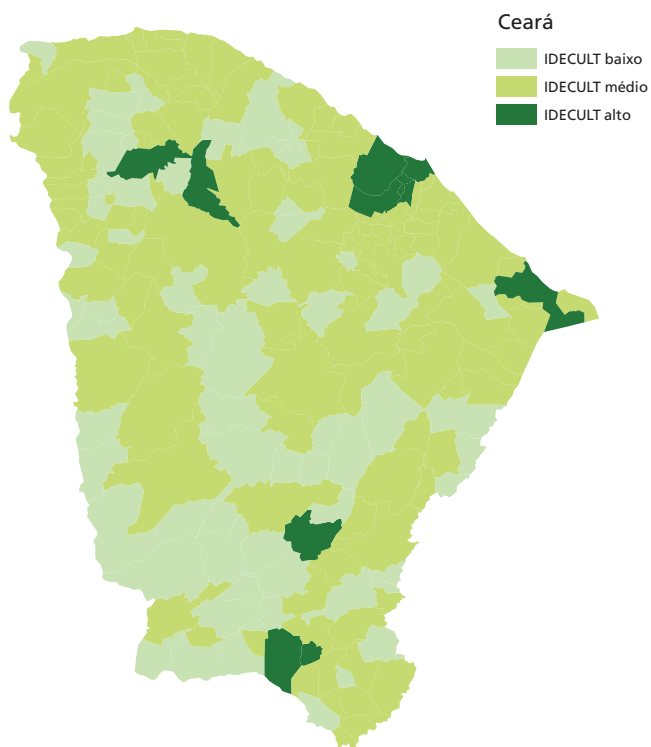
MAPA 22
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Bahia



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

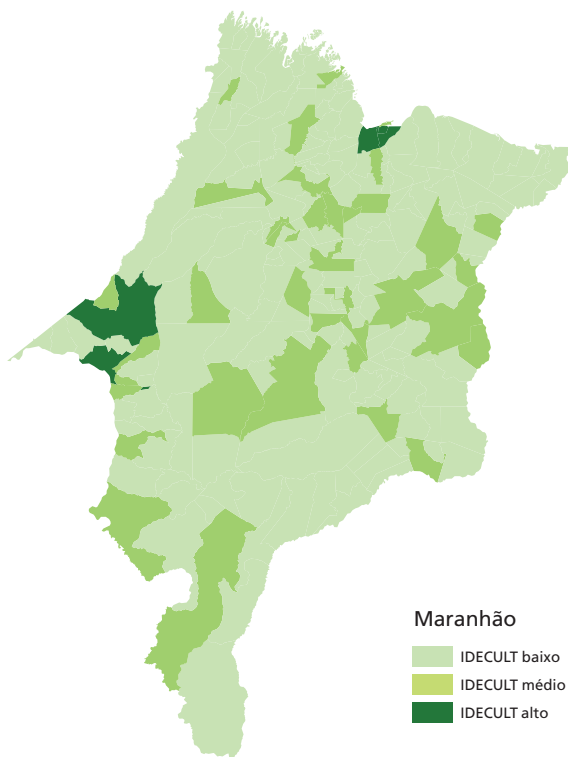
MAPA 23

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Ceará



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

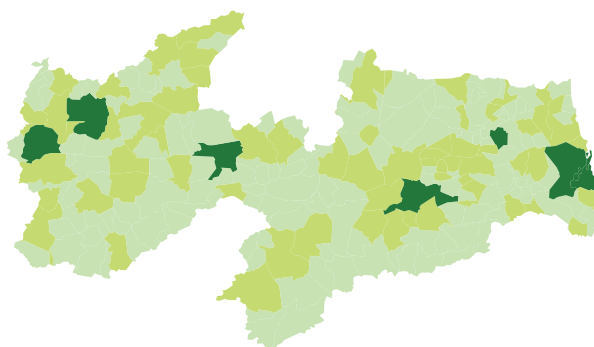
MAPA 24
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Maranhão



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 25

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Paraíba



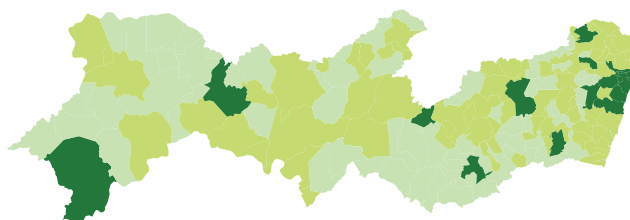
Paraíba

- IDECULT baixo
- IDECULT médio
- IDECULT alto

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 26

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Pernambuco

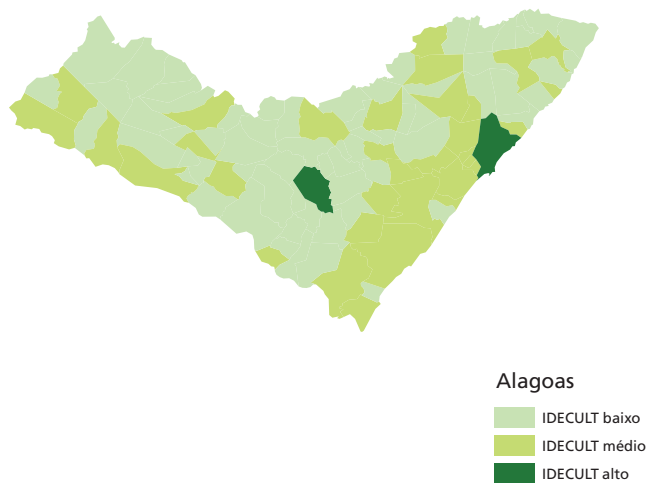


Pernambuco

- IDECULT baixo
- IDECULT médio
- IDECULT alto

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 27
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Alagoas



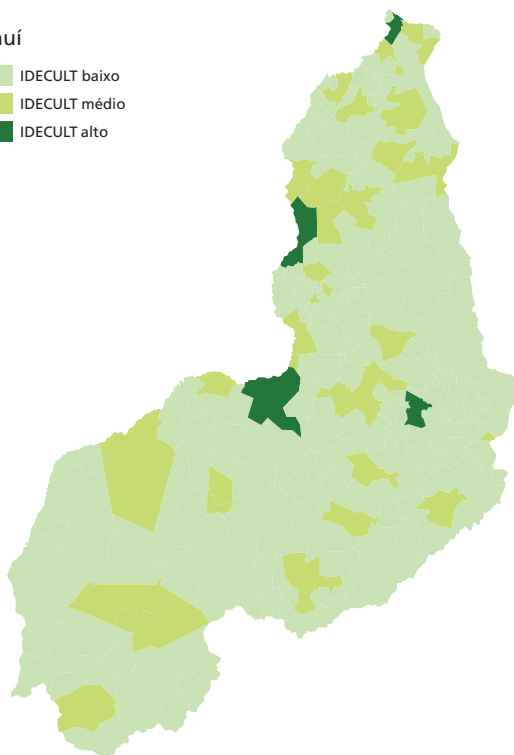
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 28

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Piauí

Piauí

- IDECULT baixo
- IDECULT médio
- IDECULT alto



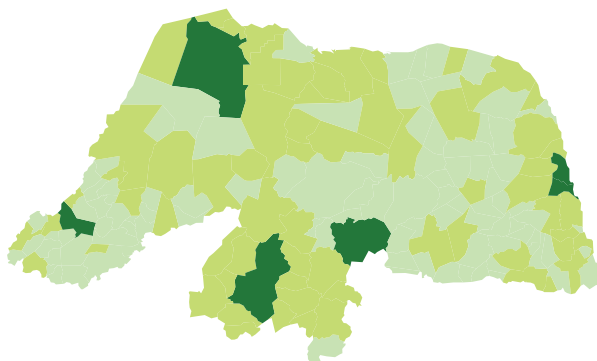
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 29

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte

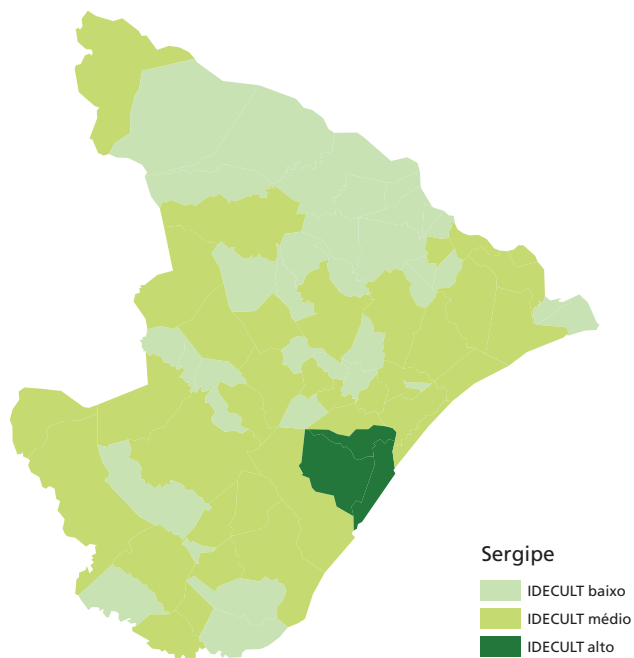
-  IDECULT baixo
-  IDECULT médio
-  IDECULT alto



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 30

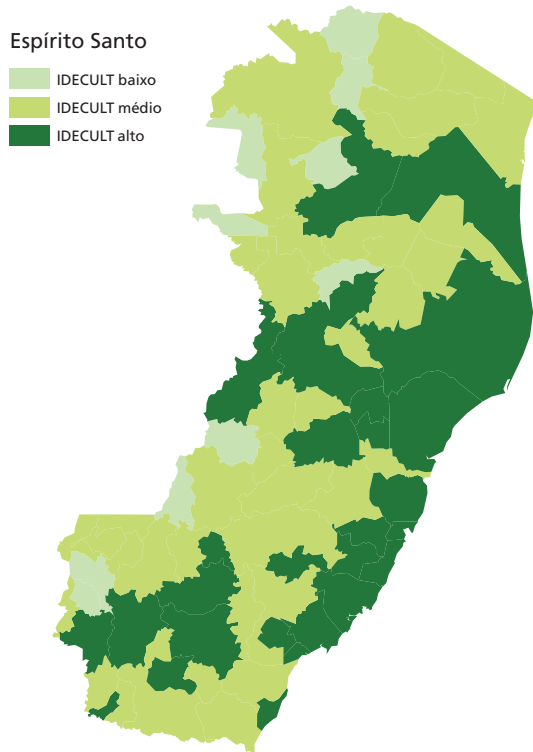
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Sergipe



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 31

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Espírito Santo

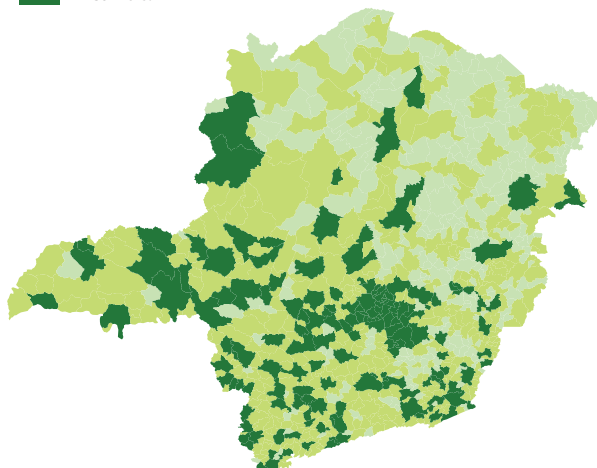


Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 32

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Minas Gerais

Minas Gerais

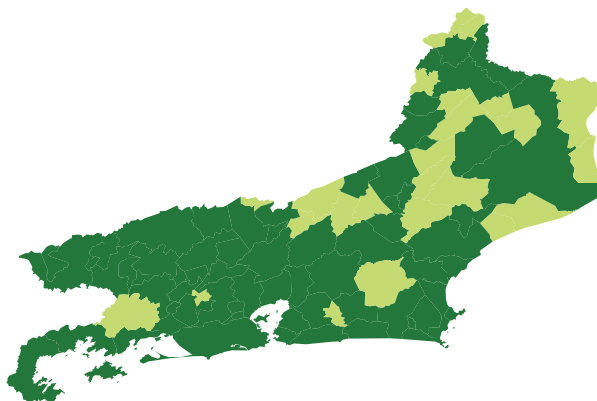
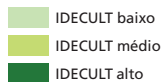


Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 33

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

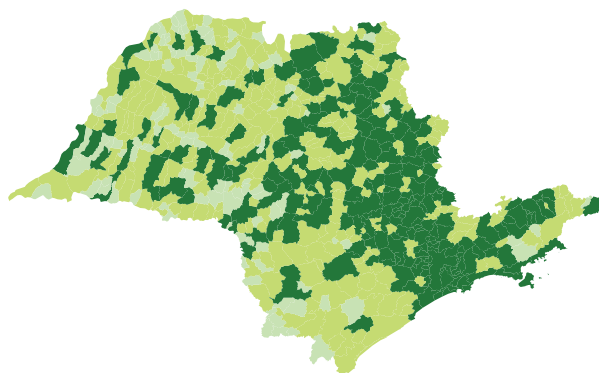


Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 34
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – São Paulo

São Paulo

-  IDECULT baixo
-  IDECULT médio
-  IDECULT alto




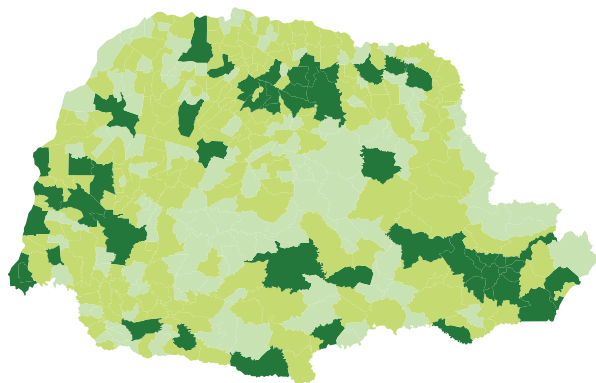
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 35

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Paraná

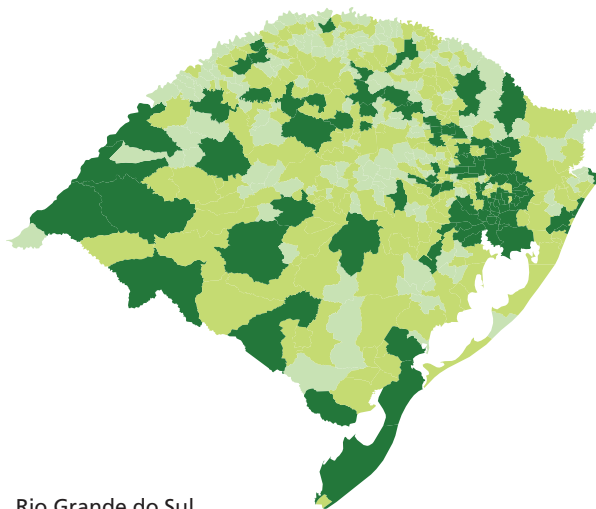
Paraná

-  IDECULT baixo
-  IDECULT médio
-  IDECULT alto



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 36

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul



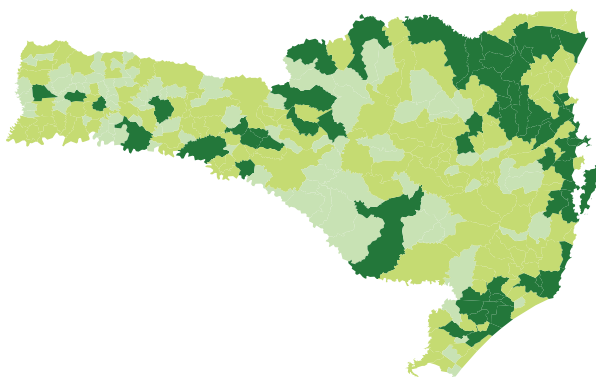
IDECULT baixo

IDECULT médio

IDECULT alto

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 37

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Santa Catarina

Santa Catarina



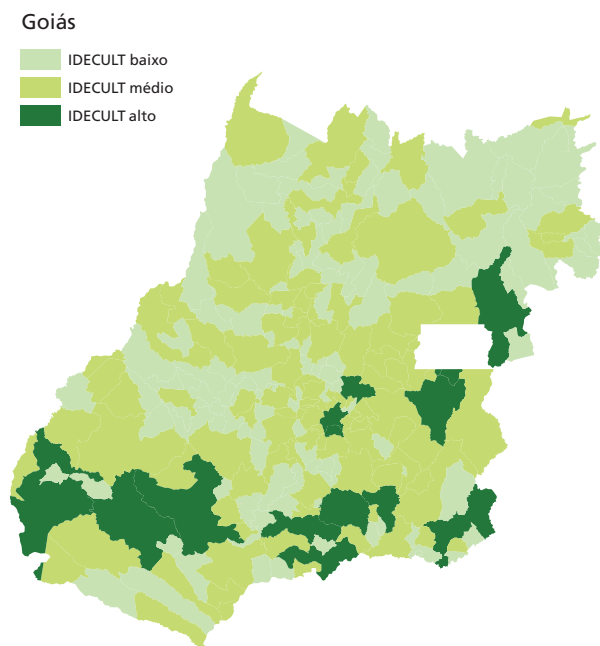
IDECULT baixo

IDECULT médio

IDECULT alto

Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

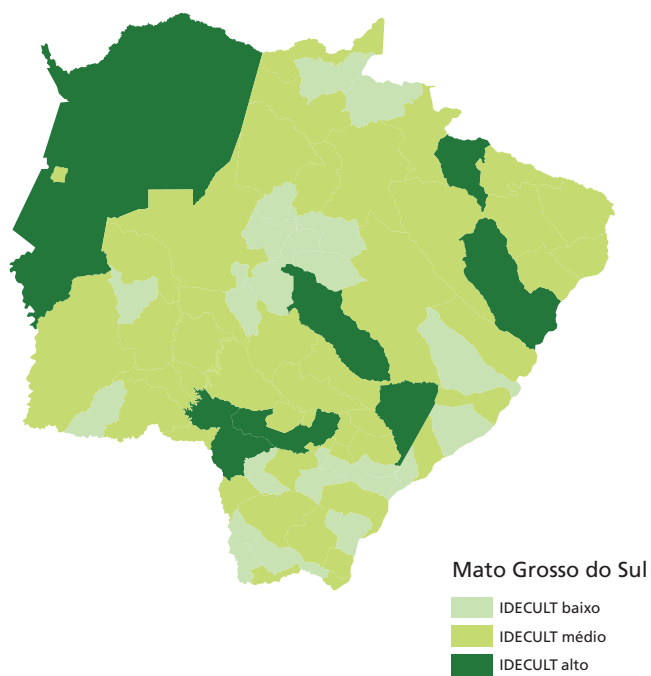
MAPA 38
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Goiás



Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

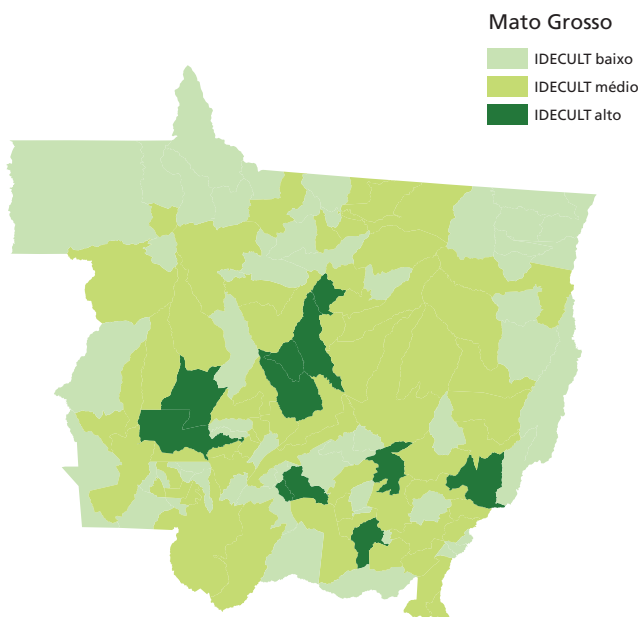
MAPA 39

Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Mato Grosso do Sul



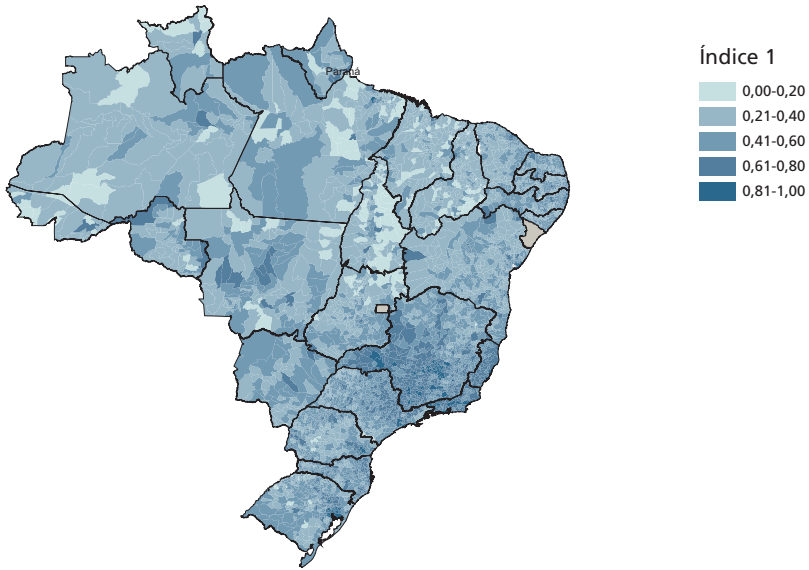
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 40
Síntese IDECULT alto, médio e baixo – Mato Grosso



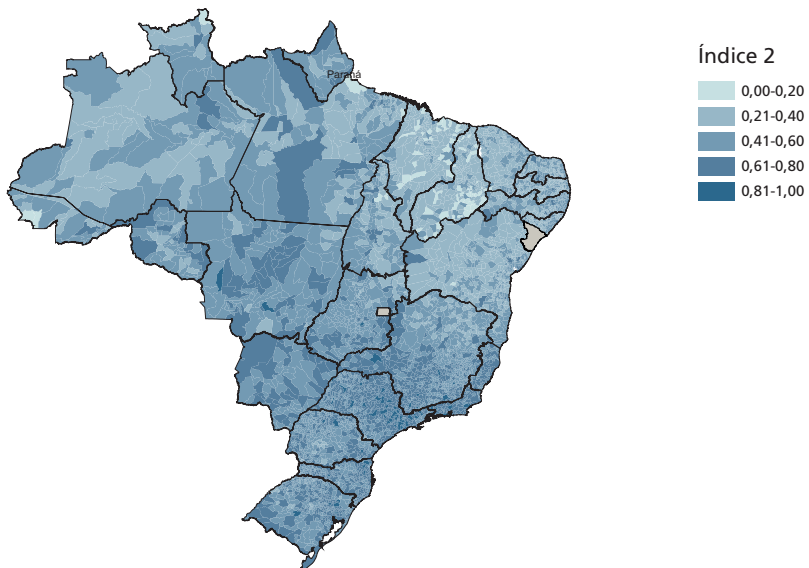
Fonte: Censo 2000/IBGE, POF 2002-2003/IBGE e MUNIC 2001/IBGE.

MAPA 41

Índice 1 – famílias consumidoras de cultura

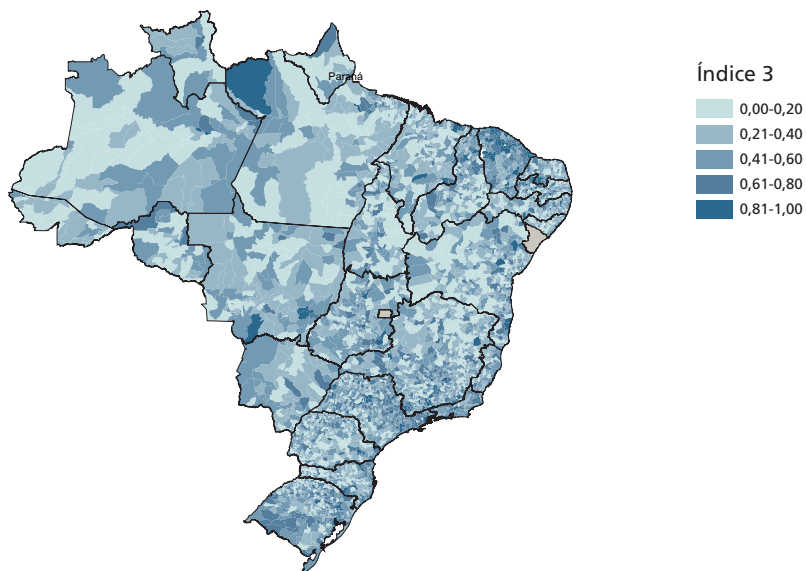
Fontes: Censo IBGE (2000) e POF/IBGE (2002, 2003).

MAPA 42

Índice 2 – gastos médios das famílias com cultura

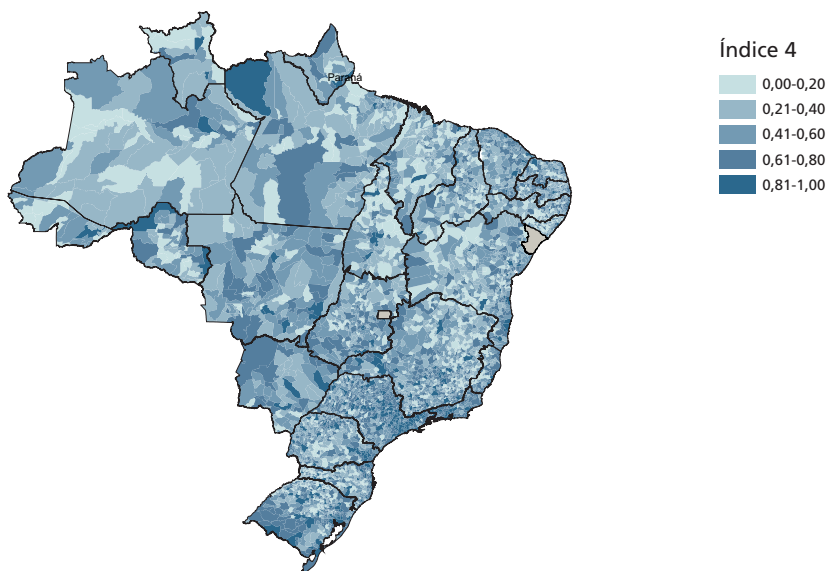
Fontes: Censo IBGE (2000) e POF/IBGE (2002, 2003).

MAPA 43
Índice 3 – distribuição das profissões culturais



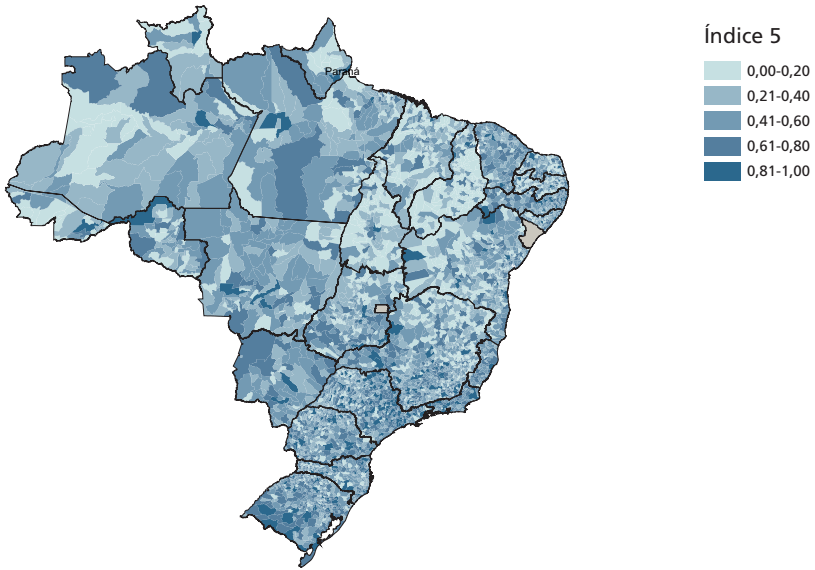
Fonte: Censo 2000/IBGE.

MAPA 44
Índice 4 – distribuição de ocupações do setor cultural



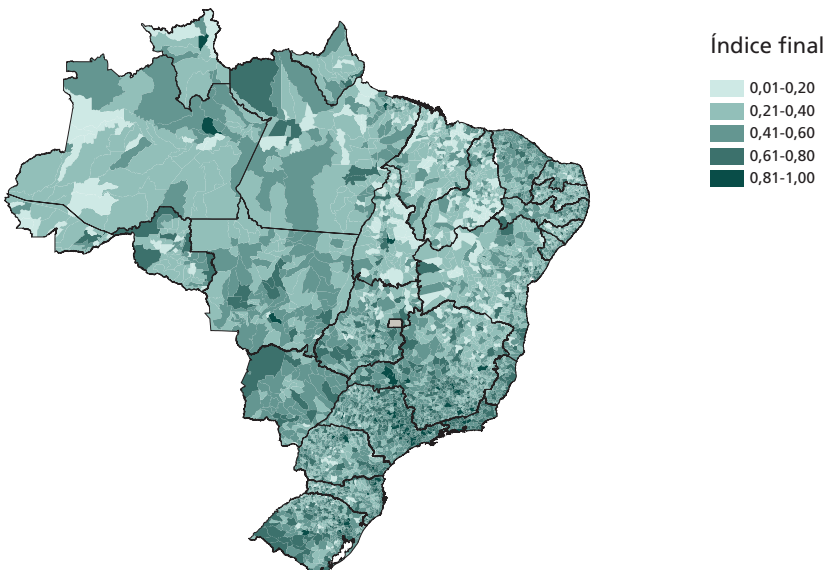
Fonte: Censo 2000/IBGE.

MAPA 45A

Índice 4 – distribuição de ocupações do setor cultural

Fonte: Censo 2000/IBGE.

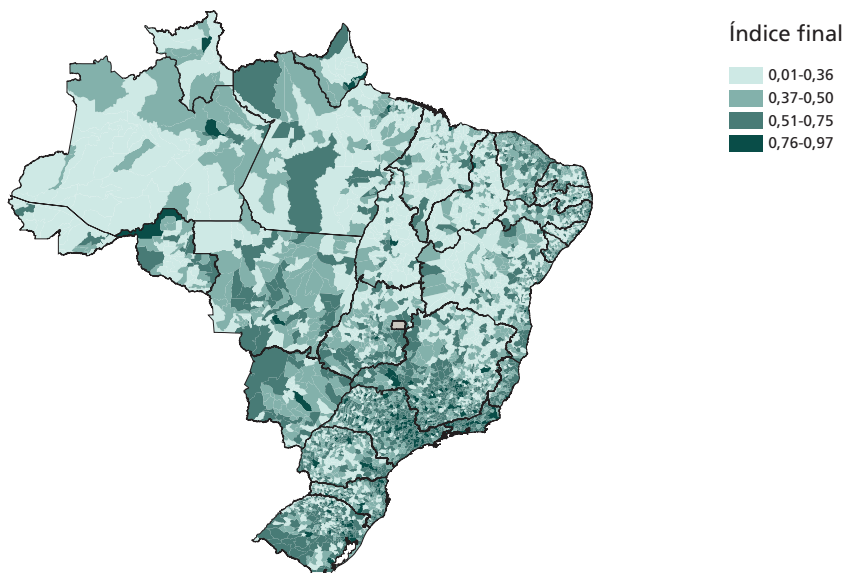
MAPA 45B

Índice 4 – distribuição de ocupações do setor cultural

Fonte: Censo 2000/IBGE.

MAPA 45C

Índice 4 – distribuição de ocupações do setor cultural



Fonte: Censo 2000/IBGE.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, V. C. **Diversidade cultural e livre-comércio**: antagonismo ou oportunidade. Brasília: Unesco IRBr, 2008.
- BARBOSA, F. *et al.* **Emprego formal no setor cultural**: 1994 a 2002. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1276).
- _____. A Constituição e democracia cultural. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise – vinte anos da Constituição Federal. Brasília, 2009. v. 2, n. 17.
- BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, P. **La Distinction-Critique sociale du jugement**. Paris: Edition de Minuit, 1979.
- _____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública, espaço e debates. **Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, n. 43/44, [s.d.].
- BRASIL. Presidência da República (PR). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- CARDOSO JR., J. C. **De volta para o futuro?** as fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1310).
- DE LA DIVERSITÉ culturell au dialogue interculturel. **Culture & Recherche**. Hiver, 2007-2008. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr>>.
- EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FUKUDA-PARR, S. En busca de indicadores de cultura y desarrollo: avances y propuestas. *In*: **Informe mundial sobre la cultura 2000**. São Paulo: Moderna; Paris: Unesco, 2004.
- HAQ, M. The Birth of the Human Development Index. *In*: FUKUDA-PARR, S.; KUMAR, A. K. S. (Org.). **Readings in Human Development**: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 103-113.
- IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, n. 17, 2009.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.
- MATTELART, A. **Diversidade cultural e globalização**. São Paulo: Editorial Parábola, 2005.

MILANESI, L. **O que é biblioteca.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos, n. 94).

MORAES, G.; PETERS, D. **Diversidade cultural e a convenção da Unesco.** São Paulo: Fundação Ford, CBDC, 2006.

PERROUX, F. **A filosofia do novo desenvolvimento.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Brasília: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n.1255).

REIS, E. J. *et al.* **O PIB dos municípios brasileiros: metodologia e estimativas – 1970-1996.** Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2005 (Texto para Discussão, n. 1064).

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Petrópolis: Garamond, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The 2009 Unesco Framework For Cultural Statistics.** 1st ed. Draft, Dec. 2007.

WOOLDRIDGE, J. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data.** Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

_____. **Introductory Econometrics: A Modern Approach.** 2 ed. Cincinnati: South-Western College Publishing, 2003.

ANEXO

1 CONSTRUÇÃO DO CONSUMO CULTURAL DOS MUNICÍPIOS

Um pesquisador, ao elaborar um estudo, depara-se normalmente com diversos conflitos. Estes decorrem das escolhas necessárias à elaboração do desenho ideal de pesquisa. Entre outras coisas, o pesquisador deve decidir sobre a periodicidade, a cobertura geográfica e a quantidade e qualidade das informações da pesquisa. Como cada um desses quesitos possui um custo para se produzir, o fato dos recursos serem limitados geralmente impede que se produzam pesquisas que sejam simultaneamente frequentes e detalhadas e espacialmente amplas.

A solução usualmente adotada é balancear essas escolhas em prol do objetivo geral da pesquisa, sacrificando um item para se ganhar mais em outro. No Brasil, existem inúmeros exemplos desse conflito. Pesquisas domiciliares por amostragem como a pesquisa de orçamentos familiares (POF) investigam informações detalhadas sobre os rendimentos e as despesas das famílias, mas possuem uma desagregação geográfica insuficiente quando o objetivo é utilizar estas informações para mensurar os níveis de pobreza dos municípios. Pesquisas censitárias ou oriundas de amostras bastante representativas¹ como o Censo Demográfico, por outro lado, possuem uma desagregação espacial bastante ampla, mas abordam apenas um conjunto limitado de informações, em geral insuficientes para se analisar determinadas características da realidade.

Assim, quando surge a necessidade de se combinar informações de pesquisas com cobertura geográfica e/ou frequências temporais distintas, existem poucas alternativas a se seguir. Se as duas pesquisas possuem um conjunto semelhante X de características investigadas, exceto por conta de uma variável de interesse Y que existe em apenas uma delas,² uma solução é utilizar-se esse conjunto de características comuns para estimar-se a relação entre X e Y na primeira pesquisa – representada por $Y = f(X)$ – e, por meio dessa relação, imputar na outra a estimati-

va de Y , obtida a partir da relação $Y = f(X)$ aplicada nas variáveis da outra

pesquisa. Em outras palavras, a metodologia anteriormente descrita consiste em estimar uma característica Y em uma pesquisa e imputar esta característica em outra, utilizando-se, para isto, a relação existente entre Y e o conjunto de variáveis comuns X existentes em ambas as pesquisas.

1. O Censo Demográfico na verdade possui uma parte que é censitária e outra parte que é amostral, ambas representativas para o nível de município.

2. Como geralmente é o caso em pesquisas domiciliares, em que um conjunto significativo de informações do domicílio e dos indivíduos é investigado em diferentes pesquisas.

Considere o problema específico de estimar os gastos com bens e serviços culturais por município. As informações de despesas com esses bens e serviços foram investigadas pelas POFs, das quais a POF 2002-2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a mais completa. Apesar desta pesquisa conter informações detalhadas de despesas das famílias para todo o território nacional, sua desagregação geográfica é limitada, pois a análise estatística de suas informações é representativa apenas de algumas poucas regiões metropolitanas; nas demais regiões, a análise das informações concentra-se em grandes agregados regionais: sudeste rural, sudeste urbano não metropolitano etc. Em outras palavras, a POF permite calcular o gasto cultura da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mas não permite calcular o gasto cultural do município de Santos, no litoral paulista. O máximo que se pode obter é uma análise conjunta do gasto cultural de todas as regiões urbanas do estado de São Paulo (SP) que não pertencem à região metropolitana de São Paulo. Para os gestores de políticas públicas, no entanto, esse tipo de agregação é em geral insuficiente.

O Censo Demográfico, por outro lado, possui um conjunto de informações representativas de municípios, e, se for do desejo do gestor de políticas públicas, é possível obter informações em níveis geográficos ainda menores. O problema é que este censo demográfico não investiga informações sobre gastos das famílias com cultura. Assim, se o objetivo é analisar o gasto cultural por município, uma forma de se contornar o problema é estimar o gasto cultural na POF e imputar esta informação no censo, utilizando-se, para isto, a relação existente entre o gasto cultural de um domicílio e um conjunto de variáveis X do domicílio e de seus membros, comuns a ambas as pesquisas. Essa é a base da metodologia de espalhamento descrita neste trabalho.

1.1 Aspectos gerais da metodologia de espalhamento

Em linhas gerais, a metodologia de espalhamento pode ser dividida em três etapas.

A primeira etapa consiste na preparação dos dados. Nessa etapa, são realizadas a comparação de conceitos e a compatibilização das variáveis entre as duas fontes de dados (censo e POF no nosso caso). Para a escolha das informações que irão fazer parte do conjunto X de informações comuns descritos anteriormente, é necessário utilizar os seguintes critérios:

1. As variáveis devem existir em ambas as fontes de dados.
2. As variáveis devem ser construídas da mesma forma em ambas as pesquisas. Algumas categorias podem ser agregadas quando necessário.

Para demonstrar o procedimento dessa etapa, a tabela 1A mostra como foi feita a compatibilização da variável *Sexo* na POF e no Censo 2000. No Censo Demográfico, a

variável *Sexo* está codificada com os números 1 para designar o sexo masculino e 2 para designar o feminino. Na POF 2002-2003, por outro lado, a variável *Sexo* possui quatro categorias, discriminando o sexo masculino, mulheres gestantes, mulheres lactantes e mulheres não gestantes. Dessa forma, para se utilizar esta variável na metodologia de espalhamento, é necessário recodificar a variável da POF, de maneira a se agruparem as três categorias referentes ao sexo feminino em uma única categoria, com codificação semelhante àquela do censo (*Sexo* = 2 implica “sexo feminino”).

TABELA 1A
Compatibilização da variável SEXO na POF 2002-2003 e no Censo 2000

Variável	Códigos		O que fazer no censo	O que fazer na POF
	Censo	POF		
Sexo	1 = Masculino	1 = Masculino	Não alterar a variável	Se SEXO = 2, 3 ou 4, então SEXO = 2
		2 = Feminino não gestante		
	2 = Feminino	3 = Feminino gestante		
		4 = Feminino lactante		

Fonte: Censo 2000/IBGE e POF 2003/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

Não vamos ser exaustivos na descrição do procedimento de compatibilização de variáveis, mas cabe colocar as principais alterações que foram feitas:

1. Todas as variáveis foram criadas de maneira a obterem indicadores domiciliares.
2. No caso da renda domiciliar, o tratamento dado no censo foi deflacionar as rendas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para 15 de janeiro de 2003 – data de referência para valores na POF 2002-2003 – e, na POF, utilizou-se apenas a renda monetária, pois o censo não apura rendimentos não monetários.
3. No caso das informações referentes à posse de bens duráveis, embora a POF colete informações do número de itens existentes, o censo possui informações apenas sobre a presença ou não do item. Com isto, esta informação foi compatibilizada de maneira a apenas indicar a posse ou não de determinado bem durável em ambas as pesquisas.

Após esse processo de compatibilização inicial das variáveis, procedeu-se a uma estruturação das variáveis, de maneira a torná-las adequadas à estimação dos modelos econométricos da segunda etapa da metodologia. Em outras palavras,

variáveis categóricas foram transformadas em um conjunto de variáveis *dummies*.³ Em algumas variáveis, incluiu-se um termo elevado ao quadrado – por exemplo, idade do chefe ao quadrado; e para outras, incluiu-se apenas o logaritmo natural de seu valor – por exemplo, logaritmo da renda domiciliar *per capita*. As variáveis utilizadas no modelo compreendem:

- características do chefe do domicílio (sexo, cor/raça, idade e escolaridade);
- características da moradia – tipo, quantidade de cômodos, forma de abastecimento etc;
- características das pessoas moradoras do domicílio (número de moradores, presença de cônjuge e composição demográfica por idade e sexo dos membros do domicílio);
- existência de bens duráveis por parte dos moradores do domicílio – televisão, geladeira, microcomputador, automóveis etc.
- rendimento domiciliar *per capita*; e
- características de identificação da localidade geográfica do domicílio.

No que se refere às características de identificação da localidade geográfica do domicílio, foram criados 22 contextos geográficos para o Brasil, utilizando-se o máximo de desagregação geográfica possível na POF de acordo com o critério estatístico (tabela 2A). A inclusão dessa informação nos modelos de regressão teve por objetivo capturar as especificidades regionais, no que se refere ao gasto cultural.

TABELA 2A
Contextos geográficos

Código do contexto	Descrição
1	Região Metropolitana de Belém (PA)
2	Região Norte – Zona Urbana
3	Região Norte – Zona Rural
4	Região Metropolitana de Fortaleza (CE)
5	Região Metropolitana de Recife (PE)
6	Região Metropolitana de Salvador (BA)
7	Região Nordeste – Zona Urbana
8	Região Nordeste – Zona Rural
9	Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)

(Continua)

3. Variáveis *dummies* são aquelas que assumem apenas valores 0 ou 1. Por exemplo, se a variável *Sexo* é codificada como: 1 = masculino e 2 = feminino, esta pode ser decomposta em duas *dummies*: homens = 1 se *Sexo* = 1; 0 caso contrário e mulheres = 1 se *Sexo* = 2, 0 caso contrário. Em regressões, no entanto, se uma variável categórica possui k categorias, pode-se incluir no modelo apenas $k-1$ *dummies*, dado que a categoria omitida pode ser deduzida a partir das outras $k-1$ categorias.

(Continuação)

Código do contexto	Descrição
10	Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – Zona Urbana
11	Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro – Zona Rural
12	Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)
13	Região Metropolitana de São Paulo (SP)
14	Estado de São Paulo – Zona Urbana
15	Estado de São Paulo – Zona Rural
16	Região Metropolitana de Curitiba
17	Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)
18	Região Sul – Zona Urbana
19	Região Sul – Zona Rural
20	Distrito Federal (DF)
21	Centro-Oeste – Região Zona Urbana
22	Região Centro-Oeste – Zona Rural

Fonte: Censo 2000/IBGE e POF 2003/IBGE.
Elaboração: Ipea.

A segunda etapa da metodologia de espalhamento consistiu na estimação, na POF 2002-2003, da relação entre o gasto com cultura e o conjunto de características do domicílio e de seus membros resultante da etapa anterior de compatibilização dos dados da POF e do censo. Como o gasto com cultura não é um gasto essencial para as famílias brasileiras, observa-se uma quantidade muito grande de famílias que não efetuaram nenhum gasto em um ou outro item cultural. Por causa disso, nesta etapa, são estimados dois modelos de regressão:

1. Um modelo para estimar os gastos com o bem ou o serviço cultural i para os domicílios que possuíam algum gasto com esse bem e esse serviço cultural na POF.
2. Um modelo para estimar a probabilidade do domicílio h ter realizado despesas positivas com o bem ou o serviço cultural i .

Os bens e os serviços culturais foram separados em seis grupos, a saber:

- audiovisual;
- espetáculo;
- leitura;
- fonográfica;
- microinformática; e
- outros.

Essa classificação difere daquela adotada originalmente pelo IBGE na POF 2002-2003, bem como dos itens que a compõem.

A tabela 1A e o gráfico 1 mostram por que a estimação do modelo 2, citado anteriormente, é importante. Conforme mostra a tabela 1A, do total de domicílios pesquisados pela POF 2002-2003, cerca de 35% apresentaram gastos com consumo igual a zero. Em outras palavras, mais de um terço dos domicílios não apresentaram gasto com nenhum bem e serviço cultural, de acordo com a definição de gasto cultural utilizada neste trabalho. Quando se observam grupos específicos de bens e serviços culturais, nota-se que essa incidência foi ainda maior. Cerca de 91% dos domicílios não consumiram espetáculo, por exemplo. Isso ocorre porque, em geral, as famílias ou gastam com um item cultural ou com outro durante certo período de tempo, mas quase nunca realizam gasto com mais de um item cultural durante o mesmo período de tempo.

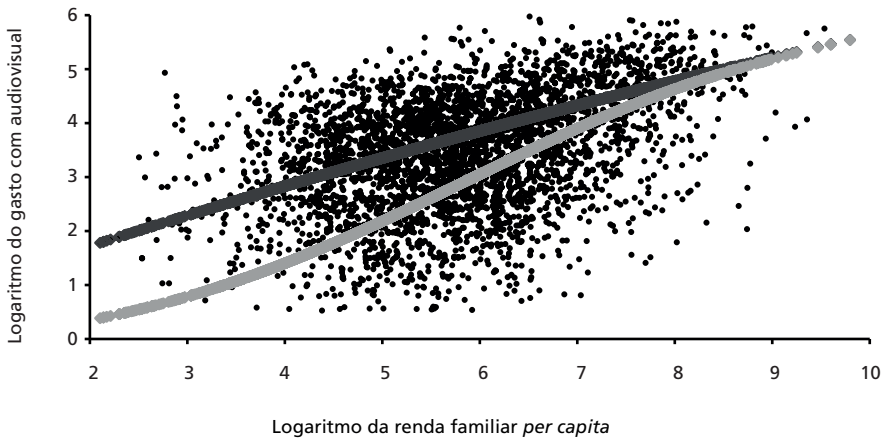
TABELA 3A
Incidência de valores nulos por grupo de gastos com cultura na POF 2002-2003
 (Em %)

Grupo de gastos com cultura	Incidência de valores nulos
Audiovisual	57,8
Espetáculo	90,9
Leitura	70,9
Fonográfica	75,1
Microinformática	88,7
Outros	90,4
Gasto cultural total	35,0

Fonte: Censo 2000/IBGE e POF 2003/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

Assim, se estimássemos apenas o gasto cultural para aqueles domicílios que apresentassem despesas positivas com cultura, obteríamos uma estimativa de gasto com cultura parecida com a linha preta plotada no gráfico 1. Tal estimativa seria representativa apenas de um grupo da população e, portanto, não poderia ser utilizada para imputar os gastos com cultura de todos os domicílios do Censo Demográfico. Como, neste, não há informação sobre o fato de a família ser consumidora ou não de determinado item cultural, teríamos que estimar, na POF, além do gasto cultural em si, também a probabilidade da família ser uma consumidora deste item. A estimativa final do gasto com cultura seria simplesmente a multiplicação dessa probabilidade pelo gasto estimado anteriormente para as famílias que consumiram cultura. Isso daria a linha cinza plotada no gráfico 1.

GRÁFICO 1
 Efeito dos gastos nulos sobre as estimativas de consumo das famílias



- Valor observado
- ◆ Valor predito pelo modelo sem correção para gastos nulos
- ◆ Valor predito pelo modelo com correção para gastos nulos

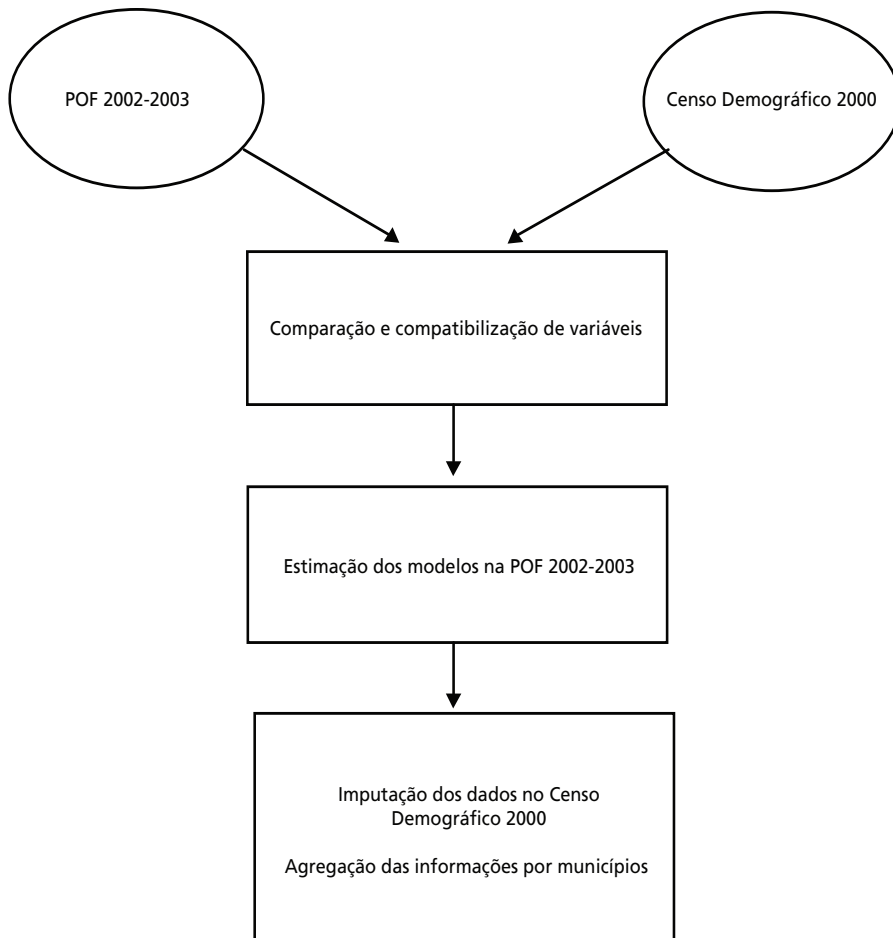
Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

Assim, a terceira etapa da metodologia de espalhamento consiste em utilizar os parâmetros estimados dos modelos da etapa anterior para imputar nos domicílios do Censo Demográfico tanto a probabilidade do domicílio ser um consumidor do bem ou serviço cultural i , quanto o valor esperado do gasto do domicílio h com o bem ou serviço cultural i , caso ele fosse um consumidor deste item. Feitas estas imputações para cada domicílio do censo, multiplica-se uma estimativa pela outra e procede-se à agregação das informações por município, de modo a se obter uma estimativa municipal do gasto com o bem ou serviço cultural i e do número de consumidores esperados com este item.

O quadro 1 a seguir resume as três etapas da metodologia de espalhamento.

QUADRO 1

Etapas da metodologia de espalhamento dos gastos culturais no censo demográfico



Fonte e elaboração: Ipea.

1.2 Aspectos específicos da metodologia de espalhamento

1.2.1 Descrição do modelo econométrico

Seja g o valor gasto com um determinado bem ou serviço cultural e seja X o vetor de características x_1, x_2, \dots, x_k de um domicílio, em que $k = 1, 2, \dots, K$ enumeram o tipo de característica e o conjunto de variáveis contido em X é aquele resultante

da primeira etapa de compatibilização dos dados entre o censo e a POF. A estrutura de X é dada por:

$$X = [x_1, x_2, \dots, x_k] \\ = [\text{chefe_sexo_masculino}, \text{idade_chefe}, \dots, \text{d_contexto_22}]$$

Para estimar o gasto esperado de um domicílio com um bem ou serviço cultural, utilizou-se um modelo conhecido como *hurdle model* ou *two-tiered model* (WOOLDRIDGE, 2002, p. 536-538). Esse modelo possui algumas vantagens sobre o modelo Tobit, quando o problema de estimação envolve a correção para dados censurados. Isso porque, no modelo Tobit, único mecanismo determina a decisão de *participação* do mercado (a escolha entre $g = 0$ e $g > 0$) e a escolha de *quanto* consumir, dado que já se está participando do mercado (a escolha de g , dado que $g > 0$). Em particular, se $\text{Prob}[g > 0 | X]$ é a probabilidade do domicílio de consumir um item cultural X , e se $E[g | X, g > 0]$ é o gasto esperado deste domicílio com o item cultural, dado X e que já se consome quantidades positivas deste item, temos que, no modelo Tobit, $\partial \text{Prob}[g > 0 | X] / \partial x_k$ e $\partial E[g | X, g > 0] / \partial x_k$ estão restritos a possuir mesmo sinal. Em outras palavras, se uma variável possui um efeito positivo sobre $\text{Prob}[g > 0 | X]$, então, ela deve necessariamente possuir um efeito positivo sobre $E[g | X, g > 0]$. Nos modelos do tipo *hurdle*, por outro lado, a decisão inicial de participação no mercado é separada da decisão de escolha de quanto consumir, dado que já se está participando do mercado. Isso possibilita a especificação de um modelo mais flexível e com a vantagem de não sofrer das limitações do modelo Tobit quando há presença de heterocedasticidade.

Para descrever o modelo, seja d^* a variável latente que descreve a propensão do domicílio de consumir um item cultural e seja g^* a propensão do quanto o domicílio deseja gastar neste item cultural. Se $d^* = 0$, o domicílio não participa do mercado; se $d^* > 0$, por outro lado, observa-se o domicílio consumindo o item cultural, mas a magnitude do valor consumido será determinada apenas por g^* . Dessa forma, a relação entre d^* , g^* e g pode ser descrita pela regra:

$$g = g^* \text{ se } d^* > 0 \text{ e } g^* > 0 \tag{1}$$

$$g = 0 \text{ caso contrário}$$

Suponha que d^* e g^* se relacionem com o conjunto de características X por meio das equações:

$$d^* = X\gamma + u \tag{1}$$

$$\ln(g^*) = X\beta + \varepsilon \tag{2}$$

em que $\gamma' = [\gamma_1, \dots, \gamma_k]$ e $\beta' = [\beta_1, \dots, \beta_k]$ são vetores de parâmetros que representam o efeito das variáveis X em d^* e $\ln(g^*)$, respectivamente, $\ln(\cdot)$ representa o logaritmo natural, e u e ε são termos de resíduos que representam fatores não observados do domicílio que afetam d^* e $\ln(g^*)$, respectivamente. Suponha, adicionalmente, que os termos de resíduos possuam as seguintes distribuições de probabilidade:

$$u \sim Normal(0,1) \quad (3)$$

$$\varepsilon \sim Normal(0, \sigma^2) \quad (4)$$

Dito isso, a probabilidade de consumo e o valor esperado do gasto com o bem ou serviço cultural, dado que $g > 0$, são dados respectivamente por:

$$\text{Prob}[g > 0 | X] = \Phi(X\gamma) \quad (5)$$

$$E[\ln(g) | X, g > 0] = X\beta \quad (6)$$

em que $\Phi(\cdot)$ representa a função de densidade acumulada da distribuição normal padrão.

O modelo anterior pode ser estimado por máxima verossimilhança, conjuntamente ou separadamente para as equações (5) e (6). Os parâmetros de γ podem ser estimados por um modelo probit, em que a variável dependente é dada por d , tal que:

$$\begin{aligned} d &= 1 && \text{se } g > 0 \\ &= 0 && \text{caso contrário} \end{aligned} \quad (7)$$

Os estimadores de máxima verossimilhança de β são obtidos simplesmente a partir dos estimadores de mínimos quadrados ordinários da regressão de $\ln(g)$ em X , utilizando-se apenas as observações para as quais $g > 0$.

Uma vez obtidos os estimadores de β e γ , a saber, $\hat{\beta}$ e $\hat{\gamma}$, o valor esperado do gasto com o bem e o serviço cultural pode facilmente ser obtido utilizando-se as propriedades da distribuição lognormal:

$$E[g | X, g > 0] = \hat{\alpha} \exp(X\hat{\beta}) \quad (8)$$

$$E[g | X] = \Phi(X\hat{\gamma}) \hat{\alpha} \exp(X\hat{\beta}) \quad (9)$$

em que $\exp(\cdot)$ representa a função exponencial e $\hat{\alpha}$ é o estimador obtido, quando se faz a transformação estatística de $\ln(g)$ para g . Quando ε segue uma distribuição normal, $\hat{\alpha}$ é dado simplesmente por $\hat{\alpha} = \exp(\hat{\sigma}^2 / 2)$, em que $\hat{\sigma}^2$ representa a variância dos resíduos da regressão de $\ln(g)$ em X , utilizando apenas as observações para as quais $g > 0$ (WOOLDRIDGE, 2003, p. 202-203).

O problema é que quando ε não segue uma distribuição normal (por causa de um número relativamente maior de observações discrepantes, por exemplo), o valor de $\hat{\sigma}^2$ tende a ficar demasiadamente alto, distorcendo as estimativas. Nesse caso, Wooldridge (2003, p. 202-203) sugere um procedimento alternativo, em que $\hat{\alpha}$ é obtido por meio da regressão sem intercepto $g = \alpha Z + v$, com Z dado por $Z = \exp(X\hat{\beta})$. Na metodologia de espalhamento dos gastos culturais, o valor de $\hat{\alpha}$ foi estimado de acordo com esse último procedimento.

1.2.2 Descrição do procedimento de espalhamento

Após a estimação dos parâmetros $\hat{\beta}$, $\hat{\gamma}$ e $\hat{\alpha}$ na POF, eles foram utilizados para calcular o gasto esperado (9) para cada domicílio no censo. Similarmente, o parâmetro $\hat{\gamma}$ foi utilizado para calcular o número de consumidores esperados com o bem e o serviço cultural em questão por meio da equação:

$$E[\text{consumidores} | X] = \Phi(X\hat{\gamma})n \quad (10)$$

em que n representa o número de membros do domicílio.

Calculados esses valores para cada domicílio do censo, os dados foram então agrupados para formar estatísticas municipais, somando-se os valores das equações (9) e (10) para todos os municípios.

Os parâmetros $\hat{\beta}$, $\hat{\gamma}$ e $\hat{\alpha}$ foram estimados separadamente para cada um dos seis grupos de despesas com cultura citados anteriormente (audiovisual, espetáculo, leitura, fonográfica, microinformática e outros). O gasto total esperado com cultura foi calculado por meio da soma dos gastos esperados com cada um destes componentes. Para se calcular o número total de consumidores de bens e serviços culturais, por outro lado, estimou-se um modelo probit (5) em separado, dado que a soma do número de consumidores esperados de cada um dos grupos de despesas com cultura não representa necessariamente o total de consumidores de cultura, devido à existência de domicílios que são consumidores de mais de um item cultural.

1.3 Resultados

Os p-valores dos coeficientes estimados dão a probabilidade de que eles não sejam distinguíveis de zero. Em outras palavras, quanto menor o p-valor, mais apurado é o coeficiente estimado, e quanto maior o p-valor, menos o coeficiente estimado se diferencia de zero. Em geral, utiliza-se um p-valor menor do que 0,05 ou 0,10 para atribuir-se significância estatística a um determinado coeficiente. Além dessas estatísticas, as tabelas fornecem também o tamanho amostral e o R^2 , uma estatística de ajuste dos modelos.

Nos parágrafos seguintes, mostraremos apenas os resultados mais gerais, relacionados ao efeito de algumas variáveis no gasto total com cultura e apresentaremos a comparação dos valores observados na POF com aqueles preditos pelo modelo nesta pesquisa e no censo.

As tabelas 4A e 5A, a seguir, mostram uma comparação dos dados de consumo cultural observados na POF com os dados preditos pela metodologia de espalhamento tanto no censo quanto na própria POF. Esta comparação é importante, pois permite avaliar *grasso modo* a qualidade do ajuste do modelo utilizado.

TABELA 4A

Gasto com cultura médio por domicílio

Grupo de gastos com cultura	Estimado no censo	Estimado na POF	Observado na POF
Audiovisual	22,80	21,71	22,62
Espetáculo	2,84	3,37	3,68
Leitura	7,73	8,03	8,57
Fonográfica	6,78	7,59	7,98
Microinformática	7,11	7,34	8,02
Outros	3,70	3,83	3,98
Gasto cultural total	50,95	51,86	54,86

Fonte: Censo 2000/IBGE e POF 2002-2003/IBGE.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores em reais de 15 de janeiro de 2003.

Conforme mostra a tabela 4A, o gasto médio com cultura predito pelo modelo na POF ficou ligeiramente menor que aquele observado nesta pesquisa. Enquanto, na POF, o gasto médio com cultura observado foi de R\$ 54,86, o valor predito pelo modelo, utilizando-se a mesma base de dados, foi de R\$ 51,86, ou seja, 5,5% menor. Embora esses percentuais tenham variado conforme o subgrupo de despesas com cultura que se considera, o fato é que, em todos eles, os valores preditos pelo modelo ficaram abaixo dos observados na POF. Isso sugere que, de modo geral, as estimativas geradas pelo modelo estão abaixo dos gastos com cultura, efetivamente realizados pelas famílias brasileiras.

Ainda na tabela 4A, é possível comparar as diferenças dos valores preditos no censo com aqueles preditos na POF. Como estas pesquisas foram realizadas em momentos distintos, as diferenças observadas neste caso referem-se principalmente a mudanças que ocorreram nas variáveis dependentes entre as duas pesquisas, em especial as mudanças demográficas e aquelas oriundas dos rendimentos das famílias. Mesmo com essas diferenças, nota-se que o gasto com cultura médio predito no censo ficou apenas 1,8% menor que aquele predito na POF.

A tabela 5A mostra os percentuais de domicílios consumidores de cultura preditos e observados nas duas pesquisas. Neste caso, as diferenças entre os percentuais observados e preditos na POF não são tão grandes, o que indica um melhor ajuste do modelo para a predição do número de domicílios consumidores. As diferenças maiores ficam por conta dos valores preditos no censo e na POF. Enquanto nesta pesquisa a predição do modelo era que 64% dos domicílios consumiam algum tipo de bem ou serviço cultural; no censo, a estimativa foi de 67,2%. Essa diferença parece ser explicada principalmente por causa dos gastos com audiovisual e fonografia que têm um percentual de domicílios consumidores estimados substancialmente maior no censo que na POF.

TABELA 5A
Domicílios consumidores de cultura
 (Em %)

Grupo de gastos com cultura	Estimado no censo	Estimado na POF	Observado na POF
Audiovisual	44,2	41,5	42,2
Espetáculo	8,4	9,4	9,1
Leitura	29,6	28,7	29,1
Fonográfica	31,0	24,6	24,9
Microinformática	10,4	11,5	11,3
Outros	9,4	9,7	9,6
Gasto cultural total	67,2	64,0	65,0

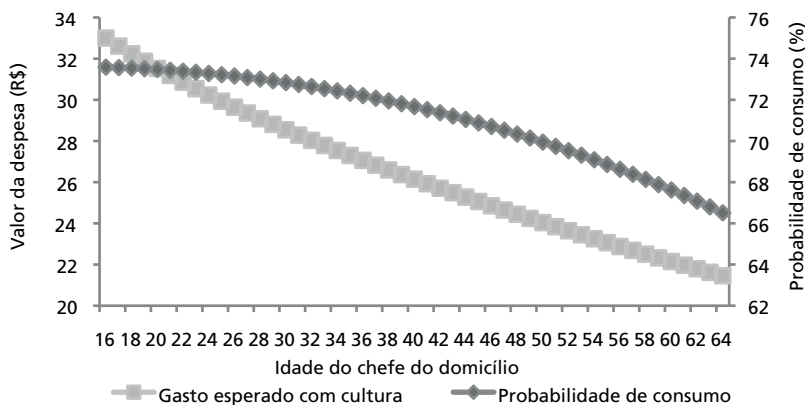
Fonte: Censo 2000/IBGE e POF 2002-2003/IBGE.
 Elaboração: Ipea.

Feita a comparação dos resultados do modelo com aqueles observados na POF, segue a análise do efeito de algumas variáveis sobre o gasto total com cultura, mantendo-se fixas as demais características.

Como mostra o gráfico 2, o gasto total esperado com cultura decresce monotonamente com a idade da pessoa de referência da família. Isto está em parte associado a um percentual menor de domicílios consumidores para aqueles domicílios com pessoas de referência mais velhas. O efeito da idade sobre a probabilidade de consumo parece ser mais intenso a partir dos 40 anos de idade do chefe de família.

GRÁFICO 2

Efeito da idade do chefe sobre o gasto com cultura do domicílio

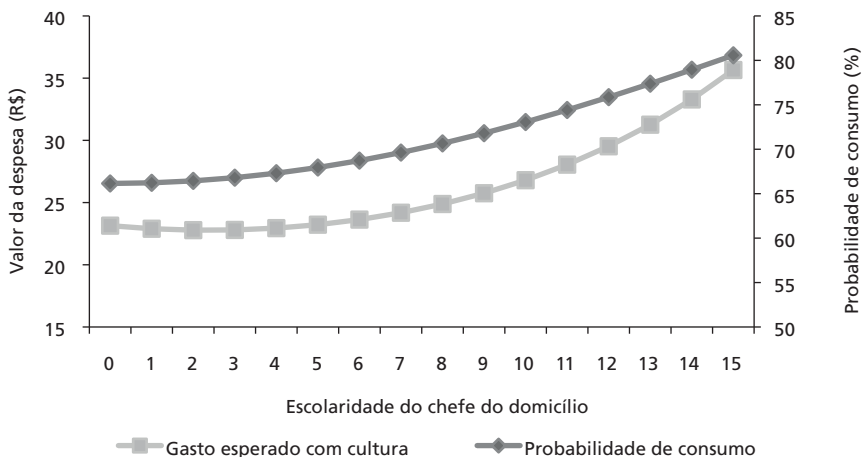


Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

Como mostra o gráfico 3, a escolaridade do chefe possui um efeito positivo sobre o gasto esperado com cultura. Esse efeito parece atuar de forma semelhante no que se refere tanto ao número de domicílios consumidores tanto quanto ao valor gasto por aqueles domicílios que consomem cultura.

GRÁFICO 3

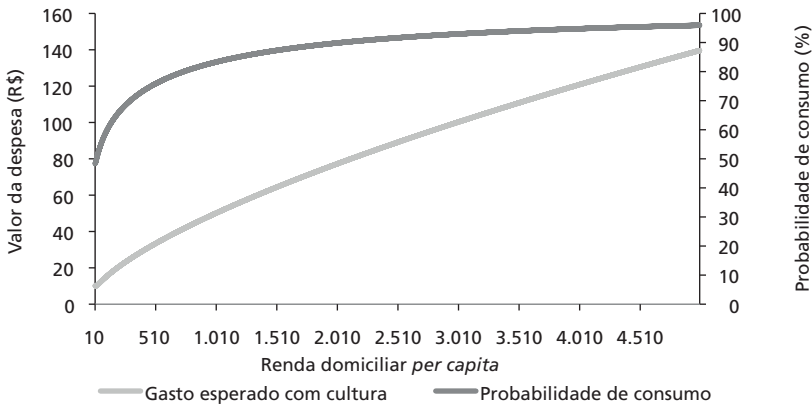
Efeito da escolaridade do chefe sobre o gasto com cultura do domicílio



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

No gráfico 4, mostra-se o efeito da renda domiciliar *per capita* sobre o gasto e a probabilidade de consumo do domicílio. Conforme observa-se, a renda domiciliar *per capita* possui um efeito inicial muito maior sobre a probabilidade de consumo que sobre o gasto esperado com cultura em si.

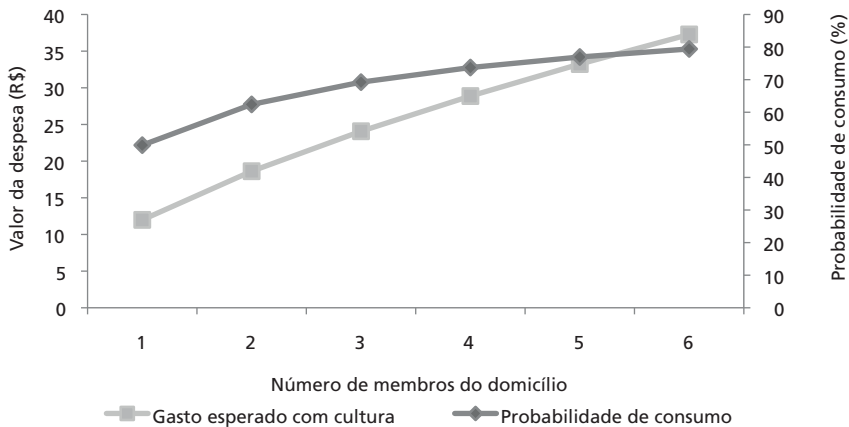
GRÁFICO 4
Efeito da renda familiar *per capita* sobre o gasto com cultura do domicílio



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

No gráfico 5, observa-se que, mantendo-se constantes os demais fatores, os domicílios com maiores números de membros tendem tanto a gastar mais com cultura quanto a terem maior probabilidade de consumo de bens e serviços culturais.

GRÁFICO 5
Efeito do número de membros do domicílio sobre o gasto com cultura deste

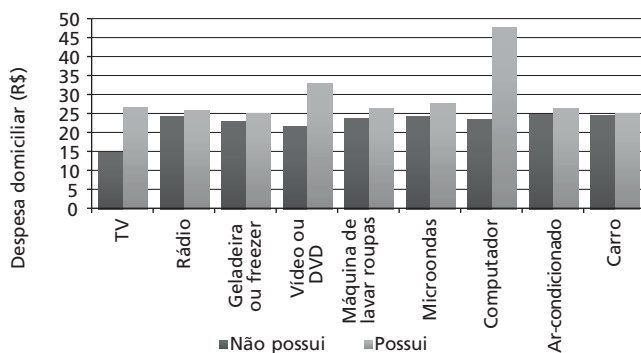


Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

O gráfico 6 mostra o efeito da posse de bens duráveis sobre o gasto esperado com cultura do domicílio. Segundo o gráfico, a posse de TV, vídeo ou DVD e computador é o que mais influencia o gasto com cultura, dado que sem a posse destes itens não é possível alugar DVDs etc. Conforme mostra o gráfico 7, esses três itens também possuem um efeito significativo sobre a probabilidade de consumo de bens e serviços culturais.

GRÁFICO 6

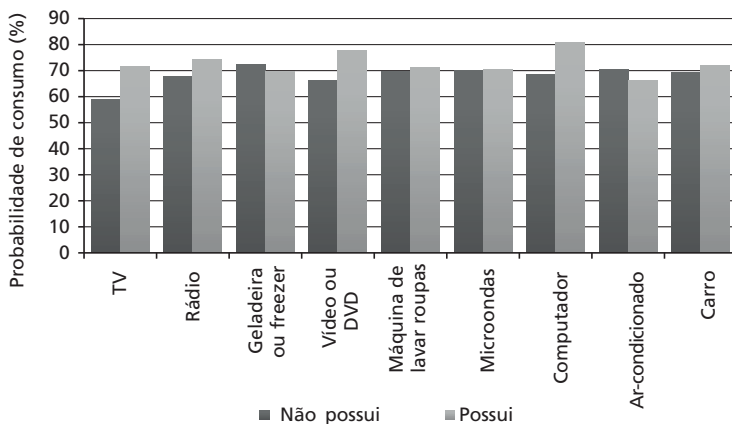
Efeito da posse de bens duráveis sobre o gasto esperado com cultura do domicílio



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

GRÁFICO 7

Efeito da posse de bens duráveis sobre a probabilidade de consumo com cultura do domicílio

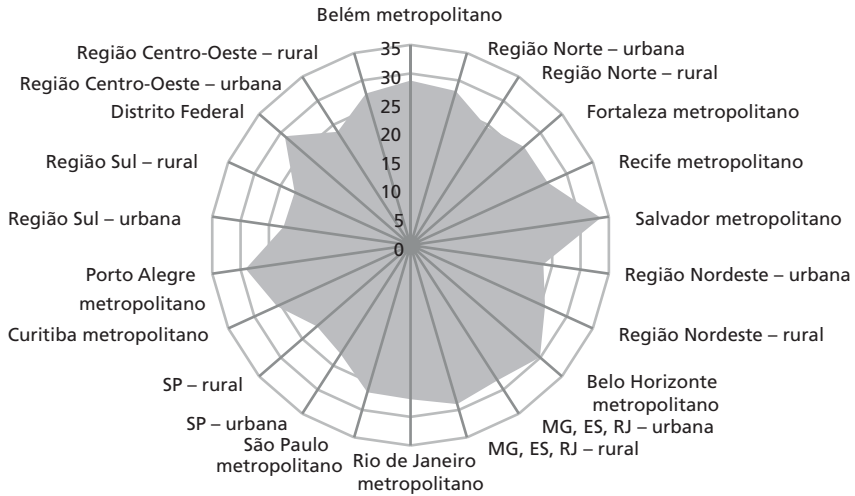


Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

Os gráficos 8 e 9 mostram que os contextos geográficos com maior gasto esperado e probabilidade de consumo foram na Região Metropolitana de Salvador, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Porto Alegre e no Distrito Federal.

GRÁFICO 8
Efeito do contexto geográfico sobre o gasto esperado com cultura do domicílio

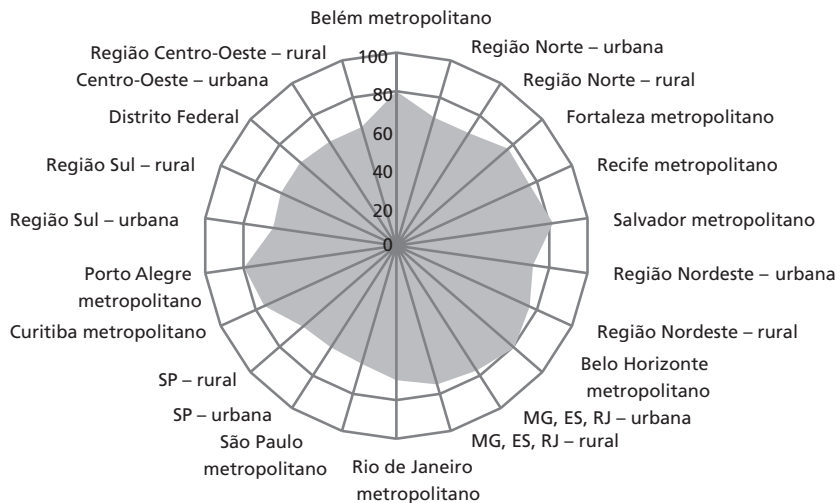
(Em %)



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

GRÁFICO 9
Efeito do contexto geográfico sobre a probabilidade de consumo com cultura do domicílio

(Em %)



Fonte: POF 2002-2003/IBGE.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se neste trabalho a metodologia de espalhamento dos gastos com cultura da POF 2002-2003 para o Censo Demográfico 2000. O modelo utilizado estimou tanto a probabilidade de o domicílio ser um consumidor cultural quanto o valor que este gasta com cultura, dado que o domicílio já é um consumidor cultural. Os resultados mostram que a metodologia obteve resultados razoáveis quando aplicados na própria POF, embora os valores dos gastos preditos tenham sido subestimados para os grupos de despesas com cultura. A principal razão para este problema deve estar na estimação do valor do gasto com cultura, em vez de se originar da probabilidade do domicílio ser um consumidor de cultura. A correção desse problema deve envolver a utilização de novas metodologias, das quais este trabalho representa apenas o primeiro passo. Apesar disso, o procedimento mostrou-se adequado para uma primeira espacialização dos gastos de cultura no censo e para análise do efeito de algumas variáveis sobre o gasto com cultura.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Njobs Comunicação

Cida Taboza (revisão)

Fábio Oki (editoração eletrônica)

Jane Fagundes

Revisão

Ângela de Oliveira

Cindy Nagel Moura de Souza

Clícia Silveira Rodrigues

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Luanna Ferreira da Silva

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Editoração eletrônica

Anderson Reis

Daniela Rodrigues

Danilo Tavares

Marília Assis

Patrícia Dantas

Rafael Keoui

Projeto gráfico

Ipea

Capa

Eduardo Grisoni

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

ULTURA INDICADOR DE DES
ICADOR DE DESENVOLVIMEN
ULTURA INDICADOR DE DES
ICADOR DE DESENVOLVIMEN
ULTURA INDICADOR DE DES
ICADOR DE DESENVOLVIMEN



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cooperação

**Representação
no Brasil**

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ISBN 857811053-6



9 788578 110536

ULTURA INDICADOR DE DES